

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” –
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – CAMPUS DE ASSIS

THAINÁ DA SILVA COSTA

**SENTIDOS DO TRABALHO PARA MULHERES NEGRAS
ATENDIDAS EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ASSIS – SP

2023

THAINÁ DA SILVA COSTA

**SENTIDOS DO TRABALHO PARA MULHERES NEGRAS ATENDIDAS
EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para obtenção do título de Mestra em Psicologia (Área de conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientadora: Prof. Dr. Deivis Perez Bispo dos Santos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)

ASSIS - SP

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ana Cláudia Inocente Garcia - CRB 8/6887

C837s Costa, Thainá da Silva
Sentidos do trabalho para mulheres negras atendidas em
um Centro de Referência de Assistência Social / Thainá da
Silva Costa. — Assis, 2023
158 f. : il.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual
Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Dr. Deivis Perez Bispo dos Santos

1. Mulheres negras. 2. Relações étnicas. 3. Relações
raciais. 4. Psicologia. I. Título.

CDD 361



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Câmpus de Assis



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: SENTIDOS DO TRABALHO PARA MULHERES NEGRAS ATENDIDAS EM
UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AUTORA: THAINÁ DA SILVA COSTA

ORIENTADOR: DEIVIS PEREZ BISPO DOS SANTOS

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em Psicologia, área:
Psicologia e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. DEIVIS PEREZ BISPO DOS SANTOS (Participação Virtual)
Departamento de Psicologia Social / UNESP/Assis-FCL

Profa. Dra. CLAUDIA APARECIDA VALDERRAMAS GOMES (Participação Virtual)
Departamento de Psicologia Social / UNESP/FCL - Assis

Prof. Dr. RÉGIS DE TOLEDO SOUZA (Participação Virtual)
Departamento de Psicologia / UNITAU/Taubaté

Assis, 03 de fevereiro de 2023

Dedico as mulheres negras silenciadas e desconhecidas da diáspora negra e a todas as que se reergueram no período pós-abolicionista e fizeram a história dessa nação: Tereza de Benguela, Dandara dos Palmares, Xica Manicongo, Ruth de Souza, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Marielle Franco, Mãe Stella de Oxóssi, Elza Soares e tantas outras.

AGRADECIMENTOS

À minha família, minha mãe Maria José, meu pai Adailson, meu irmão Thiago e nossa cachorrinha mel, que acreditaram em mim, me fortalecendo com o abraço mais terno e puro. Por serem meu colo e refúgio. Por me nutrirem neste caminho, fazendo com que eu germinasse como um girassol que encontrou a luz do sol.

Ao Deivis, professor e orientador que foi paciente, comprometido e compreensivo estando comigo em todos os momentos deste processo, no qual me iluminou e me guiou. Minha terna gratidão ao conhecimento compartilhado, referências, conversas, risos e cuidado.

À minha terapeuta Nayara, que me escutou com cuidado, atenção, empatia e amor. Obrigada por estar comigo de corpo, alma e mente neste processo. Sem você, não teria chegado e concluído mais esta etapa.

Aus minhes querides amigues de mestrado, Bruna, Jéssica e Suome. Que estiveram comigo, ao percorrer este trajeto de três anos, compartilhado as angústias, medos, anseios, desejos, desesperos, bibliografias, memes, músicas, risadas, sonhos, desânimos, dificuldades e estresses. Minha profunda admiração a vocês. Nossa amizade será para sempre.

Ao meu amigo irmão, Guilherme, que esteve comigo desde o jardim de infância e que neste percurso, pegou na minha mão e me disse em diversos momentos que eu conseguiria vencer esta etapa. Acreditou em mim, me reergueu nos momentos em que eu mais precisei me levando para tomar um sorvete, beber uma cerveja, partilhar de conversar e admirar a natureza no pôr do sol e na brisa do rio.

À minha eterna amiga Camila, que me mostrou que a distância não destrói uma amizade verdadeira e que mesmo a quilômetros esteve perto de mim, acreditando nesta pesquisa e me presenteando com belíssimos livros que integram as referências desta dissertação.

À Viviane, meu amor, minha luz, meu dengo, que pela sua leveza sem igual, me ofereceu amor, cuidado, atenção e seu colo mais quente e suave nas horas mais tensas. E que me ouviu atentamente sem julgamento mais com muito amor. A você agradeço e dedico a história de todas essas mulheres. Te amo!

Às minhas irmãs de luta do Movimento Negro de Catanduva, Assunção, Karla, Selma, Taise, Regina e Eleonora minha afilhada, que ainda está sendo gestada. Vocês acreditaram em mim, me ouviram pacientemente, botaram fé e tinham a certeza da defesa dessa dissertação. Mulheres negras do meu coração, vocês foram meu impulso e coragem para enfrentar o meio acadêmico e vir falar das nossas histórias.

Aos meus amigos e amigas, Patrícia, Raissa, Amanda, Bruno, Heitor, Manezão, Gustavo, Isabela e Thayná, com a leveza de vocês, pude enfrentar este caminho de forma mais tranquila e acreditando que haveria luz no fim do túnel. Cada sorriso vivido na presença de vocês foi um fôlego ganhado para a luta diária.

Aos meus primos, primas, tios, tias, madrinhas e padrinhos. As esperanças de vocês me fortaleceram no caminhar, assim como os momentos que passamos juntos me formaram na pessoa que sou hoje e que defende essa dissertação.

Às meninas do CRAS de Irapuã, Carol, Daniela e Loiane, pelo exemplo profissional, foram um espelho de abordagem e cuidado com o público mais vulnerável da Assistência Social. Vocês abriram as portas para mim, desde os estágios enquanto uma oportunidade, acreditaram

no meu trabalho e na minha atuação. E se hoje estou aqui, além de carregar vocês comigo, levo todo aprendizado partilhado em todos estes anos.

Ao gestor da Assistência Social de Urupês, Alison, e a toda a equipe do social, Rosalina, Leonésia, Iraci, Adriana, Carina, Flávia, Joelma, Rose, Vanessa, Zezé, Amanda, Juliana, Milka, Alessandra, Néia, Alana, Milena, Vanessão. Vocês me seguraram em muitos momentos neste percurso para não esmorecer neste processo. Meus sinceros agradecimentos.

Aos meus babalorixás Babá Cláudio de Oxalá e Babá Radames de Iemanjá, vocês foram meus guias, me encontrando e me aliviando do desespero, do temor, me iluminaram com a fé e amor nos orixás, me apresentando a oxum, ogum, exú. Meu amor eterno a vocês que me iniciaram no Candomblé e me acolheram como abiã no Ilê Maroketo T'Obatalá.

Aos orixás que me guiaram, em especial a Exú e minha mãe Oxum e meu pai Ogum, a quem devo a força recebida, alegria nutrida e perseverança no caminho. A eles meu amor por caminhos abertos, inteligência colhida e a vitória alcançada. Sou grata por ser da religião de matriz africana, sou grata por ser macumbeira e do candomblé.

As minhas filhas gatas e não humanas, Bethânia e Benin, que mesmo distante Bethânia se fez presente com sua alteridade e particularidade. A Benin que foi um presente do destino e passou a me acompanhar em horas de escritas me dando amor no colo, ou estando na minha companhia na mesa de estudos ou na cama. Mamãe ama vocês!

A Elis, Dandara, Belchior, Thor, Tequila, Pretinha, Zé tripa, Charlote, Salaminho Athena e Iara, não humanos, mais que foram um afago, me alegrando em muitos momentos de tristeza e dificuldades. Titia lhes ama.

Aos Racionais Mc's, Djonga, Emicida, Flora Matos, Karol Conká, Sabotage, Criolo, que me impulsionaram com suas músicas. O rap nacional me ajudou a andar neste caminho, me trazendo força, me trazendo sagacidade, acalento, humildade e paz.

Aos professores Lilian, Fúlvio, Loiane, Mara, por acreditarem desde o processo da graduação em Psicologia, por me provocarem dizendo que o lugar acadêmico também poderia ser ocupado por uma mulher negra. Pelo conhecimento dividido, pelo amor a profissão e as pessoas ensinado, pela consciência de classes e raça despertado. A vocês, meus profundos agradecimentos, vocês fizeram parte da minha história!

Aos professores do Ensino Público Infantil, Fundamental e Médio, Ariadina, Édina, Dermival, Edson, Dona Maria, Regicélia, Ricardo, Vânia, Daniela, Lilian, Regina, Thelma, Adriana. Vocês me cuidaram quando ainda era uma semente, hoje eu cresci, sou uma árvore, tenho folhas e estou dando meus primeiros frutos. Agradeço por acreditarem na educação pública. Agradeço por cuidarem do meu processo de aprendizagem e com amor me guiarem até o meu presente. Minha terna gratidão aos primeiros mestres da minha vida. Eu sou porque antes de mim, vocês foram.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

A mim, foi dado desde quando estava no Orum, um destino... o destino de sentir, de ouvir, de chorar e sorrir, as histórias das mulheres negras deste Brasil.

Desde que me lembro, falo pelos cotovelos, na minha doce e áspera língua eu tomo e lanço vida: P A L A V R A!

No meu peito há um céu onde oyá às vezes vem visitar... Xangô também reside nesse peito/céu... trovejando e me fazendo tremer ...

Fico acometida por esse fenômeno e me indago se não seria isso que me fez existir enquanto mulher.... Será que isso acontecia com a Rainha Nzinga? Ou com Dandara nos Palmares? Ou até mesmo com Tereza de Benguela no Quariterê? ...

Não importa... O que faz diferença talvez, não seja se isso acontecia também com elas... o que realmente importa é que os mesmos motivos que as levaram a persistir e perseguir a libertação, são os mesmos que me acometem e me fazem continuar hoje...

Eu sou um contínuo... Nem começo, nem meio, nem final, apenas um contínuo...

*Ó Mulher negra brasileira!
Sua força é atemporal
Me agarro sempre a ela
E atravesso o vendaval*

No meu peito jazz Tereza, Marielle,, Dandara, Elza, Lélia, Beatriz...

Mandisa – Narrativas de Mulheres Negras

RESUMO

A presente pesquisa registrou, pelo processo investigativo, a dedicação a análise das concepções e dos sentidos que o trabalho e a chefia familiar possuem para mulheres negras, atendidas em Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e beneficiárias dos Programas de Transferência de Renda (PTR) federal e estadual paulista. Visando identificar a totalidade da composição do trabalho que abarca estas mulheres, buscamos dois objetivos norteadores, a saber: 1- (re)conhecimento e a discussão das conceptualizações e sentidos da laboralidade informal para estas mulheres; 2- evidenciar os nexos do objetivo primeiro, com a incumbência da chefia do lar e os seus desdobramentos no tocante à potencialização e às dificuldades que o acúmulo destas funções sociais e dos seus desdobramentos concretos e subjetivos acarretam na perspectiva das próprias mulheres. Para alcançar os objetivos propostos, foram realizadas entrevistas pelo dispositivo da Clínica da Atividade, Instrução ao Sósia, com duas voluntárias, participantes e usuárias do CRAS, em uma cidade interiorana do Estado de São Paulo. Os resultados foram analisados pela metodologia da Psicologia Histórico-Cultural, denominada núcleos de significação, o que possibilitou a sistematização e construção dos dados coletados em dois núcleos: 1- O percebido e o não percebido na rotina diária de trabalho; 2- Matriarcado e o trabalho informal: Mulheres negras-faróis. Ainda, contamos com as produções marxistas do materialismo histórico e dialético em interface com os estudos das relações étnico-raciais produzidos internacional e nacionalmente, como fundamento teórico do trabalho. Por resultado, identificamos a permanência no trabalho informal com o sentido de mantimento da rotina dupla de trabalho como meio para promover e garantir os sustentos dos filhos e futuros destes. Por terem uma dupla rotina, iniciam o trabalho pela alvorada e encerram no crepúsculo. Por isso, o cansaço e a exaustão foram percebidos enquanto resultado desta rotina. Além disso, um dos resultados importantes constata-se na presença de subordinação, submissão e respeito nas relações do trabalho entre as mulheres negras trabalhadoras e as pessoas brancas que as empregam. Em suas falas, notamos a herança escravocrata da atribuição dos papéis, as quais iniciaram precocemente a vida laboral informal na lavoura, na cozinha e na venda, permanecendo neste lócus laboral até os dias de hoje. Outro resultado que se destaca é que estas mulheres foram identificadas mesmo quando há a presença masculina em suas residências, como as responsáveis e chefes principais da família, ocupando o lugar de *viga mestra*. Contudo, a religião foi notada para elas como um ponto de apoio, ao mesmo tempo em que de alienação frente as suas realidades, fazendo com que permaneçam nas ocupações informais e rotina excessiva de trabalho. Entretanto, o CRAS foi sinalizado, para elas, como promotor de autonomia e segurança, para o enfrentamento de suas vivências, diante das violências raciais, de gênero e de classes.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Relações Étnico-Raciais; Psicologia Histórico-Cultural; Materialismo Histórico e Dialético.

ABSTRACT

The present research registered, through the investigative process, the dedication to examining the conceptions and meanings that work and family headship have for black women, assisted at a Social Assistance Reference Centers (CRAS) and beneficiaries of Income Transfer Programs (PTR) federal and state, in São Paulo. In order to identify the totality of the composition of work that encompasses these women, we seek two guiding objectives, for knowledge: 1 - (re)cognition and discussion of the conceptualizations and meanings of informal work for these women; 2- Highlight the nexus of the primary objective, with the responsibility of the head of the household and its consequences regarding the potentialization and difficulties that the accumulation of these social functions and their concrete and subjective developments bring about the perspective of the women themselves. In order to achieve the proposed objectives, interviews were carried out through the device of the Clinic of Activity, Instruction to the Double, with two volunteers, participants and users of CRAS, in an interior city in the State of São Paulo. The results were analyzed by the methodology of Historical-Cultural Psychology, called meaning cores, which enabled the systematization and construction of the data collected in two cores: 1- The perceived and the unnoticed in the daily work routine; 2- Matriarchy and informal work: Black women lighthouses. Still, we count on the Marxist productions of Historical-Dialectical Materialism in interface with the studies of Ethnic-Racial Relations produced internationally and nationally, as the theoretical basis of the work. As a result, we identified the permanence in informal work with the sense of maintaining the double work routine as a means to promote and guarantee the livelihoods of children and their futures. Because they have a double routine, they start work at dawn and end at twilight, so fatigue and exhaustion were perceived as a result of this routine. In addition, one of the important results can be seen in the presence of subordination, submission and respect in labor relations between working black women and the white people who employ them. In their speeches, we note the slave-holding heritage of the assignment of roles, in which they early started their informal working life as farmers, as cooks and as sellers, remaining in this work locus to this day. Another result that stands out is that these women were identified even when there is a male presence in their homes, as the heads and main heads of the family, occupying the place of the main provider. However, religion was noted for them as a point of support, at the same time as an alienation from their realities, causing them to remain in informal occupations and excessive work routines. However, CRAS was signaled to them, as a promoter of autonomy and security, to face their experiences, in the face of racial, gender and class violence.

Keywords: Black Women; Ethnic-Racial Relations; Historical-Cultural Psychology; Social Psychology; Historical-Dialectical Materialism

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Instrumentos de castigo e suplício dos escravos.....	68
Quadro 2 - Pré-indicadores com base nas entrevistas de JQ	111
Quadro 3 - Pré-indicadores com base nas entrevistas de EC.....	114
Quadro 4 - Pré-indicadores presentes nas falas das entrevistadas JC e EC e a sistematização destes em indicadores.....	116
Quadro 5 – Indicadores e Núcleos de significação	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC- Benefício de Prestação Continuada

CAD SUAS- Cadastro Único

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

IPEA - Instituto de Pesquisa Aplicada

IS- Instrução ao Sósia

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MNU- Movimento Negro Unificado

PAIF- Serviço de Atendimento Integral às Famílias

PBF - Programa Bolsa Família

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

PTR - Programa de Transferência de Renda

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	15
2 INTRODUÇÃO.....	18
3 ACEPÇÕES ACERCA DO MARXISMO	24
3.1 Materialismo histórico e dialético	32
3.2 Nexos entre o marxismo e as questões étnico-raciais	39
4 O CAPITALISMO, O TRABALHO E A MULHER NEGRA.....	54
4.1 Escravidão e os papéis da mulher negra	60
4.2 O mercado de trabalho e a condição da mulher negra.....	72
4.3 O trabalho informal e a chefia familiar feminina de mulheres negras	82
5 PSICOLOGIA HISTÓRICO CULTURAL	85
5.1 Psicologia Histórico Cultural uma vertente teórica do Materialismo Histórico Dialético.....	85
5.2 Consciência e atividade humana.....	88
6 CLÍNICA DA ATIVIDADE E A INSTRUÇÃO AO SÓSIA.....	94
6.1 Yves Clot e a clínica da atividade.....	94
6.2 Instrução ao sósia.....	96
7 CONTEXTO SOCIOINTERACIONAL E PERFIL DAS VOLUNTÁRIAS... 100	
7.1 Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).....	100
7.2 Perfil das entrevistadas e aplicação da Instrução ao Sósia.....	102
8 ESTRATÉGIA DE ANÁLISE DE DADOS	105
8.1 Sistematização dos pré-indicadores em indicadores	112

8.2 Nuclearização dos indicadores em núcleos de significação.....	118
9 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISE DOS NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO	120
9.1 Núcleo 1 - O percebido e o não-percebido na rotina diária de trabalho.....	120
9.2 Núcleo 2 - Matriarcado e o trabalho informal: mulheres negras faróis	130
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
11 REFERÊNCIAS	143
12 ANEXO	152
13 ANEXO	154

1 APRESENTAÇÃO

Estamos acostumados e acomodados a escrita acadêmica que em sua característica é objetiva, fluida e carregada de fundamentações teóricas. Acreditamos que seja importante o desenvolvimento da teoria e da pesquisa para que o discente consiga alcançar, em sua perfeição, a abordagem de cada um destes elementos. Entretanto, realço ao leitor que aquela que escreve e está por trás das páginas é uma mulher negra, lésbica e cotista, e que a minha história e os meus passos dados até este momento constituem-se em dimensões fundamentais para o acontecimento desta produção acadêmica. Talvez o incômodo já esteja presente, neste primeiro momento, ao registrar no início de uma pesquisa estas afirmações. Porém, além de acadêmica, esta investigação também é um ato político, que carrega o objetivo de gerar transformação na vida das mulheres negras brasileiras. Contudo, antes de apresentar quaisquer teorias ou dados deste estudo, trago ao leitor aspectos que julgo relevantes da minha biografia e trajetória, os quais integram o quadro deste trabalho.

Isto porque a presente pesquisa é fruto dos nexos entre o meu percurso e estudos introdutórios que realizei ao longo do bacharelado em Psicologia, sobre a construção de subjetividades de mulheres negras, assim como resultado de uma experiência profissional enquanto psicóloga em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e da minha inserção em um movimento social negro da minha região.

De 2014 até 2018, deu-se meu processo formativo na graduação, período em que busquei respostas sobre a condição subjetiva de mulheres negras brasileiras. Ao longo do processo, em meio às dificuldades, a escassez da discussão do tema nas disciplinas fez com que a trajetória fosse dolorosa, ao mesmo tempo que solitária. Entretanto, persistir na busca da temática permitiu me deparar com as dimensões do trabalho informal, chefia do lar e os dispositivos de raça, gênero e classes como fatores importantes que faziam parte da construção da subjetividade dessas mulheres. Vale mencionar que, naquela ocasião, meus estudos não partiam do materialismo histórico e dialético. O método até então utilizado situava-se nas teorias feministas e na esquizoanálise. Porém, ao tomar conhecimento dos dispositivos que atravessavam estas mulheres, surgiram o grande desejo e afinidade pela teoria marxista e as contribuições que ela oferece para o exame crítico e produção de saberes úteis à transformação social, no tocante à temática étnico-racial.

Em 2018, finalizei a primeira etapa de análises por meio de um texto de conclusão de curso denominado *Subjetividades de mulheres negras: um estudo sobre a construção*

subjetiva e o sofrimento psíquico. Um ano antes, em 2017, marcando a finalização desta investigação, também aconteceu a minha aproximação com o movimento social negro em Catanduva, no interior de São Paulo. Os estudos e o engajamento militante com o tema permitiram a minha autodescoberta como uma mulher negra, descendente de pessoas escravizadas e que também era marcada pelos dispositivos de raça, gênero e classes. Juntamente com outras mulheres do movimento negro, fundamos neste mesmo ano o Movimento Negro de Catanduva (MNC). A minha atividade política no movimento social, que persiste até hoje (2022), concedeu a produção de sentido para que eu permanecesse pesquisando sobre os aspectos raciais que envolviam principalmente as mulheres negras do nosso país, já que o MNC é formado majoritariamente por mulheres negras.

Em 2019, iniciei como trabalhadora na Política Pública de Assistência Social em um CRAS e tal prática, que já havia sido experienciada em estágio, nos dois anos anteriores (2017 e 2018), despertou a minha sensibilidade como psicóloga e pesquisadora. Concomitantemente à ingressão no CRAS, no final de 2019, havia sido aprovada como cotista, no programa de pós-graduação em Psicologia na Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, em Assis. A minha ingressão na pesquisa partiu da união entre continuar a investigação iniciada na graduação e a oportunidade, enquanto uma mulher negra, de construir meu caminho na docência na área da Psicologia.

Três anos de dedicação a leituras de bibliografias que discutiam as questões de gênero e de raça e a psicologia, participação em reuniões, eventos e ações pelo MNC levaram-me ao final da graduação em Psicologia, com um conhecimento e experiência social encontrados na prática de estágio em um CRAS do município onde residia, Irapuã, interior de São Paulo. Neste equipamento, deparei-me com um grupo de mulheres beneficiárias do Bolsa Família cuja teoria e atuação política antes experienciada materializaram-se em uma vivência grupal.

Já graduada e dando continuidade à militância, a dedicação do meu trabalho na Assistência Social voltava-se ao atendimento das pessoas mais vulneráveis que, em suma, eram mulheres negras, cujas inúmeras histórias tive a oportunidade de conhecer, e que compartilhavam uma carga tripla de trabalho, cuidado com os filhos e sustento da família. Em tal momento, identifiquei que era necessária a permanência na pesquisa, antes iniciada, porém com o recorte não somente de raça e de gênero mas também de classes e que estivesse especificamente no contexto da Assistência Social. O processo anterior de pesquisa e a experiência profissional permitiram a proximidade e o contato com estas vidas e histórias, sendo de suma importância para o olhar da ciência e da psicologia investigar os sentidos do trabalho informal e da chefia do lar.

Desta forma, compreende-se que a trajetória e as escolhas que fiz até então me trouxeram-me a esta presente investigação, representando a ligação existente entre objeto estudado e pesquisador inserido no processo de construção e produção do conhecimento em Psicologia e relações étnico-raciais. Procuro, através desta pesquisa, promover a transformação social que o meu povo tem buscado durante longos anos de luta. Acredito que, ao me colocar em movimento, junto com estas mulheres através desta pesquisa, concretizamos o que Angela Davis prenunciou: *Quando uma mulher negra se movimenta, toda uma estrutura se move com ela*. Esta pesquisa, portanto, visa a esta provação, gerando a modificação que buscamos. O que eu desejo é aquilo que o meu povo desejou nas suas lutas e transformações conquistadas, desde os mais remanescentes quilombos: uma sociedade socialista e antirracista.

Sendo assim, em seguida, na introdução, demonstraremos os objetivos da pesquisa, método utilizado e algumas definições iniciais que auxiliarão a compreensão em um primeiro momento sobre a presente dissertação.

2 INTRODUÇÃO

O presente texto registra o processo investigativo que foi dedicado a análise das concepções e dos sentidos que o trabalho e a chefia familiar possuem para mulheres negras, atendidas em CRAS e beneficiárias dos Programas de Transferência de Renda (PTR) federal e estadual paulista. Dito de outra maneira, o que se pretendeu foi perseguir dois objetivos articulados e mutuamente complementares: o primeiro, remeteu-se ao favorecimento do (re)conhecimento e à discussão das conceptualizações e sentidos da laboralidade informal. Já o segundo, procurou evidenciar os nexos do objetivo primário, como a incumbência da chefia do lar e os seus desdobramentos no tocante à potencialização e às dificuldades que o acúmulo destas funções sociais e dos seus desdobramentos concretos e subjetivos acarretam em suas perspectivas. Cumpre notar que foram voluntárias deste estudo duas mulheres autodeclaradas negras, com idade entre 20 e 65 anos, chefes de família e moradoras do município de Irapuã, Estado de São Paulo, atendidas no único CRAS¹ disponível na cidade, beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) ou do Programa Renda Cidadã, sendo o primeiro, do governo federal e o segundo, gerenciado pelo governo estadual paulista. O trabalho de pesquisa foi realizado tendo como aportes teóricos e metodológicos a Psicologia Histórico-Cultural e a Clínica da Atividade, ambas vinculadas às tradições da filosofia materialista histórica e dialética de Karl Marx e Friedrich Engels. O dispositivo utilizado na recolha de dados foi a Instrução ao Sósia (I.S) numa variante remodelada e adequada para o Brasil e para o contexto específico deste estudo.

Na investigação, foi adotado o conceito de sentido na perspectiva sócio histórico-cultural de Lev Semenovitch Vigotski, em que poderemos interpretar os sentidos destas mulheres sobre os aspectos do trabalho informal, chefia familiar feminina, cuidado com os filhos, entre outros aspectos, a partir da consideração da construção de sentidos do ponto de vista semântico, ou seja, uma construção que se constitui dialogicamente nas relações sociais, “onde uma gama de signos é posta em jogo, o que permite a emergência de processos de singularização em uma trama interacional histórica e culturalmente situada” (BARROS et al, 2009, p. 179). O psicólogo russo Vigotski (1928/1984 apud BARROS et al,

¹ Segundo o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS), o equipamento CRAS é caracterizado como Proteção Social Básica, sendo responsável pelos serviços socioassistenciais às famílias e a comunidade, serviços estes como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

2009), em uma primeira argumentação do sentido enquanto função formadora, considera-o dinâmico, complexo e fluido, o que configura uma variação. Já em um segundo aspecto, o sentido estaria não na mente do indivíduo, ou na natureza, ou em outras instâncias transcendentais, mas estaria na relação e articulação dialética do sujeito com a história do mundo e a experiência do agora do sujeito. Vigotski traz ainda mais dois aspectos do sentido: no terceiro aspecto, há um jogo de forças entre semelhanças e diferenças com estabilidades distintas, enquanto o quarto aspecto indicaria que o sentido teria um caráter plural e ilimitado.

É importante ressaltar que os constructos de Vigotski constituem o centro dos fundamentos da Clínica da Atividade desenvolvida por Yves Clot e outros pesquisadores do Conservatoire National des Arts et Métiers de Paris (CNAM). Foi esta perspectiva teórico-metodológica que norteou a recolha e análise de dados acerca do mundo laboral nesta pesquisa (PEREZ, 2016). De acordo com Deivis Perez (2016), as apropriações de conceitos vigotskianos da Psicologia Histórico-Cultural pelos estudiosos da Clínica da Atividade possibilitou que estes construíssem um entendimento de trabalho enquanto experiência concreta e simbólica, permitindo à pessoa modificar seu meio e desenvolver a si mesmo entre a ação individual e coletiva a partir do estímulo que este trabalho oferta, ou seja, a consolidação e emersão das capacidades pessoais e grupais.

Considerada como uma vertente teórico-metodológica inserida na Psicologia do Trabalho, a Clínica de Atividade, além de ter suas raízes na Psicologia Histórico-Cultural de Vigotsky, também possui contribuições das correntes francesas tradicionais de análise do trabalho de Wisner, médico e ergonomista francês, e também de Le Guillant pela psicodinâmica e psicopatologia da abordagem do trabalho, assim como as contribuições do psicólogo italiano Oddone pela Psicologia Social do Trabalho e de seu envolvimento com os movimentos sociais de operários.

Há que se considerar que Wisner contribuiu com a Clínica da Atividade ao indicar a atividade humana, não se restringindo ao trabalho prescrito, ou seja, em seu contexto e execução, a atividade foi apontada como atividade real e situada. Este, ao inserir-se no meio laboral, evidenciou que uma análise fiel do trabalho dar-se-ia através da consideração das influências que incidem sobre a atividade laboral na sua realização. Wisner, deste modo, sugeriu que os trabalhadores eram capazes de serem ativos ao contribuir com a análise do seu trabalho e as condições implicadas na atividade. Ademais, Le Guillant, ao centralizar as doenças e o drama do trabalhador envolvidos na atividade, considerou a psicopatologia do trabalho. Deste modo, preocupou-se em promover a transformação do trabalho ao debruçar-se sobre a investigação dos ressentimentos e sentimentos, conflitos e também sofrimentos

apresentados na laboralidade, que, conseqüentemente, dirimiam a capacidade do poder de agir dos trabalhadores, ocasionando alienação e adoecimento (ERCOLANO, 2019).

Já Oddone, ao desenvolver pesquisas sobre o modelo operário italiano, influenciou Clot fortemente ao evidenciar a necessidade da invenção e reinvenção de instrumentos de pesquisa e uma nova forma de ação da Psicologia nos contextos de trabalho, propondo uma reorganização das formas de análise e transformação do trabalho a partir das reflexões e ações coletivas dos trabalhadores. Assim, ao criar os grupos operários homogêneos, ele propôs o protagonismo do trabalhador na pesquisa como avaliador dos riscos e solucionador mediante as propostas. Oddone, com a aproximação dos coletivos do operariado, procurou mantê-los para, em seguida, ampliar o seu raio de ação. Assim, propôs um novo jeito de fazer psicologia do trabalho, tendo um objetivo único: “ampliar o poder de ação dos coletivos de trabalhadores no meio de trabalho real e sobre eles mesmos” (CLOT, 2010, p.84). Em sua experiência com o grupo homogêneo, Oddone constatou que se tornaram protagonistas de análise do meio, não sendo um grupo passageiro, pois no grupo havia a portabilidade das suas experiências (ODDONE, 1981 apud CLOT, 2010).

Baseando-se nestes autores, Clot desenvolveu seus próprios instrumentos metodológicos na Clínica da Atividade por intermédio do entendimento da atividade operária, enquanto reconhecimento de objeto de transformação e não somente de reconhecimento, assim como, para Vigotsky, a psicologia deve ser um instrumento de produção de conhecimento, análise crítica do real e busca da sua transformação. A Clínica da Atividade, para Clot, em tais termos, torna-se também um método de ação para, posteriormente, tornar-se um método de conhecimento, pois será apenas através de uma experiência de transformação que os segredos da atividade psicológica poderão ser revelados. Para isso, é preciso um método que provoque o desenvolvimento, no qual os sujeitos possam descobrir suas capacidades ao avaliarem a si mesmos diante do que fazem (CLOT, 2010). Notadamente, Clot e seus colaboradores priorizaram os usos de dois dispositivos: Autoconfrontação Cruzada e a Instrução ao Sósia. Nesta pesquisa, foi utilizado este último instrumento, adaptado para o contexto em que a Instrução ao Sósia foi aplicada.

Diante disso, é importante assinalar que a Instrução ao Sósia, dispositivo criado por Oddone em 1970 e apropriado e aperfeiçoado por estudiosos da Clínica da Atividade e adotado neste estudo, de acordo com Ercolano e Perez (2019a), caracteriza-se como um dispositivo metodológico, através da perspectiva dialética marxista capaz de gerar movimento a partir da sua aplicabilidade, transformando a atividade do trabalhador ao refletir sobre as ações individuais e coletivas, conscientizá-las e estimulá-las no campo laboral. O dispositivo

criado “permite aos sujeitos transformar a experiência vivida, de um objeto em objeto de uma nova experiência vivida” (VIGOTSKI, 2003 apud CLOT, 2010, p. 202), sendo possível, por intermédio dele, estudar a transferência de uma atividade para outra, ou seja, torna-se possível compreender o modo como tal transferência desenvolve a atividade. A Instrução ao Sósia permite, pelo relatório verbal solicitado da sua atividade, a investigação dos movimentos internos não realizados. A utilidade do sósia, segundo Clot (2010), é um meio deslocado e um contato indireto consigo mesmo, tornando-se uma metodologia indireta. Ela permite a reentrada na ação, ou seja, torna-se um recomeço da ação em outra atividade, a de sósia; é uma repetição sem repetição, servindo de recurso. Neste sentido, visa à possibilidade de o próprio indivíduo repensar, reanalisar, ressignificar, reorganizar sua atividade laboral, ao ponto de ter saltos qualitativos no seu desenvolvimento. Portanto, buscou-se identificar e apreender, por meio da descrição da rotina ordinária destas mulheres, os sentidos das suas atividades como chefes de família, trabalhadoras, mães e nutridoras do lar.

Além de examinar a complexidade dos sentidos manifestados pelas voluntárias da pesquisa, buscou-se perscrutar o desenredar das questões discriminatórias que, transversalmente, atravessam-nas pelas violências de raça, de gênero e de classe (SAFFIOTI, 2004; CARNEIRO 2003; GONZALEZ, 1984). Para tanto, tratamos das perspectivas de sentido, considerando as interações entre o meio e o sujeito de modo não dissociado, mas ambos fluindo dialogicamente para uma construção significativa. Ao pensar os sentidos sobre o trabalho informal de mulheres negras, há de se considerar as condições das determinações sociais que poderão impelir sobre elas uma construção de sentidos influenciados pelas estruturas da violência de raça, de gênero e de classe, já que as questões de raça e de gênero ofertam a solidão, o abandono paternal e a responsabilidade por esta família (PRESTES, 2013), sendo estas violências atributos de desvantagens históricas que determinarão posições sociais específicas (LIMA et al, 2013).

Também identificamos que há polissemia dos termos voltados para a laboralidade. Diante disso, foram adotadas as definições do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2006, 2011) sobre trabalho informal. Destarte, por trabalho informal, compreende-se o trabalho por conta própria e as ocupações sem forma legal delimitada, ou seja, em que há uma remuneração sem estabelecimento de contrato formal de trabalho ou carteira assinada e sem as proteções previdenciárias decorrentes, o que resulta em uma relação laborativa entre o contratante e o empregado, sem que este possua os direitos trabalhistas reservados aos profissionais.

Composição da jornada, ao ritmo e à intensidade do trabalho, às formas de pagamento, ao padrão das relações de trabalho mediado por relações interpessoais, aos tipos de atividades a serem desempenhadas, entre outras. A relação de trabalho, caracterizada por acentuada assimetria entre as partes, é de difícil controle e fiscalização (DIEESE, 2011, p. 19).

Em resumo, o trabalho informal alcança os seguintes trabalhadores: autônomos, conta própria, empregadores informais e também trabalhadores que, muitas vezes, não são remunerados.

As voluntárias desta pesquisa foram duas trabalhadoras informais, mulheres negras, que são mães, chefes de famílias, com e sem companheiros, beneficiárias do PTR, do PBF e do Renda Cidadã. O caráter de elegibilidade para receber o benefício federal do PBF são pessoas com renda média de R\$85,00 per capita, ou que tenham uma renda de até R\$170,00 per capita com filhos(as) até 17 anos. Já o caráter de elegibilidade do benefício estadual Renda Cidadã são mulheres chefes de famílias, com filhos(as) que tenham uma renda de até R\$170,00 per capita. Ambos os benefícios são ofertados às famílias que vivenciam vulnerabilidades em decorrência do subemprego ou desemprego, da precariedade na qualificação profissional e da falta de acesso à saúde, à moradia e até mesmo alimentação. Nem sempre alguém que recebe o PBF, receberá o Renda Cidadã, pois há diferença neste caráter de elegibilidade, ou seja, especificamente, no caso do Renda Cidadã, é imprescindível que a família seja chefiada pela mulher, haja também um maior número de crianças com idade inferior a 18 anos, membro da família cumprindo medida socioeducativa, pessoas na casa com deficiência ou incapacitadas por depender do trabalho, família composta por egressos no sistema penitenciário ou em situação de privação de liberdade. As duas mulheres participantes da pesquisa são referenciadas ao único CRAS, no qual trabalhei, em um município com 8.101 habitantes, segundo o IBGE em 2021² em Irapuã/ SP.

É importante que o leitor, neste primeiro momento, saiba que o CRAS é uma política pública de Assistência Social, conquistada como direito na Constituição Federal em 1988, ao lado do direito à Saúde e à Previdência Social, formando o tripé da seguridade social aos brasileiros. A Assistência Social tornou-se uma política pública, ou seja, um dever do Estado e um direito do cidadão, e buscou superar o assistencialismo. Consequentemente os cidadãos,

² Informações acessadas em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/irapua.html>

através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), recuperaram a dignidade e a autonomia. Os CRAS fazem parte do SUAS, assim como os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centros Pop. A dimensão social que compete ao CRAS está atrelada à proteção social básica, e seus serviços e programas trazem a presença do Estado em territórios diversos, onde há as maiores vulnerabilidades, na tentativa de refazer histórias na vida de cada usuário da Assistência Social (BRASÍLIA, 2009). Posteriormente, trataremos a história dos CRAS e da Assistência Social e o seu contexto, assim como tais elementos apresentam-se importante a nós para esta pesquisa.

O interesse pela investigação também partiu da aproximação da Psicologia enquanto campo do saber acadêmico da realidade de mulheres negras brasileiras, pois há certa escassez da discussão do tema na área, encontrando mais referenciais teóricos deste cunho na Sociologia, Ciências Sociais e Assistência Social. Outro aspecto atrelado ao interesse da pesquisa foi a análise da conjuntura política atual e da situação sanitária no país frente à pandemia (COVID-19) causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, demonstrando válida qualquer produção atrelada ao gênero, raça e classe como oportuno da contextualização de fatores importantes, respectivamente, sobre este grupo específico, neste determinado tempo e espaço, relacionando os impactos sobre a laboralidade.

Cumpramos notar que esta dissertação é composta por seis capítulos, além desta introdução, das considerações finais e referências bibliográficas. Especificamente o leitor encontrará no Capítulo 1 a construção do materialismo histórico dialético criada por Marx, assim como os nexos desta teoria com as relações étnico-raciais. No Capítulo 2, será abordado o processo histórico no Brasil da vivência de mulheres negras e sua relação com o trabalho desde a existência das colônias, às transformações que foram sendo dadas na inserção do capitalismo, às permanências de papéis e o impacto das violências de gênero, raça e classe, na determinação do local delas no país. Também será evidenciado a articulação destas com o desenvolvimento de suas famílias e filhos no percurso da sociedade colonial e capitalista. Já no Capítulo 3, denominado Psicologia Histórico Cultural, ressaltaremos a consciência e a atividade humana como pontos importantes para a pesquisa. No capítulo 4, versaremos sobre as contribuições da clínica da atividade e a instrução ao sócio, instrumento utilizado para a coleta de dados. Posteriormente, no Capítulo 5, apresentaremos o território de pesquisa, o CRAS, o perfil das entrevistadas e a aplicação da instrução ao sócio. Dando seguimento, a Estratégia e Análise de Dados, Capítulo 6, abordaremos a estratégia utilizada para a análise dos dados, na qual será demonstrado a sistematização dos pré-indicadores em indicadores e a nuclearização dos indicadores em núcleos de significação. Por fim, chegaremos no Capítulo 7, contemplando a discussão dos resultados e os núcleos de significação, separados em dois núcleos a saber: Núcleo 1: O percebido e o não percebido na rotina diária de trabalho; Núcleo

2: Matriarcado e o trabalho informal: mulheres negras faróis.

3 ACEPÇÕES ACERCA DO MARXISMO

Neste tópico, será feita a exposição das conexões entre o marxismo e as questões étnico-raciais. Em vista disso, neste primeiro capítulo, aludimos às aproximações de Marx em suas produções com as discussões raciais, assim como abrangemos os pensadores que vieram posteriormente e que contribuíram com tal temática em campo nacional, como Lélia Gonzalez e Clóvis Moura. A nossa motivação em reportar os entrelaçamentos entre marxismo e as questões étnico-raciais em um capítulo inicial buscou diluir dúvidas, ao mesmo tempo que esclarecer questionamentos sobre a utilização do materialismo histórico e dialético, como base para as preposições de raça e gênero as quais utilizamos nesta investigação.

Em resumo, informamos ao leitor que partimos do resgate da história e percurso de Marx e, posteriormente, remetemo-nos ao surgimento da teoria do materialismo histórico e dialético. Por fim, no último tópico deste capítulo, avançamos conceitualmente ao entrelaçar a teoria marxista com as questões étnico-raciais, explanando a colaboração da teoria de Marx nas discussões das temáticas étnico-raciais para a psicologia.

Posto isto, nascido em 1818, em Trier, região da atual Alemanha, Karl Marx foi o segundo de oito irmãos. No período do seu nascimento, Trier estava sendo influenciada pelo liberalismo revolucionário francês e pela reação ao Antigo Regime da Prússia. Pertencente à classe média judaica, assim como seu pai, advogado e conselheiro de justiça, em 1824, iniciou os estudos em Direito na Universidade de Bonn. Marx, na Universidade, tinha uma vida estudantil ativa: ingressou para o Clube dos Poetas e associações de estudantes, sendo, neste período, seu envolvimento com a teoria de Georg Wilhelm Friedrich Hegel, teoria dominante da época, oportunizando a fundamentação da sua principal produção intelectual futura: materialismo histórico e dialético.

Transferido para a Universidade de Berlim, em carta escrita para seu pai em 1837, Marx já descrevia suas contradições com o hegelianismo. Em Berlim, o seu interesse em Direito é migrado para a inclinação e preferência pela Filosofia, recebendo o título de Doutor em 1841, com a tese sobre as diferenças entre Demócrito e Epicuro. No ano seguinte, com sua participação nas publicações na *Gazeta Renana*, Marx deu início à sua vida enquanto publicista. O resultado desses primeiros artigos produzidos e publicados na *Gazeta* como jornalista foram reunidos em *Os despossuídos* no Brasil. Em tal publicação, observam-se os apontamentos de Marx sobre a atuação da burguesia, percebendo seus nexos e seu conflito com o estado, assim como suas exigências e imposições de criação de legislação e poder.

Ao diferenciar o furto de madeira e o recolhimento de madeira seca no chão, questionando se a própria propriedade privada não seria o furto em si, tensiona os proprietários. Marx (1842/2017) denota que o que interessa ao capitalista é aquilo que resultará no maior ganho de capital. Tal interesse particular daquele que explora o comércio, seja da agricultura ou manufatura, difere do interesse público, até mesmo contrapondo-se hostilmente a este último. A acumulação do capital é resultado da concentração da propriedade privada nas mãos dos possuidores de capital. Denunciando os privilégios dos proprietários das propriedades privadas, como costumes contrários aos direitos, revela que a humanidade, dividida em classes sociais, assim como no reino animal, faz parte de uma relação de desigualdade fixada pelas leis.

Marx também se colocava enquanto defensor do direito consuetudinário (costume do direito legal) da população pobre. Há uma diferença concreta e simbólica no ato de recolher madeira seca do chão e retirar os galhos que ainda estão pertencentes às árvores, mas que a Dieta Renana rejeita ao evidenciar a diferença existente entre a coleta de madeira seca no chão (delito referente à exploração) e o furto da madeira. A lei da Dieta Renana mente ao nominar de furto o que não chega a ser nem ao menos um delito e, nesta circunstância, “o pobre é sacrificado por uma mentira legal” (MARX, 1842/2017, p. 57). O costume do burguês converteu-se em costume do Estado, tornou-se lei, e o pobre, proletário e despossuído de terras, terá que seguir o costume tornado lei. Nas palavras de Marx, o burguês encontra na legislação:

Não só o reconhecimento do seu direito razoável, mas muitas vezes até o reconhecimento de suas pretensões desarrazoadas. Elas não têm o direito de antecipar-se à lei, porque a lei já antecipou todas as possíveis consequências do seu direito (MARX, 1842/ 2017, p. 60).

Ao examinar e criticar as leis e a estrutura social da burguesia, Marx expôs que, diante da lei, há uma forte ligação física entre pobreza e riqueza ao comparar o galho seco, graveto no chão e a árvore enraizada, cheia de seiva, luz, água e vida. A pobreza humana assemelha-se aos gravetos secos, quebrados e sem vida orgânica, lançados ao chão. Já a riqueza, em contraste com a miséria, é representada pelos troncos e árvores fortes, enraizados, cheios de seiva, assimilando a luz, água e o ar.

Diante da Dieta Renana, criou-se a afinidade do pobre e o seu direito de propriedade ao que se diz respeito também àquilo que se aproxima da sua pobreza. Portanto, o pobre reivindica, diante da sua paupérie, aquilo que lhe é na natureza semelhante à sua penúria,

deixando a riqueza orgânica-física das árvores e troncos cheios de seiva e vida ao seu proprietário premeditado pela lei.

Ao defrontar pobreza e riqueza, Marx exhibe a situação miserável do pobre que tem o direito somente diante deste antagonismo de classes, às migalhas e, ainda assim, pela Dieta Renana, é considerado cometedor de crime pela tomada dos galhos secos caídos no chão. Ao pobre é delegada a característica de despossuído. Para Marx (1842/2017), a existência da classe pobre parte do simples costume da sociedade burguesa de procurar por um lugar na estruturação consciente do Estado.

Em 1843, mesmo período em que os esboços sobre a questão judaica e a crítica filosófica a Hegel surgem, Marx intui que a dialética hegeliana devia ser o princípio da dinamicidade do materialismo, ocasionando, na sua concepção revolucionária, o materialismo enquanto uma filosofia da práxis, tomando de Hegel “os giros dialéticos e a concepção teleológica da história humana”, dando forma gradual a sua teoria (GORENDER, 2011).

Ainda no mesmo ano, na França, Marx tem um encontro importante que muda o curso da sua história. Moses Hess e George Herwegh apresentaram a ele as sociedades secretas socialistas e comunistas e as associações operárias alemãs, dando mais sentido às suas produções até então discutidas e publicadas. Dois anos após seu caminho iniciado como publicista, divulga artigos sobre a questão judaica em conjunto com *Introdução a uma crítica da filosofia do direito de Hegel*, em 1844. Ao que se refere a Hegel, veremos suas contribuições a Marx ainda neste capítulo.

Nesta mesma etapa, é escrito os *Manuscritos econômico-filosóficos*, que foram publicados somente em 1982. Nos *Manuscritos*, Marx (1982/2004) demonstra que a existência das classes de operários e de trabalhadores sem propriedade é resultado da desvalorização do trabalho que a acumulação de capital em poucas mãos ocasiona. No capitalismo há uma valorização do mundo das coisas, ao mesmo tempo em que acontece a desvalorização do mundo dos homens: “(...) O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria” (MARX, 1982/2004, p. 80).

Neste sistema, o trabalhador torna-se pobre quanto mais riqueza produz. O aumento em poder e extensão da sua força de trabalho e produção resultam em tornar este indivíduo mercadoria desvalorizada. Há a lógica da objetificação deste trabalhador, o qual, frente àquilo que produz, torna-se o objeto de poder independente deste produtor. Este produto que o trabalhador produz e que se torna objeto defronta-se como um ser *estranho* diante do sujeito, pois “o produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa, é a objetificação do trabalho” (MARX, 1982/2004, p. 80). Apresenta-se este sujeito no estado

econômico-nacional como desefetivado. Nesta lógica, temos o trabalhador de frente com a perda do objeto e ao mesmo tempo, de com a servidão ao objeto.

Portanto, o auge da servidão está somente de que, enquanto trabalhador, ele se mantém enquanto sujeito físico, sendo trabalhador apenas enquanto este último. No mundo capitalista, a efetivação do trabalho enquanto sua objetificação (coisa) oferece ao trabalhador a vivência da perda do poder do produto, passando a servir o objeto. Sendo assim, sua apropriação dá-se enquanto estranhamento e alienação.

[...] O trabalho mesmo se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com os maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções. A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital” (MARX, 1982/2004, p. 81).

O trabalhador é pilhado e torna-se despossuído das terras, da vida e também dos objetos de trabalho, pois o seu trabalho torna-se o próprio objeto, ficando sob o domínio do seu produto, ou seja, do capital. Entende-se que o homem pertence ao objeto: quanto mais se coloca, mais se desgasta, mais perde de si mesmo colocando no que produz tudo o que se tem e possui. A característica do estranhamento dá-se pela exteriorização e destituição da pessoa e da sua atividade mais vital, o trabalho. No capitalismo: “o trabalhador não detém o próprio trabalho, os seus meios, produtos, em função disso afasta-se de si mesmo” (PEREZ & ERCOLANO, 2019b, p. 112).

Neste processo, o trabalhador é utilizado somente enquanto meio para criar produtos, os quais não irão pertencer a este. Deste modo, a apropriação do trabalho para este sujeito surge e apresenta-se enquanto estranhado e exteriorizado. O fim do trabalho estaria no objeto e não neste trabalhador que produz, designando a desefetivação deste.

A efetivação do trabalho tanto aparece (...) que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome (...) Quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (...) tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (...) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior (e) tanto menos (o trabalhador) pertence a si próprio (MARX, 1982/2004, p. 80-81).

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, é feita análise pelo autor do trabalho estranhado em quatro níveis: “(a) estranhamento como perda do objeto; (b) estranhamento no desenvolvimento da atividade produtiva; (c) o estranhamento do gênero humano e; (d) o estranhamento da pessoa pela própria pessoa” (PEREZ & ERCOLANO, 2019b, p. 113-114). Os níveis demonstram que é estranhado no trabalhador, pois o que produz não o pertence, o

fim do trabalho está na aquisição salarial enquanto meio de subsistência e não enquanto sentido e modificação da natureza.

O trabalho torna-se alienado, pois nem o objeto nem o trabalhador pertencem a si mesmo. Ele só se realiza não no trabalho, mas nas ações de animais: comendo, bebendo, procriando. No ato da atividade, por não pertencer a si mesmo, o que produz pertence ao outro, portanto, o trabalho é forçado, mortificado e sacrificante. Torna-se o trabalho somente um meio para satisfazer suas necessidades fora dele. O homem é arrancado da vida genérica. Como consequência, em sua subjetividade na atividade, ocorre o estranhamento do seu próprio gênero humano, tornando sua existência individual. O próprio homem estranha este outro homem, assim como ele próprio estranha a sua essência humana, passa a não se reconhecer mais como tal, a relação é invertida, fazendo com que o homem faça da sua atividade vital apenas um meio para a sua sobrevivência humana (MARX, 1982/2004).

A discussão de Marx neste período sobre o trabalho estranhado ou trabalho exteriorizado contribui até os dias atuais para a compreensão das relações de produção e reprodução e seus estabelecimentos no mundo contemporâneo, assim como seus efeitos nas subjetividades dos trabalhadores e das mulheres negras desta pesquisa (PEREZ; ERCOLANO 2019b).

Em 1845, Marx foi expulso da França pelo governo prussiano. Em Bruxelas, onde se alojou, desenvolveu com Friedrich Engels *A Sagrada Família*, publicado em Frankfurt. Na obra, claramente é notada a ruptura com o pensamento hegeliano, anunciada anteriormente pelas suas contradições com Hegel desde o início dos estudos em Filosofia em Berlim (GORENDER, 2011). A obra criticou o idealismo de redução do mundo às categorias lógicas abstratas, dos jovens hegelianos, representadas pelos irmãos Bauer. Tal crítica mencionava:

[...] todo idealismo como a oposição entre a teoria e à prática, a especulação e as ciências positivas... Marx e Engels destroem a pretensão daqueles de criar uma filosofia da ação e mostram que suas frases idealistas acerca do poder da autoconsciência eram a expressão do medo da burguesia ante a transformação prática do mundo (LLANOS, 1993, p. 126).

Para os hegelianos, a mudança estava no campo da consciência, das ideias. A revolução da sociedade era repleta dessa ilusão em que Marx e Engels teceram suas críticas. A luta pela mudança social dos hegelianos era reduzida apenas na teoria. O trabalho assalariado, o capital, o dinheiro e a propriedade privada seriam superados, para Marx e Engels, somente com criações práticas e materiais, pois tais questões não compunham apenas ideais dos seres humanos, mas eram fatos da realidade concreta e material da vida dos

mesmos. Com tal incidência de reflexões, a perspectiva do materialismo histórico e dialético recebe ênfase na obra, e um primeiro esboço do percurso e da história marxista na filosofia apresenta-se como a luta do materialismo contra o sistema idealista.

Ainda em *A Sagrada Família*, os autores identificam o alcance da consciência crítica pela classe trabalhadora, além de conter o avanço da filosofia materialista, embora ainda não houvesse se desprendido do humanismo de Ludwig Andreas Feuerbach. Marx recebeu contribuições teóricas sobre o materialismo de Feuerbach, fato no qual oportunizou a ele a revelação, permitindo o seu rompimento com Hegel elucidado na obra, marcando sua transição do “idealismo objetivo” para o materialismo, que futuramente tornar-se-ia o materialismo histórico e dialético.

Com Engels, produziu, no mesmo ano, *Ideologia alemã*, publicada em 1982, na União Soviética, devido aos desafios que enfrentavam na época, estimulando a desistência da publicação no ano em que a obra foi concluída. Marx e Engels elencaram a teoria do materialismo histórico e dialético na concepção de edificação de uma epistemologia na economia política e nas relações materiais da vida que se desenvolviam na época (GORENDER, 2011). Ela foi notadamente conhecida por trazer a primeira formulação da concepção do materialismo histórico e dialético, pois o que os indivíduos são depende das suas condições materiais cotidianas de sua produção: “... a produção das ideias, e representações da consciência aparecem a princípio diretamente ligadas à atividade material e ao comércio dos homens, como a linguagem da vida real” (LLANOS, 1993, p. 131).

Na *Ideologia alemã*, realizaram uma análise crítica à filosofia de Feuerbach e, pela primeira vez, ambos nomearam sua doutrina enquanto comunismo científico, além de caracterizarem as formas de propriedade ao longo da história, que constituíram as bases das relações de produção.

De 1846 a 1847, há a grande transição de Marx e de Engels enquanto comunistas. Juntos, organizaram, em Bruxelas, o primeiro Comitê de Correspondência da Liga dos Justos, que compunha correspondentes de várias partes do país. Após a organização, Marx, filiou-se à Liga dos Comunistas, antiga Liga dos Justos, fundando com Engels a Associação Operária Alemã em Bruxelas, sendo eleito, em 1847, vice-presidente da Associação Democrática.

Marcado pela vida intensa enquanto comunista radical, neste período é publicado por Marx e Engels (1848/2005) o *Manifesto Comunista*, desempenhando o marco operário em nível mundial e político, sendo crucial enquanto desenvolvimento histórico, que carregou um teor revolucionário, político, ideológico, institucional e relativo ao protagonismo da classe operária nos eventos históricos. Marx teve a concepção perante a eclosão da revolução

burguesa, a identificação no proletariado como a classe que seria agente da profunda transformação da sociedade ao ser responsável pela abolição da divisão da sociedade em classe (GORENDER, 2011).

No Manifesto, também historicizaram a emergência e a consolidação da sociedade burguesa moderna. A burguesia emergiu das ruínas da sociedade feudal, com o surgimento da distinção das oposições de classes na Idade Média, quando surgiram os primeiros elementos que se configuraram enquanto burguesia. A sociedade burguesa moderna estabeleceu condições de opressão e novas formas de luta no lugar das que existiram na Idade Média. Também foram elencados por Marx e Engels aspectos da colonização, na qual sua exploração das Américas, Índia e África foi um expoente importante de expansão da burguesia que estava emergindo na época. A colonização das mercadorias, navegações e indústrias foram descobertas enquanto potência mercantil, revolucionando a sociedade feudal que estava em decadência (MARX & ENGELS, 1848/2005).

É no bojo do cenário socioeconômico e político supracitado que compareceram as questões da colonização e escravidão, as quais são temáticas relevantes para esta dissertação, e que Marx abordou e criticou em diversos momentos de sua obra. Por exemplo, quando sinalizou para movimentos abolicionistas, em carta redigida em 28 de dezembro de 1846, enviada a um amigo russo, destacando que a escravidão e o capitalismo estavam intimamente conectados. O filósofo alemão referia-se, então, particularmente, à escravidão dos negros no Suriname, Brasil e regiões do Sul da América do Norte enquanto:

Direta (...) crucial para girar as engrenagens do industrialismo atual quanto a maquinaria, o crédito etc. Sem a escravidão não haveria algodão, sem algodão não haveria indústria moderna. Foi a escravidão que deu valor às colônias, foram as colônias que criaram o comércio mundial, e o comércio mundial é condição necessária para a indústria em larga escala. (...) A escravidão é, portanto, uma categoria econômica de importância fundamental (MECW v. 38. p. 101 apud ANDERSON, 2019, p. 143).

Tais considerações são importantes para a discussão das questões étnico-raciais, em interface com as demais violências instauradas socialmente na sociedade capitalista. Para entendermos a questão do negro no Brasil, é necessário compreender que o capitalismo, com suas políticas hipoteticamente dedicadas à universalização de direitos civis, econômicos e sociais, foi incapaz de diminuir o abismo social que separa brancos e não-brancos. A luta, neste sentido, configurou-se entre “burguês versus proletariado”, “patrão versus operário”, “brancos versus negros”, “homens versus mulheres”. O capitalismo e a desigualdade de classes potencializaram conflitos e dicotomias na luta de classes (BELCHIOR, 2009).

Gonzalez (1979) aponta que a questão do negro não é somente uma questão socioeconômica, e sim uma questão de raça em conjunto com a violência dos antagonismos de classes que oprimem conjuntamente o negro no Brasil. Torna-se um equívoco, descolado da realidade e funcional ao capitalismo, dissociar a luta anticapitalista da luta antirracista, além de distanciar-se da classe sofridora, humilhada e privada que os negros, enquanto a classe trabalhadora mais espoliada do país, estão alocados. O racismo é intrínseco à dinâmica do capitalismo brasileiro, pois se configura enquanto elemento principal e constitutivo da história social do Brasil; no escravismo colonial, o fator decisivo foi colocado para o desenvolvimento da estrutura capitalista no país.

A partir do trabalho escravo, foi acumulada riqueza que impulsionou o projeto de modernidade nos séculos XVI, XVII e XVIII do capitalismo. A colonização concebeu como base a inferiorização das raças na divisão do trabalho. Os negros foram escravizados e submetidos a condições desumanas de exploração e brutal violência, carregando, até hoje, marcas profundas, sendo os negros no Brasil a população explorada pelo capital e que está na base desta pirâmide (MOREIRA, 2021).

Marx produziu, de 1863 a 1867, sua obra mais conhecida e divulgada intelectualmente: *O Capital*. Após ter experienciado a vida radical comunista, avançado teoricamente no materialismo histórico e dialético e elaborado conceitos importantes, trouxe, em *O Capital*, indícios significativos sobre a necessidade da discussão das influências e inferências da escravidão na sistematização do capitalismo, questões estas que estavam sendo trazidas pelo próprio autor nas obras anteriores, como vimos até o momento. Para ele, “O trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro” (MARX, 1867/2004, p. 257). Marx situa-nos sobre a emancipação do proletariado ser possível somente pelo fim da escravidão do povo negro no Ocidente.

Além de abordar a escravidão, colonização, política, demografia e os modos de produção capitalista, nos dois primeiros livros, *O Capital I e II*, Marx se dedicou ao capital em geral, sendo o primeiro uma dedicação à exploração do trabalho assalariado, com o tema principal sobre a acumulação da mais-valia e o processo de criação; e o segundo, em uma perspectiva de macroeconomia, ou seja, a compreensão do capital como circulação e produção da totalidade social (GORENDER, 2011). Marx investigou as leis do modo capitalista de produção e sua formação econômico-social, bem como apresentou as bases do socialismo em *O Capital I*. A análise científica que Marx utilizou para assim elaborar tais reflexões deu-se através do método materialista: “Nela a dialética não só encontrou aplicação

exata, mas também está elaborada como método de investigação da realidade objetiva, como lógica e teoria do conhecimento” (LLANOS, 1993, p. 143).

No prefácio de *O Capital I*, Marx considerou como importantes a Guerra Civil Americana no que se refere ao prenúncio das revoluções sociais que estavam por vir, a ponto de ter mudado arranjos políticos e relações de classe e de propriedade e, por isso, evidenciado a importância delas. A luta da guerra civil, que durou de 1861 a 1865, ocasionou uma emancipação humana, forçando os trabalhadores brancos nos Estados Unidos da América e Inglaterra a se posicionarem contra a escravidão.

A possibilidade do desconhecimento dos escritos de Marx sobre a Guerra Civil, que abarcavam classe e raça, pode ser devido à consideração destes como marginais. Os escritos que expõem tal pensamento estão presentes no *The Civil War in the United States*. Tais escritos recebem um enfoque em 1930, durante o período econômico e social da *Depressão*, quando há a união de trabalhadores brancos e negros em movimentos trabalhistas, pleiteando lutas importantes contra o racismo (GORENDER, 2011).

Ao longo de sua trajetória e das suas produções, Marx compilou um conteúdo crítico, sendo suas obras sínteses de teorias e práticas, que nos permitem produzir conhecimento conectado com a transformação da realidade sócioestrutural. Marx mudou a visão para o ser humano, o indivíduo passou a ser compreendido como ser social, conectado dinamicamente às estruturas históricas e sociais. Sua perspectiva revolucionária oferece-nos bases suficientes para a análise e compreensão dos sentidos do trabalho informal para mulheres negras brasileiras.

Nesta dissertação foram utilizadas as bases do pensamento marxista no que se refere ao trabalho estranhado; alienação; materialismo; historicidade; atividade humana; conexões do capitalismo e relações étnico-raciais, além da utilização da perspectiva histórica e dialética para compreender o fenômeno examinado dos sentidos do trabalho informal para as mulheres entrevistadas, abordando as categorias da consciência e atividade.

Nos próximos dois tópicos, evidenciaremos o materialismo histórico e dialético e suas categorias basilares: materialismo; dialética e historicidade, além dos nexos do marxismo com as questões étnico-raciais.

3.1 Materialismo histórico e dialético

Nesta pesquisa foram adotados os aportes e pressupostos da Psicologia Histórico Cultural de Vigotski (1896-1934). Além disso Luria (1902-1977) e Leontiev (1903-1979),

autores basilares, pautaram-se no materialismo histórico e dialético de Marx e Engels. Neste segmento, a fim de conhecermos o materialismo histórico dialético, faz-se necessário identificar algumas das influências filosóficas que instigaram o desenvolvimento da teoria. Marx em sua caminhada na Filosofia, foi inspirado pelos escritos de Hegel e Feuerbach. Tais pensadores iluminaram não somente Marx, mas também a época em que Marx viveu. Ambas as contribuições culminaram e impeliram o autor a analisar criticamente tais teorias e desenvolver o materialismo histórico e dialético.

Segundo Vaz (1992), traduzindo a intenção hegeliana presente na *Fenomenologia do Espírito*, Hegel buscou estruturar o *fio de um discurso científico* às figuras da consciência que são desenhadas no horizonte através do afrontamento deste sujeito ou consciência com o mundo objetivo. Nessa perspectiva, a dupla face histórica e dialética é tecida por Hegel e, para Vaz, essa dualidade é difícil de ser identificada na obra do filósofo.

No que tange a tessitura da face histórica, é encontrada nesta investigação científica a partir das experiências de cultura recolhidas, cultura essa que se desenvolveu em um tempo a partir da junção da reflexão e consciência-de-si e a justificação desta à *tribuna da razão*. Já a face da dialética apresentar-se-á à desobediência dessas figuras da experiência remetida ao tempo e cronologia dos eventos, colocando-se por uma necessidade desenvolvida e imposta à demonstração do *saber absoluto* enquanto adequação entre a certeza do sujeito com a verdade do objeto, caracterizando tal movimento enquanto desdobramento de um discurso lógico e conduzindo a este movimento fundador científico do *saber*, que é absoluto.

Hegel (1988/1992) construiu o caminho do próprio saber e discutiu o acesso ao saber por meio do alcance da *Razão Pura* enquanto projeto fundamental na *Fenomenologia do Espírito*. Ele sugeriu uma produção científica, rompendo com a filosofia de Aristóteles e Immanuel Kant, que o antecederam, ao mesmo tempo em que deu continuidade filosoficamente ao processo de construção do saber. Também propôs a entrada do mundo em um novo tempo, no tempo da razão e da ciência, mas não qualquer ciência, e sim do *saber absoluto*. Através da entrada neste novo tempo e novo mundo, haveria a produção da ciência e uma ampla transformação: “Assim a ciência que é a coroa de um mundo do espírito, não está completa no seu começo... começo do novo espírito é o produto de uma ampla transformação (HEGEL, 1988/1992, p.27). O espírito, portanto, seria o *saber absoluto* que se realizaria ao acessar o saber que está em movimento.

Ao tratar do *saber absoluto*, Hegel considerou a consciência em dois momentos: a) Consciência de si; b) Igualdade para consigo mesmo. No primeiro momento, a relação está presente com o mundo externo, consciência de si enquanto relacional, ou seja, a consciência

apreende naturalmente de modo questionável. Já, no segundo momento, há o estabelecimento da consciência com o objeto, ou seja, a relação entre consciência e objeto. Neste sentido, o espírito acessa o saber em movimento, ao contrário da ciência antes de Hegel, que havia como elemento a imediatez, o que, na concepção hegeliana é analisada criticamente e utilizada enquanto ponto de superação para estabelecer a discussão para o novo mundo e uma nova construção do saber, rompendo com a imediatez presente na ciência e na sua produção.

Para Hegel, "tudo decorre de entender a exprimir o verdadeiro não como substância, mas também, precisamente, como sujeito" (HEGEL, 1988/1992, p. 29). No velho mundo, o sujeito era visto enquanto substancialidade, o que abordava a universalidade do saber, exprimindo a imediatez rumo ao alcance deste último. O sujeito no pensamento hegeliano é visto como substância viva e como ser que, enquanto *negatividade pura e simples*, fraciona-se do simples ou duplica-se imponentemente, expressando novamente a negação da diversidade presente, indiferentemente daquilo que é o seu oposto.

Adiante, Hegel expõe que a consciência realiza dois tipos de negação na relação com seus objetos: A primeira é a negação abstrata ou negação de coisa. Aqui a relação entre duas consciências representa a negação do *senhor e do escravo*, correspondendo a uma relação entre a humanidade e o mundo; A segunda é a negação da consciência ou dialética. Em tal estágio há a transformação do conteúdo presente no pensamento: "Faculta ao sujeito transformar-se pensando na transformação do mundo e de si mesmo... modificar a realidade é um modo de negá-la" (HEGEL, 1988/1992, p. 51). Em Hegel, pela proposição da dialética, o mundo é abordado enquanto mundo sensível que pertence a uma verdade.

Na dialética hegeliana, há a passagem do *em si* para *si*, e três ideias foram implicadas mutuamente nesta concepção dialética de Hegel: determinação, limitação e negação. Negar para o filósofo é afirmar e, todas as determinações são negações. Com tal propositura, Hegel culminou na superação da dialética no mundo científico. Para ele, tal superação dialética "é simultaneamente a negação de uma determinada realidade, a conservação de algo de essencial que existe nessa realidade negada e a elevação dela a um nível superior (KONDER, 1981/2008, p. 25).

Enrique Dussel (1990), em *El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana: un comentario a la tercera y a la cuarta redacción de "El Capital"*, afirma haver uma lógica implícita semelhante a Hegel no desenvolvimento de *O Capital*, assim como na lógica de Hegel, implicitamente uma *Economia Política*. Com tal afirmação, expõe não ser possível limitarmos Marx enquanto materialista, concreto e economicista, assim como Hegel de idealista, abstrato e filósofo. Para Dussel, "são comparações cujos extremos se situam

sempre incorretamente em níveis de abstração onde a comparação não pode dar frutos adequados” (DUSSEL, 1990, p. 329, tradução nossa).

Em sua primeira redação de *O Capital*, Marx considerou a produção geral enquanto uma abstração. Como resultado, ele concluiu que a produção, distribuição e mudança não são processos idênticos, mas que constituem articulações rumo a uma totalidade, portanto diferenças dentro de uma mesma unidade. Tal colocação, segundo Dussel, evidenciou em Marx a efetivação da leitura sobre a lógica de Hegel e que este a praticou ao propor tal acepção.

Hegel, assim como Marx, acreditava no homem enquanto transformador da sua atividade, porém, diferente de Marx, não considerava que a transformação do sujeito era impactada pela sua realidade objetiva. Também percebeu que o trabalho impulsionava o desenvolvimento humano e, no trabalho, o homem, segundo o pensamento hegeliano, produziria a si mesmo. Apesar de tais similaridades entre Hegel e Marx, a este último fazia-se a superação da dialética hegeliana, que para Marx estaria de *cabeça para baixo* e precisaria ser colada *embaixo dos seus próprios pés* (KONDER, 1981/2008).

Outro ponto de divergência existente entre as teorias está na abordagem à sociedade civil enquanto criadora do Estado. Para Hegel, na *Fenomenologia do Espírito*, haveria uma falsa questão na busca da criação da sociedade, pois o indivíduo é social. O signo da razão viria a ser então o desígnio de uma sociedade (VAZ, 1992). Para Hegel: “a razão é agir conforme um fim. A forma do fim em geral foi levada ao descrédito pela exaltação de uma pretendida natureza acima do pensamento “(...) mas, sobretudo, pela proscrição de uma finalidade externa” (HEGEL, 1988/1992, p.32).

Neste sentido, as transformações sociais, segundo Marx, deveriam ser encontradas e buscadas no desenvolvimento da produtividade e relações dos homens, ao empregar estas forças produtivas e relações, gerando o acúmulo para a satisfação das necessidades materiais humanas, pois é o que mantém a existência da supremacia da classe burguesa, ou seja, “a acumulação da riqueza nas mãos de particulares, a formação e o crescimento do capital” (MARX & ENGELS, 1848/2005, p. 51). Estas relações de exploração da força produtiva para geração do acúmulo do capital estariam, para Marx e Engels, na existência do trabalho assalariado.

As contribuições de Hegel para o pensamento marxista e sua construção do materialismo histórico e dialético são inegáveis. Porém, há um limite para tais contribuições no desenvolvimento do pensamento marxista. Ambos os filósofos partem de pressupostos significativamente distintos. O pensamento de Marx tem em conta os constructos hegelianos,

mas avança ao trazer a materialidade e o movimento dialético para o bojo desta perspectiva também material.

De acordo com Hegel (1988/1992), o botão da flor desaparece quando ela desabrocha, refutando o botão quando há o desabrochar da flor, do mesmo modo que o fruto torna a flor um falso ser-aí da planta, como se o fruto fosse a verdade posta sobre a flor. Tal exemplo coloca em vista o movimento de unicidade presente no movimento do germinar, porém, ao considerar o movimento da consciência filosófica, Hegel pontua que será diferente, pois “a consciência que apreende essa contradição não sabe geralmente libertá-la - ou mantê-la livre - de sua unilateralidade; nem sabe reconhecer no que aparece sob a forma de luta e contradição contra si mesmo, momentos mutuamente necessários (HEGEL, 1988/1992, p. 22) ”.

Além das contribuições filosóficas anteriormente mencionadas para o desenvolvimento do pensamento marxiano, estão também as contribuições de Feuerbach. O filósofo explicou, através da análise da religião, o estranhamento ao gênero humano. A religião seria para o homem o que o diferenciaria do animal, pois a capacidade humana está em sua compreensão do mundo exterior e interior, fazendo-o com que tome a si mesmo e ao outro como objeto.

Para o pensador, a religião seria a síntese da produção humana perante a consciência que o homem tinha naquele período, indicando a sua maturação na época. Sendo assim, a religiosidade seria a primeira consciência que o homem teria de si mesmo manifestada naquele tempo histórico. Marx, ao produzir a crítica à religião em 1845, pressupõe a consideração da dimensão humana existente: os indivíduos deveriam ser vistos enquanto agentes principais de transformação do mundo e protagonistas do seu próprio destino. Ao ter contato com a teoria, concordou com o fato do homem ser produtor de deuses, porém avançou ao considerar a concretude dos homens, elevando-se para além da idealização.

Feuerbach trouxe uma solução materialista ao problema da filosofia ao considerar a integralidade e unidade da natureza humana, concebendo o humano enquanto corpo físico que reside no ser e no espaço, além de possuir a interpretação desse movimento e pensar sobre o mesmo. Além disso, considerou a natureza enquanto matéria não criada, mas enquanto matéria eterna e infinita.

Segundo o autor, a natureza é primária e a consciência, secundária. Tal linha de reflexão coincide em Marx, pois ele também partiu destas duas primazias. Entretanto, o seu princípio antropológico possuiu uma compreensão e definição do materialismo incompletas e limitadas. Sua concepção de homem era unilateral enquanto ser corpóreo e sensível, mas não como ser histórico e também ser social. Sua doutrina materialista era contemplativa, não havia

vínculo com a prática, muito menos com a transformação da realidade objetiva (LLANOS, 1993).

O período da Modernidade no século XIX foi erigido pela Revolução Industrial, ideias iluministas, avanços tecnológicos e científicos e a divisão entre a religião e o Estado, culminando em um território propício para a crítica de Marx a Feuerbach. Em ambos percebemos semelhanças no ateísmo e na crítica ao cristianismo, além de Marx ter baseado a sua filosofia materialista e sua teoria da alienação, trazendo sua nova proposta filosófica do materialismo histórico e dialético. Marx, ao produzir a primeira tese crítica, elucidou a realidade enquanto processo dinâmico e indissociável da práxis.

O materialismo que Feuerbach propunha na época trazia apenas a concepção do mundo como objeto. Ainda segundo o autor, o mundo seria estático e passivo, sem a compreensão do mundo enquanto dinâmico e em constante movimento e transformação pelo homem. Na concepção marxista não haveria a separação do homem que reflete e conhece, do que age e modifica a realidade em torno de si. Estaria, deste modo, o ser enquanto ser social. Marx entendia que a religião aliena o homem de si mesmo, pois ela o conduzia a relações egoístas, capitalistas e individuais, e tal alienação poderia ser solucionada através da transformação histórico-social (SANTANA, 2018).

Ao refletir sobre a religião, Marx considerou as três dimensões trazidas por Feuerbach: A primeira dimensão dita religião não faz o homem, mas o homem que faz a religião; A segunda, que religião é autoconsciência e auto-sentimento do homem, porém ela manifesta a miséria do homem, é o soluço do oprimido, o ópio do povo; A terceira dimensão diz que a religião traz o estranhamento do homem de si mesmo, pois é a força externa referente ao homem que se impõe a ele, direcionando-o como deve se comportar e como o futuro irá acontecer.

Ao identificar tais dimensões, o autor manejou a noção de trabalho estranhado/exteriorizado propondo que o trabalhador no capitalismo é considerado enquanto objetificação e mercadoria miserável ao determinar a propriedade para uns e a pobreza e o ser despossuído para outros. Além de ser despossuído, no capitalismo, este trabalhador é tomado como objeto, coisificação e mercadoria. Sendo assim, a apropriação do trabalho em uma sociedade capitalista dar-se-á de forma estranhada, aprisionando e trazendo dor ao trabalhador.

Marx historicizou o conhecimento e partiu criticamente de Hegel, não fazendo do conhecimento uma tábula rasa, a fim de analisar a sociedade burguesa com o objetivo de desvendar sua dinâmica e estrutura avançando sobre a dialética hegeliana. Propôs o avanço ao

contribuir sobre a transformação da realidade, pois analisou criticamente a sociedade burguesa e seu funcionamento ao produzir críticas à propriedade privada, ao estudar economicamente o capitalismo e ao aproximar-se da luta de classes como comunista radical (NETTO, 2011).

Acreditamos que inicialmente a contribuição do materialismo histórico e dialético produziu avanços dos nexos marxianos para a filosofia. Marx, ao sofrer influência do materialista Feuerbach, entre 1843 e 1844, rompeu com a dialética hegeliana, através das concepções de alienação pela religião e dos estabelecimentos da realidade que inferem no desenvolvimento e em sua transformação. José Paulo Netto (2011) realçou que a teoria social marxista, enquanto revolucionária, análoga e também crítica, concebe uma teoria-metodológica, além de despertar reações até o presente momento na sociedade com tal teoria, enquanto modificadora da realidade. Com seu posicionamento e produções, sempre esteve ao lado dos trabalhadores e proletários e não serviu à burguesia. Este era o cunho revolucionário da teoria do materialismo histórico e dialético.

Concluimos que, para os materialistas, a única realidade possível é a matéria em constante movimento, tal qual definição do materialismo histórico-dialético enquanto filosofia que refletirá a ciência da história. Seus objetivos, portanto, têm como base a busca das “transformações econômicas e sociais, determinadas pela evolução dos meios de produção” (ALVES, 2010, p. 1). Deste modo, é possível definir quatro princípios fundamentais:

(1) a história da filosofia, que aparece como uma sucessão de doutrinas filosóficas contraditórias, dissimula um processo em que se enfrentam o princípio idealista e o princípio materialista; (2) o ser determina a consciência e não inversamente; (3) toda a matéria é essencialmente dialética, e o contrário da dialética é a metafísica, que entende a matéria como estática e ahistórica; (4) a dialética é o estudo da contradição na essência mesma das coisas (ALVES, 2010, p. 1).

O materialismo histórico e dialético, como abordagem, possibilita que o entendimento das movimentações dialéticas nos permita ir além da aparência fenomênica e apreender a essência, a estrutura e também a dinâmica daquilo que será investigado. Nesse sentido, tal teoria utilizada oportunizou à pesquisadora reproduzir, no campo ideal, a essência do objeto investigado. Ressalta-se a relação também entre sujeito/objeto nesse processo de conhecimento teórico, colocando para nós a importância destes pressupostos e a necessidade de um capítulo sobre a teoria do materialismo histórico e dialético de Marx. Nessa relação sujeito/objeto, supera-se a relação de externalidade, excluindo qualquer pretensão que exista

de neutralidade na pesquisa-ação, porém tal movimento não extinguiu a verificação da verdade presente em uma prática social e histórica (NETTO, 2011).

O materialismo histórico e dialético não enseja somente ofertar a reflexão sobre o mundo, mas também tem o intuito de transformá-lo. Nesse segmento, a dualidade e binaridade presente em interno/externo, individual/social, não faria sentido para tal teoria, pois o que está em voga é o movimento dialético presente nas instâncias, construindo o ser humano por meio da sua realidade.

A dialética marxiana estaria então ancorada na história. Assim, o homem marxiano não é apenas um ser determinado pela história, mas transformador dela (ALVES, 2010). A teoria de Marx, para o pensador Kopnin, relaciona sujeito e objeto na base unificada da história e do real. Deste modo, ao observarmos a atividade prática dos homens, verificamos a existência de uma coincidência plena de sujeito e objeto, as leis objetivas processam e dirigem a atividade humana (KOPNIN, 1969/1978).

Foi possível até o momento compreender que o materialismo histórico e dialético parte da superação de teorias existentes anteriormente, propondo avanços rumo ao novo modo para a compreensão do ser humano, enquanto ser social, modificador da realidade e que está o tempo todo em movimento. A fim de dar continuidade à compreensão da teoria marxiana, que aqui fizemos uso para o desenvolvimento desta pesquisa, compreenderemos na sessão seguinte os nexos entre o marxismo e as questões étnico-raciais

3.2 Nexos entre o marxismo e as questões étnico-raciais

Quais as contribuições do materialismo histórico e dialético e do pensamento marxiano para as investigações e transformação da realidade na contemporaneidade? Marx foi um revolucionário importante na história e produção teórica sobre os antagonismos de classes e a realidade da sociedade capitalista. Vale mencionar Kevin B. Anderson que, em sua obra

Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais, publicada no Brasil no ano de 2019, analisou escritos pouco difundidos e conhecidos de Karl Marx, tais como artigos publicados no jornal “New York Tribune” e cadernos redigidos entre 1879 e 1882, em que o autor alemão enfocou as sociedades não ocidentais e pré-capitalistas, buscando situar o escopo analítico e o debate para além dos antagonismos de classes e sociedades capitalistas.

Em seu livro, Anderson (2019) aponta que, ao longo da construção de toda a sua obra, Marx manifestou o seu compromisso com a classe operária e também com as lutas

abolicionistas, ainda que a esta segunda dimensão habitualmente se confira menor relevo tanto entre críticos quanto em estudos do filósofo alemão. Nos artigos compilados em *Os Despossuídos (1842/2017)*, criticamente, Marx anunciou a incoerência das leis, que permitiam o privilégio da classe burguesa em detrimento dos pobres, que tinham por direito negado o recolhimento de madeiras secas no chão. Já em *Manuscritos Filosóficos (1982/2004)*, Marx denunciou a desvalorização do trabalhador e seu trabalho no mundo capitalista, resultado da acumulação de bens e privatização das terras para a burguesia.

No *Manifesto Comunista (1848)*, com ênfase, é trazido à tona a importância do proletariado na modificação da sociedade, assim como a explicação do mundo capitalista aos quais os trabalhadores são submetidos. Conforme a teoria marxiana e suas produções avançam ao longo do tempo, Marx continua seu processo crítico de contribuição ao debate sobre o proletariado, mas também referente às lutas não ocidentais, como aquelas que o Oriente estava vivenciando na Índia, China e também a situação de escravização no Brasil e outras colônias. No *Manifesto*, assim como em *O Capital*, Marx denunciou a escravização e a colonização enquanto fundamentais para o surgimento da sociedade burguesa e manutenção da sociedade capitalista: “depois da abolição da escravidão, passa à ordem do dia a transformação das relações entre o capital e a propriedade da terra! São sinais dos tempos, que não se deixam encobrir por mantos de púrpura nem por sotainas negras” (MARX, 1867/2004, p. 72).

Marx atentava-se não apenas às temáticas associadas à exploração do proletariado composto pelos brancos europeus, mas também aos trabalhadores negros dos Estados Unidos e aos irlandeses na Inglaterra e América do Norte. Em 1840, segundo Anderson (2019), Marx ofereceu apoio aos movimentos de independência da Polônia e da Irlanda e também à causa abolicionista nos Estados Unidos. Os textos do *Tribune* foram produções de Marx que continham uma análise teórica explicativa sobre as sociedades não ocidentais a respeito das lutas dos trabalhadores contra os regimes coloniais e capitalistas, como na Índia, por exemplo, relatando o impacto do domínio britânico, assim como as questões de etnia/raça e também nacionalismo referindo-se à escravidão nos Estados Unidos.

Segundo Marx, as conquistas britânicas da Inglaterra, das quais a Índia foi vítima, gerou a destruição da economia e da estrutura social tradicional indiana. Já, sobre a China, Marx enalteceu a Rebelião dos Taiping (1850-1864), que consistiu em um movimento anti-imperialista de base camponesa. De acordo com Marx, a rebelião lutou por uma igualdade até mesmo de gênero. A Rebelião dos Taiping tinha uma inclinação comunista, pois exigiu a distribuição da igualdade e até mesmo a abolição completa da propriedade privada. Ao

mencionar os Estados Unidos, Marx ilustrou a Guerra Civil e a Depressão. A Guerra Civil, entre Norte e Sul, em seus escritos, apresentavam enquanto propositura o princípio constituinte da escravidão. O Sul tinha como objetivo ampliar a escravidão dos negros em todo o país. Os aspectos de destaque do período da Depressão foram enaltecidos por Marx ao que se diz respeito à união de trabalhadores brancos e negros em movimentos trabalhistas, pleiteando as lutas importantes contra o racismo.

Marx, com sua posição abolicionista, colocou-se contra a *Lei Kansas Nebraska*, que tornava legal a escravidão no Oeste, a qual autorizava a extensão da escravidão. Deste modo, em 1860, Marx desenvolveu juntamente com a posição abolicionista um apreço, segundo Anderson (2011), aos revolucionários afro-americanos: “Marx voltaria diversas vezes à ideia de que a União precisava travar uma guerra por meios revolucionários, seja utilizando soldados negros seja encorajando levantes de escravos, em contraste com o que ele via como irresolução por parte de Lincoln” (ANDERSON, 2011, p.146).

Há tendência no âmbito acadêmico no sentido de disseminar e citar repetidamente os textos teóricos dominantes de Marx, tais como: Manuscritos de 1844, Grundrisse e O Capital, negligenciando e menosprezando os artigos do Tribune, contribuindo para uma falta de atenção em relação aos escritos de Marx sobre sociedades não ocidentais, gerando o desconhecimento das produções do jovem revolucionário também sobre essas sociedades não ocidentais e pré-capitalistas.

É possível transpor a leitura que Marx fez sobre os despossuídos e famélicos da Renana para o entendimento da condição das pessoas negras no Brasil na contemporaneidade. Compreende-se, perante a realidade brasileira, que Marx, ao falar dos despossuídos e, levando em conta a condição do negro no Brasil, este encontra-se como o proletariado, despossuído, miserável e subexplorado. Considerando tais aportes da teoria marxiana, quando refletimos sobre as questões raciais em uma sociedade capitalista, precisamos considerar como as formações sociais foram estruturadas.

Diante da visão marxista, a construção das formações sociais está situada enquanto locais nos quais os modos de produção se reproduzem. Portanto, as formas de produção da sociedade pela tradição marxista “compreende todas as formas de se produzir riquezas numa determinada limitação geográfico-temporal” (COSTA & ENCARNAÇÃO, 2012 p. 4). O modo de produção capitalista baseia-se fundamentalmente na acumulação de riquezas, ao mesmo tempo em que está em movimento dialético com outros diversos processos de violência, como o racismo e sexismo. Neste sentido, estaria a produção capitalista numa relação entre o processo produtivo e operação da reprodução social.

Na sociedade capitalista, o que gera a acumulação de capital é a extração do mais-valor, ou seja, a força que move o acúmulo de capital é a força do trabalhador sendo despendida ao ser explorado e superexplorado no trabalho, sendo este trabalho não remunerado e tendo como base a divisão de classes entre burguesia e proletariado. O capitalismo teria um alcance também nos sujeitos e na sua formação diante da sua posição na luta de classes, assim sendo, desde os primórdios do seu desenvolvimento, estaria posto em uma relação dialética entre as formas e as relações sociais.

Marx, ao examinar em *O Capital* o modo como se construiu a *acumulação primitiva*, na sua primeira publicação, coloca-nos que tal forma gerou acumulação nos primórdios do desenvolvimento capitalista das colônias. Ela foi a base para que viesse a se desenvolver o capitalismo com força maior. A *acumulação primitiva* caracteriza-se por um processo violento de invasão e pilhagem de territórios, bem como de exploração de povos determinados. No período colonial, o acúmulo do capital foi alicerçado para que formações sociais que compõem a contemporaneidade pudessem se expandir, permitindo a perpetuação dessa acumulação. Enquanto parte integrante de tal acumulação, está situada às violências de invasão, dominação e colonização.

Em tais processos de exploração colonial nas Américas e aqui no Brasil, a sustentação da divisão do trabalho em raças configurou arquétipos político-ideológicos que sustentaram a questão, para que indígenas, africano e africanas fossem superexplorados para a acumulação de riquezas dos saqueadores de nações, denominados como branco europeu civilizado, mais conhecido entre o povo explorado como aqueles que vieram para matar e destruir (COSTA & ENCARNAÇÃO, 2012).

Para que a divisão racial do trabalho fosse desenvolvida e perpetuada até os dias de hoje, foi fundamental a hierarquização de raças no processo colonial e no percurso da *acumulação primitiva*. O modo de produção da *acumulação primitiva* conecta-se com a divisão racial do trabalho escravo, pois só foi possível que ela tenha sido estruturada a partir da separação racial do labor colonial. Portanto, a construção das significações da raça, enquanto mecanismo utilizado para o controle do trabalho e toda a estratificação social, assumiu um papel fundamental na sociedade capitalista ao que tange o surgimento da *acumulação*.

A *acumulação primitiva*, segundo Marx (1867/2004), não foi resultado final da produção capitalista, mas seu ponto de partida. Tal *acumulação* “data a pobreza da grande massa que, ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito

tenham deixado de trabalhar” (MARX, 1867, 2004, p. 514). Deste modo, para que a produção capitalista se desenvolvesse, foram fundamentais algumas condições de mercado.

Diante disso, duas categorias de mercado na *acumulação primitiva* estiveram presentes: de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e também subsistência; do outro, trabalhadores na condição de escravos e servos, que não possuíam e nem integravam tais meios de produção na colonização. Para Marx, o processo que criou a relação capitalista não poderia ser senão “o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho” (MARX, 1867/2004, p. 515).

Na colonização, o negro escravizado estava colocado na condição de explorado e despossuído de qualquer modo de produção e meio de subsistência. Neste sentido, a categoria de raça, na lógica colonial, conectou-se diretamente com a *acumulação primitiva*, sendo possível a divisão do trabalho e exploração dos negros para que a acumulação acontecesse em nosso Continente (COSTA & ENCARNAÇÃO, 2012). Nesta perspectiva, o racismo teve um sentido histórico para que a existência do capitalismo fosse possível, dependendo este último do racismo para concretizar-se nas realizações do seu desenvolvimento.

Marx (1867/2004) pontua que a *acumulação primitiva* é resultante do processo histórico de divisão entre produtor e meio de produção, ao passo que o racismo nas colônias como categoria de diferença marcava o negro como explorado e avançava em seu desenvolvimento histórico, auxiliando a estruturação do capitalismo no Brasil. O racismo, pela discriminação das raças, a exploração e subjugação de um povo determinado, possibilitou aos brancos colonizadores a distribuição de propriedades e acúmulo de riquezas produzidas pelos escravos (COSTA & ENCARNAÇÃO, 2012).

Até o momento, notamos que o desenvolvimento, assim como o surgimento da *acumulação primitiva*, perpassa o trajeto da colonização e da hierarquização racial presente no contexto colonial. O capitalismo, para se estruturar, partiu desta base acumulativa, ao mesmo tempo em que esta base tornou-se possível pela exploração presente nas sociedades coloniais e pelo racismo praticado contra negros, como organização robusta deste novo mundo. Neste sentido, o Brasil foi um destes territórios em que se fez presente as colônias dos devastadores europeus e escravizadores de pessoas africanas e, portanto, também utilizado como *acumulação primitiva* para a sociedade capitalista que surgiria em seguida.

De acordo com Moura (1983), os quatrocentos anos de escravismo foram definitivos para a organização do nosso país. O trabalho escravo, como referencial básico, aflorou uma série de movimentos “projetivos contestatórios e/ou reivindicatórios, uns mais radicais, outros estrutural e ideologicamente mais limitados” (MOURA, 1983, p. 124).

Nas colônias, a divisão social das ocupações laborais correspondeu a uma divisão racial do trabalho. O trabalho desempenhado pelos escravizados, por força e divisão compulsória, posteriormente na sociedade capitalista, foi acionado no contexto competitivo, enquanto reservava aos negros apenas o que o branco, por inúmeras razões, descartou e desdenhou.

No início da solidificação da divisão social do trabalho, a ideologia introduziu-se de forma dinâmica e foi aproveitada na consciência do colonizado e do oprimido, transformando-o, em muitos momentos, em reflexo passivo dessa ideologia. O colonialismo, a partir da exploração do trabalho e escravização dos povos africanos nas Américas, tornou possível o enriquecimento da burguesia pela exploração e divisão racial do trabalho escravo (MOURA, 1983), revelando-nos que tal formação da sociedade burguesa “...se dá relacionada intimamente à construção das noções raciais de diferença que eram mobilizadas para garantir o sucesso do capitalismo nascente na Europa” (COSTA & ENCARNÇÃO, 2012, p. 13).

As construções apresentadas até então na dissertação encontram ressonância nas preocupações do movimento negro desde a década de 1970 no Brasil, sinalizando a necessidade de conectar as análises acadêmicas críticas, os movimentos sociais negros e a luta anticapitalista. O Movimento Negro Unificado (MNU) percebeu, neste período, a necessidade da conexão da exploração de classe com a questão étnico-racial para compreender na totalidade o problema do negro brasileiro.

Abdias Nascimento, após o retorno do exílio nos Estados Unidos, trouxe a experiência e vivência da América do Norte dos Panteras Negras, aludindo uma conexão necessária entre raça e classe para a compreensão do problema do negro, possibilitando o avanço da juventude negra brasileira nas discussões do país por tais conexões teóricas (DOMINGUES, 2007; OLIVEIRA & RIOS, 2014). Gonzalez (2018b), integrante do MNU, debateu a presença de efeitos neocoloniais culturais no discurso acadêmico, que se perdiam em transposições de interpretações de realidades diferentes e de cunho abstrato. Tal desenvolvimento teórico demonstrava o obstáculo epistemológico, ao passo que estes discursos distanciavam cientificamente o negro da sua realidade, produzindo discursos parciais.

A sociologia acadêmica, por exemplo, justificava a situação atual de marginalização do negro como efeito do despreparo do “ex-escravo para assumir os papéis de homem livre, principalmente na esfera do trabalho” (HASENBALG, 1977, p. 12 apud GONZALEZ, 2018b). A passagem de um regime servil para o trabalho assalariado fez do negro um bom escravo para um mau cidadão brasileiro. Gonzalez (2018a) interpretou tal teoria como o branco e suas instituições desresponsabilizando-se quanto à situação atual do negro. A

segunda teoria ditava que, no Marxismo ortodoxo, a categoria raça diluía-se na temática econômica, portanto a superação da problemática do negro seria resolvida diante da união dos trabalhadores de diferentes raças.

Entretanto, o negro brasileiro nunca alcançou a situação de força de trabalho no capitalismo industrial, pois os negros estavam situados nos tipos A e B do trabalho, ou seja, no desemprego aberto, ocupação em serviços de temporada, sem seguridade e informais. A terceira abordagem teve, por importância, o privilégio racial. Propositamente foi negado ao negro a especialização e capacitação para o trabalho, isto porque ele foi a mão de obra não qualificada e explorada pela indústria. A formação para o trabalho qualificado ficou reservada aos trabalhadores brancos, que desta forma alcançavam melhores condições no labor, assim como melhores salários.

Em tal lógica, o grupo branco foi beneficiado a partir da exploração dos grupos raciais, o que afirmou ao longo do processo histórico a supremacia do povo branco sobre o grupo negro. Havia o entendimento dos grupos racialmente minorizados internalizarem o processo de colonização, portanto, “além da exploração econômica, o grupo branco dominante extrai uma mais valia psicológica, cultural e ideológica do colonizador” (HASENBALG, 1977, p. 50 apud GONZALEZ, 2018b).

Sendo assim, para a autora, por efeitos de tais processos de internalização do grupo dominado, era o negro “que se põe em teu lugar”, do “preto de alma branca”. Dentro do debate na militância, estaria então a compreensão da totalidade do negro brasileiro, segundo Gonzalez, na consideração das duas últimas teorias (marxismo e privilégio racial), pois ambas, conectadas, permitiriam uma análise mais objetiva das relações raciais no Brasil.

A militância negra do MNU no Brasil reconheceu, na década de 1970, a necessidade das conexões destas considerações presentes nas reflexões marxistas, aliadas às reflexões étnico-raciais para compreendermos a situação do negro e da negra no nosso país. Segundo Petrônio Domingues (2007), a luta antirracista era atrelada à luta anticapitalista pelos movimentos sociais negros e lideranças negras nessa época.

Fábio Nogueira de Oliveira e Flávia Rios (2014) explicam que, no fim da década de 70 e início da de 80, o movimento negro contemporâneo emergiu enquanto frente da organização política de esquerda do Brasil, que resistia e fazia oposição à ditadura militar³. Nessa época um tanto incerta, havia a marca de intenso debate político pelas vias de classe e também pela

³A ditadura militar derivada de um golpe de estado com a deposição de João Goulart perdurou no país de 1964 a 1985. Foi caracterizada por um período de estabelecimento de censura da imprensa e restrição aos direitos políticos e perseguição policial a quem se opunha ao regime.

crítica negra. Registros históricos apontam a constituição da identidade negra em conformidade com a construção simbólica, política e material da esquerda brasileira. Havia a influência e ação de militantes negros que pautavam as temáticas raciais nas discussões políticas nas reorganizações das esquerdas e até mesmo nos meios de comunicação da imprensa como, por exemplo, na Liga Operária⁴, mais conhecida como Convergência Socialista.

Dentro do desenvolvimento do MNU, havia a liderança negra Socialista situada no Estado de São Paulo, que revelava que, para o capitalismo manter-se no Brasil e gerar a acumulação de capital nas mãos da burguesia, a força de trabalho utilizada seria a superexploração da população negra (DOMINGUES, 2007). A consideração das conexões da estrutura da sociedade capitalista com as estruturas de raça torna-se um elemento importante para avançarmos nessa discussão sobre as conexões da teoria marxista e compreensões das relações étnico-raciais.

Destarte, no Brasil pós-abolicionista, para que houvesse o desenvolvimento da sociedade moderna, foram necessárias que as formas de produção mudassem, mas nem tanto como a população escravizada sonhava e esperava, a fim de conquistarem liberdade e reparações. Diante do povo preto que se rebelou para exigir o fim da escravidão, o capitalista no Brasil, com o temor das revoluções com base no histórico revolucionário da população negra no Haiti, entre outras colônias, determinou que a exploração do negro dar-se pela exploração de tal população através do trabalho assalariado, para que o acúmulo de riquezas continuasse da mesma forma que na escravidão.

Sendo assim, foram criados cursos de modulação de comportamentos dos negros para que o trabalhador se torne dócil, um conhecimento que foi adquirido pelos negros a fim de render ao capitalista um corpo hábil ao trabalho industrial que estava sendo inserido na sociedade moderna do Brasil na época. Os negros, então, aprenderam com seus senhores para que tivessem uma boa conduta e conquistassem sua alforria, como era prometido aos mesmos. Ao capitalista, sua relação de dominação com o negro foi mantida, pois sua relação era racista, servil, colonial e diretamente atrelada à posição deste grupo social enquanto cadeia produtiva (SHILLIAM, 2020 apud COSTA & ENCARNAÇÃO, 2012).

⁴ A Liga foi fundada em 1972 na Argentina por cinco exilados brasileiros liderados por Jorge Pinheiro. Este último já era trotskista por influência de Mário Pedrosa que conhecera no Chile. Já na Argentina, Pinheiro conheceu Nahuel Moreno, fundador do PST (Partido Socialista dos Trabalhadores) e ligado à Fração Bolchevique da IV Internacional. A Liga Operária formou seus primeiros núcleos em Santo André e na Escola de Sociologia e Política, em São Paulo; a partir de 1973, essa organização clandestina ligou-se ao jornal Versus.

Em 1978, com o surgimento do MNU, os debates de raça e classe foram totalmente imbricados por influência dos movimentos sociais negros, como os Panteras Negras nos Estados Unidos e a revolução Argelina na África, os quais traziam as pautas do antirracismo juntamente com o anticapitalismo e denunciavam o quanto a estrutura da sociedade capitalista dependia das estruturas raciais diante do seu desenvolvimento e permanência. Estes fatos do repertório da compreensão dos antagonismos de classes e raça geraram influências no Brasil e em seu processo de redemocratização, assim como em suas discussões. Este momento marcou a inegável contribuição para as discussões marxianas estarem presentes no contexto brasileiro, conjuntas às discussões étnico-raciais (DOMINGUES, 2007).

As conexões existentes entre raça e classe ajudam-nos a compreender, segundo Clóvis Moura (1983), a substituição do sistema escravista colonial para o modelo capitalista. O sistema competitivo do capitalismo dependente fez o movimento de remanipular os símbolos escravistas sob o negro, ao mesmo tempo em que procurou apagar a memória histórica, tornando o negro a-histórico e flutuante.

O problema do negro no Brasil não é um problema de classe. Partir por tal simplificação, ignorando a complexidade, denota a falta de imaginação sociológica dos cientistas sociais sobre o problema do negro, de acordo com Moura. No Brasil, há muitos elementos negativos do escravismo compondo sua estrutura. Há uma divisão social do trabalho, em que o negro ocupa os trabalhos de mão de obra que o branco rejeita e desvaloriza:

Como vemos, essa divisão social do trabalho que correspondeu, em determinado período, a uma divisão racial do trabalho por força da mão-de-obra ser praticada quase que exclusivamente pelos negros - divisão compulsória, portanto - agora é acionada no contexto competitivo, restringindo-se o espaço de mobilidade social do negro, reservando-se para ele apenas aquilo que o branco, por uma série de razões, descarta e despreza” (MOURA, 1983, p. 30).

Tal divisão é considerada pela classe dominante brasileira uma ação democrática dos colonizadores, pois todo o sobretrabalho do negro escravizado era propriedade do senhor. Sobre a estrutura brasileira, forjou-se o escravismo colonial e, neste sentido, atuou enquanto elemento de entrave ao que tange o desenvolvimento interno da sociedade brasileira, pois foi essa instituição escravista “que permitiu a economia de tipo colonial chegar aos níveis de exploração a que chegou” (MOURA, 1983, p. 36).

A burguesia nacional instituída após o imperialismo brasileiro não observa o negro enquanto operário. Nesta lógica, há uma franja marginal que coloca o negro alijado e

descartado pelas classes dominantes como modelo de operário. O trabalhador ideal brasileiro que exprimia grau de superioridade era, e ainda é, o branco. Ao negro é dado o desemprego e subemprego e, por essa perspectiva, o negro é o elemento negativo e parte integrante do grupo dos *diferenciados*, ocupando na realidade brasileira a base do sistema no lugar de exploração econômica.

O racismo nas sociedades capitalistas configura-se como arma eficaz e poderosa de dominação, pois, através dele, vemos que foi possível, conforme as afirmações acima, a divisão internacional racial do trabalho. A divisão racial do trabalho qualificou a mão de obra dos trabalhadores do mundo e tornou possível a criação de uma escala de exploração do trabalho na concepção da divisão racial laboral: os negros ficaram na marginalização do trabalho e os brancos foram inseridos no mercado capitalista industrial.

Moura (1983), embasado na teoria de Marx, retomou os conceitos de *classe em si* e *classe para si*. Na *classe em si*, há o pertencimento individual real de classe do papel que os trabalhadores cumprem nessa divisão do trabalho. Já a *classe para si* seria o coletivo e os interesses do mesmo grupo, determinada pelo seu entendimento de pertencimento de classe (SANTOS & DARIDO, 2021).

Moura (1988 apud SANTOS & DARIDO, 2021) retomou estes dois conceitos de *classe em si* e *classe para si* a fim de entender as particularidades da sociedade brasileira, na qual, para ele, a diferenciação na conceituação possibilitou a análise de classe desde sua formação, quando ainda é objeto apenas na estrutura social, até o momento em que adquire consciência de que existe e somente no conflito com outras classes no espaço social reconhece-se com objetivos que são próprios e independentes.

Através de ambos os conceitos marxistas, Moura cria as categorias dos povos *diferenciados* e *específicos*. Pela colonização, a divisão de classes utilizou-se da estratificação e da divisão já existentes dos povos *diferenciados*, enquanto bárbaros e animais as quais geraram justificativas baseadas na construção do racismo, que legitimava a exploração e escravização destes povos. Os indígenas e africanos escravizados passaram a ter este pertencimento categórico na estrutura produtiva da sociedade colonial.

Tal desenvolvimento comercial colonialista direcionou racialmente a escravidão aos povos africanos: “Nesse tipo de relação de classes, o escravo não só produz mercadorias, como é entendido como uma” (SANTOS & DARIDO, 2021, p. 7). Pela categoria de Moura, criada com base nas categorias de classe pelo marxismo, o negro, na lógica do colonialismo, é o Outro, o animal, o diferenciado, o qual foi extraído de si todo suor e sangue na escravidão

devido à significação de *diferenciado*, construída histórica-socialmente a partir dos valores instituídos na sociedade de classes.

Refinando ainda as discussões de classe e raça, a autora Lélia Gonzalez, que foi pioneira ao iniciar a discussão destas duas violências agregadas à violência de gênero, aponta-nos a diferença da vida de mulheres negras e não-negras no Brasil perante a sociedade capitalista. Afirmando as acepções de Clóvis Moura ao denotar que o antagonismo de classes e a violência racial irão inferir e determinar a vida de pessoas negras, avança ao colocar que tais questões, acopladas às determinações da violência de gênero que as mulheres negras vivenciam, direcionam-se para uma realidade distinta dos demais na sociedade brasileira.

Em *Lélia Gonzalez primavera para as rosas negras*, uma compilação de seus artigos e principais escritos, lançada em 2018, em um primeiro texto *Mulher negra: um retrato*, a autora aborda a vida de uma mulher negra desde a sua infância, passando pelos anos de brincadeira perdidos e roubados para o serviço doméstico nas fazendas e casas burguesas brasileiras, depois violentada em sua adolescência pelas tentativas e efetivações de estupros dos senhores e burgueses brancos das casas grandes, posteriormente mãe e dona de um lar com filhos, cansada e sem oportunidades suficientes para ascender socialmente através de estudos e ocupações em lugares de privilégios sociais. Em suma, a obra relata um retrato da vida de mulheres negras brasileiras situadas e colocadas em uma sociedade capitalista, racista e misógina: na “faixa de gaza”.

Na obra *Lugar de negro*, Gonzalez e Hasenbalg (1982) referem-se ao crescimento numérico da população negra brasileira na década de 1950. Excluídos dos direitos do Estado e reparação histórica do período da escravidão, o povo negro, foi submetido ao empobrecimento e à diminuição determinada do seu salário. O avanço agressivo do capital, adentrando os setores da economia brasileira, privatizando o meio rural aos latifundiários e extinguindo os pequenos empreendedores (negros) da indústria, desencadeia o surgimento dos boias-frias na história dos despossuídos deste país e a ocupação pela população negra nas favelas, formando o que seria posteriormente considerado a Pequena África. Gonzalez e Hasenbalg abordam a ocupação de trabalhadores negros nos serviços ferroviários de ativação e desativação, assim como nas construções civis.

Percebemos que o remanejamento dos homens e mulheres negras na sociedade burguesa brasileira não foi um processo natural de alijamento social, mas sim consequência de um processo histórico, econômico e social em que o discurso dominante utilizado, enquanto meritocracia e naturalização das desigualdades, justifica a atuação do capitalismo,

racismo e violência de gênero na culpabilização da negra pela condição de pobreza em que se encontra.

A partir daí o sistema se beneficia com a manutenção de tais condições, na medida em que, desse modo, conserva à sua disposição a mão-de-obra mais barata possível. Isto porque a comunidade negra nada mais é do que a mão-de-obra de reserva, utilizável segundo as necessidades do sistema (GONZALEZ & HASENBALG, 1982, p. 16).

Em vista disso, na sociedade capitalista, a mão de obra da mulher negra é reservada e utilizada para os serviços inferiores. Sendo assim, no capitalismo brasileiro, a ocupação dos locais de trabalho destas mulheres são os de *mulata* e o de *mucama*. A mulata e, posteriormente, a doméstica originam-se, segundo Gonzalez (1984), a partir do local criado e dado de mucama na escravidão. A doméstica torna-se hoje a mucama permitida, nas palavras da autora, o *burro de carga*, que presta serviços e bens à família branca brasileira. E, mesmo se houver a ocupação destas mulheres em lugares de privilégio social, ainda assim o racismo e a violência de gênero irão acompanhá-la.

No pensamento de Gonzalez vemos que, por intermédio do processo histórico, foi possível que a raça e a lógica interna do racismo fossem materializadas, diante de toda sua função dominadora em voga de exploração do trabalho escravo de mulheres negras e de toda a subjugação dos povos africanos colonizados, enquanto parte essencial do capitalismo e de todo seu mundo criado a partir do seu padrão de poder.

Por meio do pensamento da autora, ao conceituar gênero e raça na lógica da divisão de classes, o racismo, violência de gênero e a dominação de classes no Brasil, é entendido enquanto organizador da exploração do trabalho no escravismo, ou seja, como divisor entre os que iriam ser explorados e os que iriam explorar: escravos e senhores (SANTOS & DARIDO, 2021). Gonzalez denuncia que a raça e o gênero foram instrumentos organizadores de dominação de classes para a exploração do trabalho assalariado no Brasil, concepção essa também presente no pensamento exposto por Moura.

Cristiane Luiza S. Souza (2021), ao desenvolver o estudo do racismo pelo método do materialismo histórico e dialético, propõe uma superação dialética numa perspectiva do materialismo histórico e dialético, pois, para ela, é possível, por este caminho, superarmos as manifestações imediatas ao compreender o racismo em sua lógica de superexploração da mão de obra negra no capitalismo brasileiro, ao mesmo tempo em que tal superação consegue encontrar mediações entre as contradições e totalizações da construção do psiquismo do sujeito violentado pelo racismo e do sujeito praticante da violência racial.

Diante de tal afirmação, em nossa pesquisa, consideramos que, em Gonzalez, há também o desdobramento do materialismo histórico e dialético em suas produções ao demonstrar a apreensão das relações sociais no âmbito da sociedade capitalista, capturando a complexidade da vida que as mulheres negras estão inseridas. A autora, a partir das concepções marxistas e lacanianas, desenvolveu sua concepção teórica no meio acadêmico e nos movimentos sociais, não possuindo uma definição teórica apenas, mas concebendo uma articulação e conexão de alguns pressupostos teóricos para o alcance da totalidade da complexidade da mulher negra brasileira.

Ao abordar a questão do negro enquanto econômica e também enquanto resultado dos privilégios do branco na nossa sociedade, abarcou dialeticamente a compreensão da vida do negro brasileiro em ambas as dimensões que o atravessam na sociedade. Do ponto de vista racial e econômico, ampliou o debate ao articular as teorias do materialismo histórico e dialético e lacanianas, fugindo da redução e abstração em considerar apenas a questão do negro enquanto apenas econômica ou racial (GONZALEZ, 2018b).

Gonzalez (1984), assim como Souza (2021), compreendeu o dinamismo da desigualdade pela exploração e dominação, presentes nas relações sociais de raça, gênero e classes, categorias estas que estão presentes não apenas em uma produção dito material da vida, mas em todas as suas dimensões: objetiva, subjetiva e espiritual, consciente e inconsciente, já que são indissociáveis e compõem os sujeitos e as mulheres negras brasileiras.

Definindo os papéis atribuídos pelas mulheres negras como mulatas e mucamas, o autor resgatou o aspecto histórico da condição de vida destas desde a escravização. A teoria de Gonzalez, na década de 1970, foi revolucionária, pois identificou que o papel ocupado pelas mulheres negras nos dias atuais era o mesmo atribuído a elas na época colonial. Neste segmento, diante da sociedade capitalista, a mulher negra é aquela que está no subemprego enquanto mão de obra utilizada para o desenvolvimento dos serviços coloniais mantidos na atualidade: faxineiras, babás, passadeiras, lavadeiras, cozinheiras.

De acordo com Raquel Barreto (2018), a análise das estruturas do sistema capitalista a partir das relações raciais no pensamento de Gonzalez, em 1970, ilustra o capitalismo brasileiro enquanto um desenvolvimento desigual e combinado, que articula:

Distintas etapas de desenvolvimento com características tais como: 1) a permanência de uma formação produtiva anterior à própria formação do capitalismo; 2) dependência econômica neocolonial (exportação de matéria prima para as metrópoles); 3) uma grande massa marginalizada, onde se concentra a população

negra, que após a Abolição da Escravatura saiu do centro da produção econômica para a sua periferia (BARRETO, 2018, p. 17).

De 1969 a 1973, o Brasil beneficiou, através de políticas sociais, habitação e saúde, somente a classe média da sociedade. Este foi o período em que houve a representação da inserção das mulheres brancas com mais força no mercado de trabalho, o que em contrapartida não beneficiou a população negra em geral, pois tais pessoas necessitavam de políticas específicas, referente ao bojo das desigualdades ocasionadas pelos séculos de escravidão. Tal fato desencadeou a manutenção dos negros nos trabalhos menos qualificados e mal remunerados (BARRETO, 2018).

A compreensão de Gonzalez a respeito das violências de classes e de raça exibiu a questão do privilégio racial do branco burguês, que se beneficiou da exploração da mão de obra negra. Tal dominação racial possibilitou aos brancos sem propriedade o benefício pelo racismo, resultando em recompensas materiais e simbólicas. Ao revelar tal perspectiva, Gonzalez demonstrou, a partir do entendimento das violências de raça, classe e gênero, uma maior empregabilidade do branco e a alta rejeição dos empregadores na contratação de funcionários negros. Deste modo, as posições das mulheres negras foram reservadas aos níveis de estratificação do trabalho. A herança da escravidão permitiu que o racismo e a violência de gênero ganhassem espaço na criação ideológica da burguesia destes sistemas de violências, para benefício do branco brasileiro.

Tal construção ideológica esteve em movimento ao longo do tempo. O racismo e o sexismo tiveram o papel de mediação e organização da exploração, em um primeiro momento escravista e, em um segundo, capitalista (SOUZA, 2021). O sentido de Gonzalez carregar a perspectiva de uma compreensão do sujeito, sociedade e mundo através da materialidade, historicidade e dialética, advém da sua inserção na militância negra no MNU na década de 70.

Gonzalez ingressou na vanguarda e luta na militância negra no país, sendo alimentada nas bases pela articulação de uma luta brasileira antirracista e anticapitalista. Pela sua linha de pensamento, alavancou o pioneirismo na América Latina, diante das discussões essenciais que criou dentro do MNU sobre raça, gênero e classes, chamando a atenção dos militantes e simpatizantes sobre a realidade massacrante das mulheres negras do país e na América Latina.

É preciso observar o fato perturbador de que a exploração de mulheres negras no Brasil remete ao período da exploração da escravidão, notando que isso não tenha se alterado no que diz respeito à abusiva exploração destas mulheres. Historicamente, as condições e relações laborais para estas no país baseiam-se, conforme Gonzalez (1984), na naturalização do racismo, justificando a exploração e condições desumanas. Dito de outra forma, ainda

segundo a intelectual, a sociedade brasileira “não chegou a esse estado de coisas. O que parece é que a gente nunca saiu dele” (GONZALEZ, 1984, p. 233). A violência de gênero, raça e classe, portanto, colocam as mulheres negras em determinados lugares na sociedade escravocrata e capitalista, fazendo com que elas permaneçam nestes locais de violência até hoje.

Nesse percurso do debate étnico-racial, durante o século XX, as interpretações marxistas guiadas pelo caráter hegemônico perpetuaram durante muito tempo o impedimento da interpretação criativa e crítica da utilização e apropriação do método de Marx em outras complexidades que não somente as econômicas. Porém, Marx desdobrou-se ao longo do tempo para compreender a complexidade da história, fazendo-o ir além da Europa, ao ponto de conhecer a multilinearidade histórica (ANDERSON, 2019; SOUZA, 2021).

Este movimento possibilitou a Marx estar ciente e perto dos povos colonizados e países não-ocidentais, assim como o movimento de Domingues, Moura, Gonzalez e outros autores permitindo-os avançar na compreensão histórica-brasileira através da apropriação do materialismo histórico e dialético para as discussões das relações étnico-raciais. Sendo assim, são inegáveis suas contribuições para a temática e para a pesquisa em voga sobre os sentidos do trabalho para mulheres negras brasileiras referenciadas em um CRAS.

4 O CAPITALISMO, O TRABALHO E A MULHER NEGRA

*Vó, como 'cê conseguiu criar três mulheres
sozinha, na época que mulher não valia nada?
Menina na cidade grande, no susto viúva
E daquela cor que só serve pra ser abusada
Você não costurou só roupa, né?
Teve que costurar um mundo de trauma,
abdicação, luta. Pra hoje falar com orgulho que
essa família não tem vagabundo*

Djonga

Neste capítulo, é aludida a problemática envolvendo o trabalho da mulher negra a respeito do lócus que estas ocupam socialmente, por isso versaremos a respeito dos papéis da escravidão que tornaram-se a herança destas na sociedades capitalista, em que permanecidas neste mesmo lugar do labor, lutam pela sobreviência e desenvolvimento de suas famílias e proles.

Neste sentido o capitalismo criou uma igualdade meramente formal para radicalizar a desigualdade entre negros e não-negros e fez a gestão em favor dos interesses da burguesia. A sociedade colonial, anterior aos antagonismos de classes, acumulação de bens e à sociedade vigente, no Brasil, era pautada na divisão do trabalho por raça e gênero e na divisão das propriedades pelos colonizadores. Por meio do colonialismo, foram possíveis as bases estruturantes para que o capitalismo fosse fundamentado nas Américas. A primeira forma de acumulação dos bens e enriquecimento de uns em detrimento de outros se deram pela estrutura colonial composta pela pilhagem de terras e pela escravidão de negros e indígenas.

Frantz Fanon (1952/2008) definiu o colonialismo como formador de uma nova visão de mundo, criador de um modo de se comunicar e também de se relacionar com o outro. A expansão das mercadorias resultou em um processo de exploração das Américas, e o Brasil foi um dos países do continente americano em que o saque e a exploração de africanos e indígenas escravizados ocorreram. O colonialismo apresentou-se como elemento fundamental para que a sociedade burguesa viesse a existir, assim como para que o capitalismo viesse a funcionar e a gerir as relações, produções e sujeitos (MARX & ENGELS, 1848/2005).

Em dois séculos de governo burguês, nos quais a civilização europeia foi moldada, a burguesia demonstrou-se incapaz de solucionar os dois problemas resultantes durante este período: o problema do proletariado e o problema colonial, tornando a Europa indefensável de todas as suas ações na colonização e no surgimento do capitalismo. Do beco sem saída europeu, a sociedade em seu estágio capitalista também expressou a agressividade colonial (CÉSAIRE, 1913/2020).

A colonização despertou no homem instintos soterrados, como a cobiça, violência, ódio racial e até relativismo moral. Ela *descivilizou* o colonizador ao ponto de brutalizá-lo. Neste sentido, podemos afirmar, segundo Aime Césaire, que, no processo de colonização:

[...] ninguém coloniza inocentemente (...) ninguém coloniza impunemente; que a nação colonizadora, uma civilização que justifica a colonização (...) já é uma civilização doente, uma civilização moralmente atingida que, irresistivelmente, de consequência em consequência, de negação em negação, chama seu Hitler, quero dizer, seu castigo (CÉSAIRE, 1913/2020, p. 21).

A construção de mundo e de relações que a colonização norteou-se foi uma construção de desumanização. Toda a ação colonial e aquilo que conquistou, através do desprezo pelos homens nativos, acostumaram as pessoas, principalmente os colonizadores, a enxergarem os não-brancos como animais, além de treinar a si mesmo para tratar africanos e indígenas enquanto animais. Encontramos no colonialismo um ponto principal para compreender o capitalismo de forma total no Brasil, pois a sociedade burguesa moderna em seu surgimento não aboliu a divisão de classes, “mas colocou novas condições de opressão, novas formas de lutas e novas classes” (SANTOS & DARIDO, 2021, p. 3).

Com os europeus, além da discriminação racial nas colônias, a discriminação sexual era mais uma bagagem que traziam junto com suas lanças, espadas e cavalos. Os brancos realizaram uma destruição na vida comunitária dos povos originários das Américas. As ações que utilizaram foram tidas como estratégias econômicas, através da necessidade de criarem o ambiente e condições propícias para o surgimento do capitalismo (FREDERIC, 2004).

O colonialismo não foi somente condição importante para o surgimento do capitalismo, mas, através dos seus elementos de dominação, exploração, pilhagem e controle do trabalho, forçou as colônias a modificarem seus modos de gerir, passando a se tornar uma sociedade capitalista, aprimorando seu formato de exploração (SANTOS & DARIDO, 2021). Os sistemas de plantações nas colônias foram decisivos para o capitalismo. A partir delas, criou-se uma administração do trabalho, assim como uma produção voltada para exportação e divisão do labor. Tal divisão das tarefas laborais e exportação da matéria produzida foram condições importantes para que, no capitalismo, os paradigmas das classes se mantivessem (FREDERIC, 2004).

A combinação da pilhagem com o extermínio e a escravização foram partes fundamentais para o surgimento da *acumulação primitiva*. Os roubos de bens ocasionados pela igreja, a fraudulenta alienação estatal frente aos seus domínios e o furto da propriedade também foram os outros métodos idílicos e terroristas utilizados na *acumulação primitiva*, que levou a conquista de uma agricultura capitalista, incorporada ao capital, criando, no meio urbano da indústria, o necessário para o surgimento de um proletariado livre. Enquanto

processo civilizatório da burguesia, “para além do desenvolvimento das relações de produção capitalistas, a adoção da cosmovisão capitalista e a transformação das ex-colônias em Estados-Nação capitalistas” (SANTOS & DARIDO, 2021, p. 4) resultaram em uma nova sociedade.

Segundo Silvia Frederic (2004), as estruturas coloniais possuíam um sistema que retirava das mulheres indígenas e africanas o seu poder e autoridade da família e de seus filhos. Havia a necessidade da brutalidade dos colonizadores espanhóis, franceses e portugueses de submeterem os povos originários às concepções de propriedade privada, superioridade masculina, autoridade e castigo dos filhos. O intuito da modificação da cultura pela doutrinação que traziam, através dos jesuítas, tinha a finalidade de transformá-los em sócios comerciais confiáveis. A intenção da acumulação primitiva e implementação de um novo tipo de sociedade estavam presentes em todas as ações e determinações da estrutura colonial. Acreditamos que todas as atrocidades dadas no processo colonial e de escravização eram carregadas das piores intenções egoístas e brutais contra negros e indígenas.

Para Nathan Barbosa dos Santos e Marcela Darido (2021), a África e a América Latina, espaços da utilização das relações de produção, destacam-se como localidades em que foram possíveis o processo da *acumulação primitiva*, além do enriquecimento da Europa e expansão da burguesia. Ainda, segundo os autores, na escravização e na expropriação dos recursos naturais que se deram nestes territórios, a lógica da diferenciação de raças pautou-se nestas ações coloniais violentas. O “ser branco” foi considerado como característica de civilização e evolução, enquanto os povos originários, africanos e indígenas foram caracterizados pela sua etnia como descivilizados e não evoluídos. Portanto, a construção de evolução pautada em raças culminou na divisão racial do trabalho, pela qual foi realizável a lógica de *acumulação primitiva* do capitalismo a partir da colonização (MOURA, 1983; SANTOS & DARIDO, 2021).

Frederic (2004) aponta que, já no século XVI, um milhão de negros e indígenas escravizados produziam mais-valia para a Espanha na América colonial. Especialmente no Brasil, a acumulação das plantações de açúcar duplicou a cada ano. A importação de ouro chegou a 17.000 toneladas em 1640. O crescente aumento da importação foi capaz de reativar o comércio e a indústria na Europa. Entretanto, apesar do ouro e açúcar, a verdadeira riqueza estava no acúmulo de trabalho escravo, por meio do tráfico. Tal fato tornou um modo de produção que não era possível na Europa: “o capitalismo não poderia sequer ter decolado sem a anexação da América e sem sangue e suor que durante dois séculos fluiu das *plantations* para a Europa” (FREDERIC, 2004, p. 189).

De antemão, compreende-se que a gênese do capitalismo, em sua real história, é a da violência, a qual desempenhou um papel principal de conquistas, subjugação, assassinatos e roubo. Marx observou que a acumulação capitalista teve um ponto de partida: *acumulação primitiva*, que teve seu início na colonização, como posto até então. Aludindo à teologia da origem do pecado original ter surgido com Adão, ao morder a maçã, a “acumulação primitiva desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia” (MARX, 1867/2004, p. 514).

A *acumulação primitiva* deu origem à *acumulação capitalista* e, como pecado original, anunciou as mazelas do capitalismo, pois ela datou a pobreza da grande massa, que ainda, na atualidade, apesar do seu trabalho, “continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar” (MARX, 1867/2004, p. 514).

A história contada pelos burgueses transforma os trabalhadores assalariados como libertos do trabalho da servidão, porém a verdade presente neste novo sistema de sociedade que o capitalismo criou tornou estes sujeitos “livres” como vendedores de si mesmos, após o roubo de seus meios de produção e todas as suas garantias de existências presentes nas organizações do sistema feudal. Os homens livres, na verdade, referiam-se “às pessoas libertas das amarras societárias típicas do mundo feudal, escorchadas dos seus meios de sustento e por esta razão tornadas disponíveis para a exploração e subjugação capitalista” (PEREZ, 2020, p. 19). A verdadeira história do capitalismo é da expropriação que gravou no acervo da humanidade “traços de sangue e fogo” (MARX, 1867/2004, p. 515).

A trajetória e estratégias da burguesia estabeleceram alicerces e modos de produção do capitalismo que são preservados até hoje como fundamentos do capitalismo a partir da expropriação, roubo, rapinagem e despojo (PEREZ, 2020). No capitalismo, a sociedade burguesa foi erguida ceifando o feudalismo e as cabeças feudais. A burguesia criou, dentro da realidade francesa, condições que ofertaram a livre concorrência, a exploração da propriedade privada latifundiária e a liberdade da força produtiva presente na indústria da nação, atingindo o território além das fronteiras francesas.

Ao expandir-se, o modelo capitalista excluiu do mapa todas as instituições feudais e germinou um ambiente totalmente atualizado e que estivesse de acordo com todo o continente europeu e sua burguesia. Encarregou-se de gerar a expectativa e também a esperança de um novo modo de sociedade e da promoção da aceleração, ou seja, um avanço social. O capitalismo criou a precisão da polarização da sociedade em dois grupos específicos: de um lado, os possuidores de dinheiro, meios de produção e de subsistência a fim de valorizarem a

quantia de valor que iriam disponibilizar por intermédio da força de trabalho que não sua. De outro, os trabalhadores tidos como livres, que vendiam sua força de trabalho.

Tal relação polarizada, mantida pela produção capitalista, previu a separação entre os trabalhadores e as condições da propriedade da realização do trabalho, assim como a reprodução desta horrenda divisão em uma escala cada vez maior.

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 1867/ 2004, p. 515).

O capitalismo e a modernidade trazida pelos burgueses europeus, no século XVI, tiveram, na perspectiva dos povos latino-americanos, sua marca na invasão, brutalidade nos investimentos territoriais, genocídio e subjugação dos povos originários. As consequências do capitalismo são de “um sistema destinado a afiançar a acumulação de riquezas por poucos indivíduos e lançar na miséria a maioria trabalhadora” (PEREZ, 2020, p. 18), além de manifestar-se como “ethos altamente discriminatório, marcadamente machista, misógino e racista” (PEREZ, 2020, p. 18). Posto isto, compreendemos que o capitalismo caracteriza a burguesia, tendo como essência: a pilhagem, a violência e a polarização.

Compreender que o racismo, o machismo e a misoginia são traços intrínsecos do capitalismo é fundamental para esta dissertação. Isto porque o racismo e o machismo fazem parte de uma construção ideológica e um conjunto de ações que se perpetuaram e foram reforçadas após a abolição, beneficiando interesses determinados da burguesia (GONZALEZ, 218d). Gonzalez traz o pensamento do filósofo marxista Louis Althusser (1967) para evidenciar que a ideologia construída pelas sociedades de classes parte de uma representação do real, oferecendo uma falsa e mistificada representação do sistema social para manter os negros no seu “lugar” diante do sistema de exploração de classes. A raça e o gênero relacionam-se diretamente com a subordinação da reprodução de classes sociais, sendo o racismo a principal construção ideológica de permanência de negros e indígenas nas relações de subordinação na produção e distribuição de trabalho e renda.

Através de uma exigência por uma posição servil das massas populares, o sistema capitalista transformou os sujeitos em trabalhadores mercenários e seus meios de trabalho, em capital. Assim, a população, antes rural, após a tomada violenta de expropriação de suas terras, foi expulsa e obrigada à submissão e disciplina do trabalho assalariado. Por meio de leis terroristas, torturas com ferros em brasa e açoites, surgiu uma classe trabalhadora. A

legislação da regulação sobre o trabalho assalariado, desde sua origem, deu-se por hostil e cunhada para a exploração do trabalhador.

Os salários não poderiam ser maiores do que estava posto legalmente, e os trabalhadores que recebiam mais do que o determinado eram penalizados: sua penalização era mais cruel do que aqueles que o pagavam. As leis acompanhavam o rebaixamento salarial e as punições de cortes de orelha e marcação a ferro daqueles que resistiam a tomar seus serviços na sociedade. Nesta lógica, o proletariado não poderia agir conforme seus interesses nem agir de forma coletiva a fim de conquistar a sua independência, pois feriam a liberdade de seus antigos amos e atualmente seus empresários. A liberdade permitida para o trabalhador é a de manter-se na escravidão do trabalho (MARX, 1867/2004).

A servidão das mulheres, através da acumulação *primitiva* desde a colonização, tornou-as a força de trabalho fundamental do capitalismo. Sem tal subjugação, não teria sido possível o desenvolvimento do capitalismo. Por esta base, a divisão sexual do trabalho ocorreu não somente através da diferenciação do trabalho feminino e masculino, mas também através da superioridade patriarcal. Tal divisão expressou uma relação de poder, além de uma divisão dentro da força laboral (FREDERIC, 2004).

O trabalho, de acordo com Marx e Engels, transformou o próprio homem a fim de possuir características positivas e negativas, como modificadoras da natureza e do sujeito, além de ser condição básica e fundamental para a vida humana (ENGELS, 1876/2004). Entretanto, referente à última característica, o trabalho também pode aparecer enquanto pesar e sofrimento, principalmente se tomado pelos modos de produção capitalista (CAMILLO & MOURA, 2021). Na colonização e no capitalismo, o trabalho foi estruturalmente subordinado pelo capital, pois a forma como o trabalho desenvolveu-se foi essencial para que o capitalismo se articulasse (HARVEY, 2010 apud CAMILLO & MOURA, 2021).

Constatamos que o capitalismo dispõe, em suas entrelinhas, ações de violência e brutalidade. Desde a colonização, as intenções dos europeus eram de exploração e expropriação dos povos nativos. Pela *acumulação primitiva*, foram estabelecidas desigualdades, hierarquias, diferenças e separações entre os trabalhadores escravizados (FREDERIC, 2004).

Temos visto que o capitalismo, no Brasil, surge como *acumulação primitiva* nas colônias, assim como se utiliza das relações de discriminação de raça e de gênero estabelecidas a partir deste sistema. Ao chegarmos ao capitalismo, todas as estratégias de subjugação do povo negro continuaram sendo utilizadas e refinadas para a subexploração do trabalho. A classe trabalhadora subexplorada no nosso país é a classe negra.

Sendo assim, ainda se faz importante nos próximos tópicos que sejam expostos os pormenores das relações de trabalho escravo das mulheres negras e as consequências desta realidade nos papéis que estas ocupam hoje no mercado de trabalho na sociedade capitalista brasileira.

4.1 Escravidão e os papéis da mulher negra

A história do negro no Brasil confunde-se com a própria criação e formação da constituição do país, bem como com a sua evolução histórica. Segundo Moura (1992), o negro de origem africana e seus ascendentes trazidos da África para serem escravizados infundiram aqui contribuições para o trabalho durante os quase quatro séculos de escravidão. Contribuíram em todas as áreas da sociedade brasileira, na qual formaram a base para a construção dessa economia, porém foram excluídos de gozar da própria contribuição e da riqueza sucedida através das suas colaborações. O percurso do transatlântico foi marcado pela população negra antes livre, agora escrava. Pela escravidão, sua realidade seria um grande desafio. Consequentemente, o desraizamento ancestral passou a ser seu cotidiano (ALBUQUERQUE & FILHO, 2006).

O período da escravidão, para Gonzalez (2018d), foi promovido pelo colonialismo europeu que se configurou a partir de 1500. Este período foi marcado pelo racismo enquanto constituição da ciência que cultivou a superioridade eurocristã “branca e patriarcal”, em outros termos, a justificativa da escravidão dada por este meio e pelo cristianismo, no qual havia a ideia da supremacia de homens brancos e cristãos sobre homens negros/indígenas considerados pagãos. Havia também a estruturação de um modelo ariano de explicação que se tornou referencial das classificações triádicas do evolucionismo positivista e que influencia até os dias de hoje a produção acadêmica presente no ocidente.

Tinha-se um terreno fértil naquele momento, de uma tradição etnocêntrica pré-colonialista, que resultou, em meados do século XV e XIX, no olhar para os povos tradicionais de consideração enquanto supersticiosos, absurdos, exóticos e que tinham manifestações culturais “selvagens”. Tal olhar justificava a naturalização da violência e destruição contra esses povos, que foram dizimados na escravidão.

Na metade do século XIX, a Europa justificou que tal comportamento truculento dos colonizadores partia de uma racionalização enquanto conjunto de práticas de administração de suas colônias. Neste sentido, a violência foi justificada como “verdadeira superioridade”, relação que resultou na internalização da superioridade de brancos e inferioridade de negros e

indígenas. Gonzalez (2018d) apontou que: "quando se analisa a estratégia utilizada pelos países europeus em suas colônias, verifica-se que o racismo desempenha um papel fundamental na internalização da “superioridade” do colonizador pelos colonizados” (GONZALEZ, 2018d, p. 72).

Tal apontamento notabiliza a face da violência racial nas colônias, que visava um mesmo objetivo: exploração. De acordo com Quijano (2005), nas Américas, a ideia de raça legitimou as relações de dominação impostas pela conquista ao estabelecer, pela via da hierarquização racial, a segregação entre conquistados e conquistadores. Desde então, a dominação a partir da exploração do povo negro demonstrou-se um instrumento de dominação social universal eficaz e durável, passando ao longo da história a depender também de outro instrumento de dominação igualmente universal e mais antigo: o gênero. A utilização da exploração na colonialidade, pelos instrumentos de raça e de gênero, configuraram um novo padrão global de trabalho: a escravidão e servidão a partir da divisão racial e de gênero do trabalho, que culminaram na inserção enquanto formas de controle e de exploração laboral ao passo que o modelo capitalista estruturava-se na sociedade.

Oyèrónké Oyewùmí (2021), socióloga nigeriana, e Frederic (2004) sinalizaram que a colonização foi um processo multifacetado, que envolveu e contou com o apoio e efetiva colaboração de distintos setores das sociedades do centro europeu capitalista, como religiosos e missionários, comerciantes e funcionários do Estado, gerando várias manifestações de opressão. As violências de raça e de gênero foram gradualmente enraizadas na experiência dos países com histórico de colonização e tradição escravagista como o Brasil.

Estas violências expressavam a hierarquização sociopolítica e cultural dos países colonialistas. Por este ângulo, para as mulheres africanas, os processos nas colônias ofereceram um duplo processo de inferiorização racial e subordinação de gênero. A escravização das mulheres africanas, pelos europeus, deu-se por serem mulheres e, posteriormente, mulheres africanas: “elas foram dominadas, exploradas e inferiorizadas como africanas juntamente com homens africanos e, então, inferiorizadas e marginalizadas como mulheres africanas” (OYEWUMI, 2021, p, 187).

Moura (1988), em sua obra *Sociologia do negro brasileiro*, logo no primeiro capítulo, aborda a ciência brasileira, que assume a postura ao olhar para o negro no país com imparcialidade, como mediadora dos preconceitos presentes nas interpretações e produções, sendo pautada por ideologias racistas, representando as nuances da estrutura escravocrata, bem como sua continuidade na dinâmica social competitiva que se deu pela presença do capitalismo. Também aponta que tem sido parte da biografia de cada negro brasileiro a

composição ideológica da violência racial enquanto estruturante da situação econômica do negro e da negra, após o período abolicionista.

No século XIX, em algumas regiões do Brasil, a população negra escrava era superior à população não negra livre. No início deste século, havia uma população nacional de 3.818.000, sendo que 1.930.000 eram escravas (ALBUQUERQUE & FILHO, 2006). Os registros acerca da presença de pessoas negras escravizadas datam de 1511, com o primeiro desembarque em Fernando de Noronha, tendo os colonos autorização de Dom Pedro para possuir a importação de até 120 africanos cada em suas propriedades.

No Brasil, a economia colonial teve, no tráfico e escravidão de africanos, aspectos relevantes que apoiaram a sua consolidação, havendo a fomentação de uma agroindústria no nordeste do país, onde se deu o cultivo de cana-de-açúcar e a grande escala de negros traficados. Ressaltamos que, neste período, para Moura (1992), o negro e a negra foram os grandes povoadores deste território até então vasto geograficamente, ocupando áreas não povoadas pelos tradicionais povos brasileiros. Interessante pontuar o trágico fato da população negra ter a consciência da não possibilidade do regresso à sua terra primeira e natal, assim como à sua família, aos costumes e à cultura, diferentemente, por exemplo, da coroa portuguesa, que utilizava o Brasil enquanto terra de passeio e exploração, cujo regresso às suas origens era sempre possível e disponível sempre que desejavam.

O povo negro foi alvo de miradas orientadas para a sua objetificação e hiperssexualização. Portanto, os papéis que mulheres e homens negros receberam na sociedade colonialista e escravocrata foram de objetos para a servidão e sexualização, assim como para satisfação dos desejos dos senhores de engenho (NASCIMENTO *et al*, 2021). Os corpos de mulheres negras são aqueles que desde sempre viveram à mercê do patriarcado, favorecendo a subordinação e opressão constantes (FREDERIC, 2004). Assim sendo, um dos primeiros papéis que mulheres negras receberam desde a escravidão foi a de objeto.

Neste sentido, Gonzalez (2018d) contribui ao nos apontar que os negros eram notados como objeto parcial, ou seja, não há, pelo olhar do colonizador e daquele que reproduz o racismo, a visão do negro enquanto totalidade e integridade de um sujeito, mas sim enquanto partes que são objetificadas parcialmente para fonte de satisfação dos desejos e também para oferecer o trabalho e receber a violência advinda da exploração e subjugação.

Moura (1992) afirma que o branco, ao chegar ao nosso país para receber a concessão das terras, chamadas de sesmarias a fim de praticar a agricultura, era obrigado a ter a posse de negros escravizados para receber tal concessão. Nesta perspectiva, o povo negro foi a base para a construção do Brasil: “As mãos escravas extraíram ouro e diamantes das minas,

plantaram e colheram cana, café, cacau, algodão e outros produtos tropicais de exportação” (ALBUQUERQUE & FILHO, 2006). Não apenas povoou, mas criou comunidades rurais na extensão de todo território brasileiro, criou comunidades ao longo de toda a extensão, as quais ficaram conhecidas como quilombos, fundando núcleos populacionais de famílias que persistem até os dias de hoje.

O negro dinamizou o Brasil e foi a ferramenta crucial para que a economia dos colonizadores se erguesse e se estruturasse. A exportação do mercado que crescia constantemente e a economia colonial são frutos do trabalho negro e escravo.

E essa economia, que passa pela produção açucareira, pela mineração, produtos tropicais e termina na fase do café, é feita pelo negro. No entanto, esse fato não contribui em nada para que ele consiga um mínimo dessa renda em proveito próprio. Pelo contrário. Toda essa produção é enviada para o exterior, e os senhores de escravos ficam com todo o lucro da exportação e comercialização (MOURA, 1992, p. 12).

Tal afirmação faz lembrar-nos dos textos marxianos, reunidos sob o título *Os despossuídos*, em que o proletariado não possui direito e dignidade a nada que advinha das propriedades privadas (MARX, 1842/2017). Por meio das ideias de Marx, esta obra aponta aqueles que foram despossados, assemelhados à realidade negra brasileira. Ao transpor tal teoria à realidade negra, constatamos que a classe branca e dominante foi erguida pelo legado da escravidão, na qual o povo branco, sendo privilegiado em detrimento do povo negro, saciou os seus desejos de classe dominante (NASCIMENTO *et al*, 2021). Assim como os despossuídos, massacrados pela burguesia, compreende-se que o negro sofreu os atravessamentos da violência racial. Isto constituiu o seu corpo e também o sofrimento desse corpo, pelo jugo da servidão e do trabalho escravo, que extraía não somente da terra e da natureza as riquezas, mas extraía do negro toda sua força e inteligência para o trabalho.

Portanto, um segundo papel das mulheres negras, atribuído no bojo do processo de escravidão, foi o de servir, através e pelo seu corpo, como mucamas e mulatas. Do seu corpo extraía o leite das amas, para amamentar os filhos das sinhás, do seu corpo saíam os alimentos e organização da casa, também do seu corpo saía a satisfação sexual dos senhores de engenho (CARNEIRO, 2003; GONZALEZ, 1984).

A população negra nunca teve acesso a saúde, educação, moradia, alimentação e não pode, portanto, desfrutar dos ganhos econômicos do seu trabalho, mesmo o Brasil sendo uma potência econômica no século XVI e XVII, com a renda per capita mais alta de todos os tempos. A população negra sempre foi vista e colocada no papel animal e de

desvalorização humana. Seu trabalho na cana-de-açúcar e posteriormente na mineração em Minas Gerais, no século XVIII, transformou-se nos locais de ocupação demográfica do trabalho dessa população. O negro levava consigo indícios de sua contribuição na extração do minério não somente no trabalho, mas também nas técnicas de aperfeiçoamento e na sua cultura. Novas técnicas de metalurgia e mineração foram implementadas, assim como várias metodologias do trabalho para a efetivação da extração do ouro.

Nesse sentido, o enriquecimento da coroa portuguesa deu-se por esse trabalho e pelas práticas violentas, particularmente em Minas Gerais, submetidas aos negros pelo controle do trabalho e vigia nas minerações. A média de vida de um negro escravizado nestas condições variava de 7 a 10 anos, o que impactou na diminuição de negros escravizados durante o período devido à alta mortalidade desta população, fruto da exploração e massacre da escravização (MOURA, 1992).

O Brasil, após a abolição, permaneceu com a configuração do negro no trabalho da servidão da escravidão, isto porque “o racismo, enquanto uma construção ideológica e um conjunto de práticas, passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravatura” (GONZALEZ, 2018d). A partir de um conjunto de práticas de discriminações raciais, o racismo consubstanciou-se como um dos principais determinantes do posicionamento dos negros e não brancos dentro das relações de distribuição de riquezas e produção capitalista, assim como o sexismo e racismo transformaram-se numa parte estrutural das relações políticas ideológicas do capitalismo.

Hasenbalg e Gonzalez (1982) assinalaram que a ocupação de trabalhadores negros nos serviços ferroviários de ativação e desativação, assim como nas construções civis, foram marcas da década de 50, ou seja, período após abolição, mas que continha a marca da violência racial contra um povo, utilizando a sua mão de obra nos serviços marginais. No Brasil, há a demonstração evidente que, assim como na escravidão, a população negra foi utilizada para outros escoamentos da mão de obra barata, como a prestação de serviço nas atividades menos qualificadas: limpeza urbana, serviços domésticos, correios, segurança, transportes urbanos etc., mesmo após a abolição.

Entende-se que as estruturas coloniais fundamentaram a sociedade brasileira. A existência da divisão racial laboral na formação social brasileira, desde a colonização, possibilitou um desenvolvimento econômico desigual e combinado posteriormente na formação da sociedade capitalista. Nesta acepção, o capitalismo formou a massa marginal composta pela população negra de um lado e, de outro, por uma dependência neocolonial e pela permanência das formas produtivas. O desenvolvimento econômico no Brasil foi

marcado pela consolidação dessa estrutura colonial. A sociedade capitalista, que deteriorou as condições de vida da população negra, lançou-os na periferia e os concentrou na renda mínima, isto é, os pobres ficando mais pobres e os ricos mais ricos (GONZALEZ, 2018d).

A divisão racial laboral e de classes nas colônias foi a fonte basilar para a construção das condições de trabalho da população escravizada, o que é denotado nas primícias da base para a estruturação futura do sistema capitalista. O trabalho escravo sofreu uma divisão de raça, gênero e faixa etária para as atribuições dos papéis para os negros, desempenhado desde a sua infância até a vida adulta (FREDERIC, 2004).

Moura (1992) aponta que, nessa divisão do trabalho, cerca de 90% eram destinados às atividades da agroindústria açucareira, às minas ou às roças de café. Os outros eram destinados ao serviço tido como doméstico. Tais serviços mantinham a casa-grande e suas ocupações variavam entre mucamas, amas-de-leite, cozinheiras, doceiras, parteiras, moleques de recado, cocheiros, carregadores de liteiras, carregadores de lenha, entre outras atividades que mantinham a casa-grande, assim como o conforto e estabilidade de seus moradores.

O negro e a negra eram fundamentais para a economia: agiam em todos os níveis existentes do trabalho, o que exigia uma técnica complexa para se desenvolverem na laboralidade escrava, na qual os senhores de engenho, padres, fiscais e coroas, enquanto colonizadores, religiosos e parasitas, eram beneficiados com o trabalho-escravo (MOURA, 1992). Além disso, eram encarregados do transporte de objetos e pessoas e eram o maior número de indivíduos empregados na construção de casas, pontes, fábricas, estradas e outras atividades urbanas. Também eram responsáveis pelo alimento que era distribuído, enquanto as mulheres negras eram vendedoras ambulantes e quitandeiras, povoando as cidades brasileiras (ALBUQUERQUE & FILHO, 2006).

A realidade norte-americana dos escravizados sinaliza que mulheres e meninas, homens e meninos, desenvolviam o trabalho pesado na lavoura desde o amanhecer até o pôr do sol (DAVIS, 1981/2016) e que tal realidade assemelha-se com a grande jornada de trabalho escravo também no Brasil. Para além da exploração e subjugação do trabalho escravo, havia a visão animalesca e não humana de não negros para os negros. O negro escravizado era uma propriedade privada, assim como o cavalo, porco e as terras dos senhores colonialistas. Suas condições alimentícias partiam de uma situação de grande calamidade: alguns senhores não serviam nenhuma refeição aos escravizados.

Registros de Ademar Vidal (1940 apud MOURA, 1992) apontam que a comida era lançada ao chão e que, seminus, os escravizados alimentavam-se daquela comida atirada ao chão, misturada com areia, e nem direito de mastigação tinham, pois os mais ávidos comiam

desesperadamente primeiro. Para se alimentar, a agilidade era um fator importante. A jornada de trabalho era de catorze a dezesseis horas, sempre com a fiscalização, sem direito à pausa, ao descanso ou à distração. Se considerado preguiçoso ou insubordinado, os castigos eram ferramentas de docilidade e dominação dos corpos. Em caso da ausência, punições e torturas eram sua forma de correção a este comportamento.

Angela Davis (1981/2016) assinala não haver diferença de gênero na metodologia de opressão: as mulheres negras recebiam o mesmo tipo de açoite que os homens negros. Entretanto, elas recebiam tipos de sofrimentos de formas diferentes, pois eram vítimas de abusos sexuais e outros maus-tratos de origens bárbaras que somente elas recebiam pela questão do gênero, ou seja, “quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas” (DAVIS, 1981/2016, p. 25).

Oyewumi (2021) sinalizou que a imposição do sistema de Estado europeu trouxe o legado mais duradouro do domínio colonial na África. A expansão das tradições europeias de governança e organização econômica, no Brasil, por ter sido igualmente colônia europeia, atravessou também a estruturação dos sistemas coloniais aqui violentamente implementados (FREDERIC, 2004). A colonização exportou, para os países colonizados, a exclusão das mulheres da sua “recém-criada esfera pública colonial” (OYEWUMI, 2021, p. 188) e criou a categoria “mulheres”. Como consequência, afetou de maneiras semelhantes e também diferentes homens e mulheres, fato este que deve ser reconhecido.

Frederic (2004), ao abordar a questão dos povos indígenas e africanos, assinalou que a estrutura política e o acesso ao poder destinado aos homens brancos no continente europeu foram lógicas transferidas às colônias, enquanto parte do gerenciamento do funcionamento colonial. Mesmo com a presença das chefes fêmeas nas tribos africanas e indígenas, os europeus não reconheceram sua existência. Sendo assim, as mulheres africanas e indígenas foram excluídas de todas as estruturas coloniais do Estado. Entretanto, os homens africanos e indígenas estavam representados até nos níveis mais baixos do governo colonial. O resultado da imposição de um Estado colonial sucedeu às mulheres a categorização e redução para apenas “mulheres”. Para elas, houve um processo de dupla inferiorização racial e subordinação de gênero. Deste modo, na hierarquização deste processo violento, a categoria “mulheres” foi uma das primeiras realizações que o Estado colonial efetivou (OYEWUMI, 2021).

O papel das mulheres africanas na colonização era o papel de categorização residual e não especificada do *Outro* (OYEWUMI, 2021). A colonização parte do surgimento da modernidade no século XV e, para Enrique Dussel (1988/2000), um dos limites destacados no processo da modernização do mundo foi a destruição da própria humanidade, ao passo que a implementação do capitalismo foi ocorrendo no mundo moderno pelo trabalho assalariado e excessivo, pela desvalorização do trabalho humano e substituição por máquinas, pelo desemprego e pelo não ganho do salário. A destruição da humanidade pela própria humanidade, no mundo moderno, foi iniciada no processo de colonização. Entendemos, por tal enunciação, que as mulheres na colonização são vistas enquanto *Outro*, pois a destruição da sua humanidade deu-se pela negação da sua humanidade.

No capitalismo, tais mulheres perduraram na ocupação do mesmo ethos de desumanidade, pois sua mão de obra foi utilizada a partir da categorização de raça e de gênero para os trabalhos insalubres, nas jornadas triplas de trabalho, no desemprego e na manutenção de trabalhos da escravização.

Jacob Sam-La Rose (2008/2019), em sua introdução à obra de Grada Kilomba *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*, aponta que o processo das mulheres negras serem consideradas enquanto a *Outra* no processo colonial deu-se pelo processo de *absoluta negação* da sua humanidade. O negro tornou-se a representação mental daquilo que o sujeito branco não queria se assemelhar. A negação da humanidade do negro foi utilizada enquanto meio justificável para as atrocidades cometidas. Sendo assim, aludimos alguns dos castigos e punições enquanto principais para o disciplinamento e avidez do trabalho-escravo de negros escravizados no Brasil-colônia, a fim de compreendermos o processo de desumanização utilizado pelo sistema colonial escravagista.

Quadro 1 - Instrumentos de castigo e suplício dos escravos

Instrumentos de captura e contenção	Correntes, gonilha ou golilha, gargalheira, tronco, vira-mundo, algemas, machos, cepo, corrente e peia
Instrumentos de suplício	Máscaras, anjinhos, bacalhau, palmatória
Instrumentos de aviltamento	Gonilha, libambo, ferro para marcar, placas de ferro com inscrições infamantes.

Fonte: RAMOS, Artur. A aculturação negra no Brasil. Rio de Janeiro, Nacional, 1942, p. 110 apud MOURA, 1992, p. 17.

Moura (1992) ressalta que a aplicação da justiça era realizada pelos próprios senhores, já que os negros tratavam-se de suas propriedades. Muitos foram enterrados vivos ou lançados em caldeirões de água ou azeite ferventes, enquanto punição da resistência ao trabalho-escravo e disciplinamento da realização deste. As realidades das condições de trabalho eram desumanas. A aplicabilidade dos castigos e punições dos senhores frente ao trabalho escravo que eram obrigados a desenvolverem partiam de uma justiça privada realizada com o tronco e a justiça pública pelos pelourinhos, ambas práticas de açoitamento e instrumentos de suplício mais utilizados.

Os senhores alcançavam a disciplina desejada por eles, por meio da violência extrema contra o corpo dos negros escravizados. Nos casos de fuga, os escravizados eram marcados com a letra F em sua testa e tinham suas orelhas decepadas caso fossem reincidentes na fuga. Os estupros contra as mulheres negras eram uma expressão de domínio, tanto econômico daquele a quem era propriedade, assim como uma manifestação truculenta de controle dos feitos sobre as escravizadas (DAVIS, 1981/2016).

A relação destas mulheres com a maternidade era de muito sofrimento. Além de serem utilizadas para a reprodução de novos negros nascidos, que se tornariam escravos e, portanto, mão de obra que seria explorada, trabalhavam exaustivamente mesmo grávidas, sendo castigadas caso deixassem o trabalho ou não cumprissem a cota diária. Quando seus filhos nasciam, eram obrigadas a deixá-los com outras escravas, que eram impossibilitadas fisicamente para o trabalho, ou, com um pedaço de pano, faziam um tipo de bolsa que carregavam seus filhos nas costas enquanto trabalhavam arduamente. Quando não conseguiam assim o fazer, sua prole ficava às beiras das plantações à mercê da sorte, sem o cuidado que desejavam exercer sendo mães (DAVIS, 1981/2016).

No período diaspórico, a força de trabalho das mulheres negras, como vimos até o momento, confirma-se na servidão dos senhores e das sinhás. Tal lógica da servidão do período escravagista impacta, até hoje, o modo como socialmente percebemos o trabalho de tais mulheres. Carneiro (2003) identificou o trabalho destas mulheres, servindo às exigências das sinhás no trabalho doméstico, como amas de leite e também babás. Nessa perspectiva, emergiu a figura da “mãe-preta”, cujo papel era garantir o cuidado dos filhos das mulheres brancas por meio da amamentação, banho, ensino inicial da fala e contação de histórias. Para a mulher branca, era atribuído o papel de parir, enquanto, à mulher negra, era atribuída a efetiva execução da função materna (GONZALEZ, 1984). Aos senhores, o serviço de mulheres negras era de satisfação dos seus desejos, consubstanciada pela via de reiterados estupros.

Segundo Neusa Santos Souza (1983), durante a escravidão, não houve possibilidade de se desvencilhar do fardo da falta de acesso a oportunidades. Os desdobramentos da etapa marcada pela escravização de pessoas negras no Brasil foram a naturalização de ocupações de caráter marcadamente subalterno e, direta ou indiretamente, associadas ao período do servilismo forçado da escravização, dentre as quais temos, notadamente, o trabalho como faxineiras, cozinheiras, serventes, passadeiras, prostitutas e vendedoras de mercadorias fabricadas por elas próprias.

Gonzalez (1984) aponta que estes trabalhos, reservados socialmente para as mulheres negras, principalmente o doméstico, “nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (GONZALEZ, 1984, p. 230). Há uma desvalorização e desumanização do trabalho destas mulheres, ao mesmo tempo em que se nota a naturalização deste trabalho distribuído. Para Teresinha Bernardo (2005), esta mulher, por esses serviços naturalmente dados e assumidos, utiliza-os como seu meio de sobrevivência e da chefia familiar feminina, possibilitando o sustento dos filhos e de toda a família.

Após a abolição da escravidão, em 1888, o racismo, no Brasil, passou por um grande processo sociocultural, político e econômico, orientado para a sua perpetuação, a qual tem como beneficiárias as classes dominantes enriquecidas composta pelos exploradores capitalistas, beneficiando a classe dominante em geral. Gonzalez (2018b) traz o pensamento de Hasenbalg (1978) para evidenciar que as relações de produção e distribuição da posição dos negros na sociedade deriva não apenas da divisão e desigualdade entre classes na sociedade capitalista, pois o racismo, assim como a violência de gênero, compõe o conjunto de ideologias para a elaboração estrutural objetiva das políticas do capitalismo.

Almeida (2018) sinalizou que os regimes colonialistas e escravistas não poderiam existir sem a participação do Estado e de outras instituições como as igrejas na constituição das desigualdades no Brasil. O Estado exerce diretamente um fomentador das ideologias racistas, sendo colaborador de uma organização estrutural e política da sociedade racista e hegemônica a partir de uma “relação material de força ou uma forma específica de exercício de poder e de dominação” (ALMEIDA, 2018, p. 70).

No capitalismo, o Estado desenvolve-se como elemento essencial para a manutenção da ordem social, seja pela força física ou pela produção de discursos ideológicos de dominação, garantindo a liberdade e a igualdade formais e proteção da propriedade privada, assim como o cumprimento dos seus contratos. Deste modo, compreendemos que, na configuração do Estado, há a composição das violências de gênero e de raça, em que os

conjuntos de práticas de discriminação racial e articulação ideológica do racismo, presentes na atuação do Estado e da sociedade, tornaram-se eficazes estruturalmente, pois estabeleceram uma divisão racial do trabalho e têm sido compartilhadas enquanto formação socioeconômica capitalista e também multirracial diariamente.

Ainda para Gonzalez (2018b), no Brasil, há a coexistência de três processos distintos de acumulação capitalista monopolista que garante hegemonia para os grupos de negros, mulheres e indígenas. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi importante destacar um dos tipos de acumulação capitalista examinado por Gonzalez. Neste sentido, referimo-nos à localização da população negra no ethos do Brasil subdesenvolvido. Houve a distribuição geográfica da população negra em locais periféricos diante do setor hegemônico que se concentrou no centro geográfico social. Tal localização, à margem e ao subdesenvolvimento, lançou a população negra nas regiões de predominância das formas pré-capitalistas de produção.

Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para posições na estrutura de classes e no sistema da estratificação social (...) a população negra, em termos de capitalismo monopolista, é que vai construir, sua grande maioria, a massa marginal crescente (GONZALEZ, 2018b, p. 65).

Além deste local, no Brasil marginal, a realidade de trabalho e o espaço significativamente grande que ele ocupa na vida de mulheres negras brasileiras são herança e reprodução destes padrões da escravidão logo nos seus primeiros anos. Qualquer papel atribuído para as mulheres negras na escravidão foi resultado do ethos de exploração, distribuídos enquanto trabalho escravo. Estas mulheres foram desprovidas do gênero para os proprietários de escravos nos Estados Unidos e também no Brasil. Seu trabalho era na cozinha e nas lavouras, colhendo algodão ou tabaco, ou praticando o corte de cana. Independente da região geográfica da colonização, tais mulheres sempre serviram o trabalho escravo dos seus senhores (DAVIS, 1981/2016).

Em síntese, o cenário para as mulheres negras, ao longo do período colonial e no início da república, foi marcado pelas condições precárias fortemente assinaladas pelo racismo, precarização das condições de trabalho e limitação de acesso a oportunidades de trabalho estruturado. Ao longo do século XX, muitas transformações tecnológicas e no ordenamento do mundo do trabalho foram observadas até chegarmos ao momento presente, marcado pelo novo modelo que exige um perfil empregável, sendo o contratado capaz de

realizar todas as tarefas em uma mesma função, conduzindo empregados homens e mulheres a uma exploração maior da mão de obra.

Para Verônica Ferreira (2005), nestas condições desiguais, carregando a herança do serviço da escravidão, quem acaba sendo contratado nos serviços marginais, em sua maioria, são as mulheres, havendo uma divisão de gênero no trabalho. No capitalismo, a mulher tem uma dupla desvantagem: nas estruturas da base enquanto serviços marginais e superestruturas enquanto desvalorização em suas capacidades (SAFFIOTI, 1976). Ao identificar as questões de raça nesta condição, são as mulheres negras que ocupam os serviços terceirizados e precários no Brasil, na sua maioria (IPEA, 2016).

No Brasil contemporâneo, o mercado de trabalho é caracterizado como um locus de privilégios e desigualdades. Os aspectos educacionais estão estritamente ligados ao mercado de trabalho e sua inserção é permeada pelos processos educacionais. De acordo com o Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) (2015), há fatores discriminatórios que também permeiam a inserção e delimitação no mercado de trabalho, tais como raça, gênero e classe. Os dados de 2015 (IPEA) também apontam que cerca de 40% das famílias negras, com prole e sem companheiros(as), são chefiadas por mulheres negras. Nesse mesmo ano, 3,7% correspondiam a famílias chefiadas por homens negros sem companheiras(os) e com descendência, o que demonstra a responsabilidade que as mulheres negras possuem nas famílias brasileiras.

Assim, as considerações pelo IPEA acerca dos nexos entre o mundo do trabalho e a posição nesta ambivalência assumida por mulheres no Brasil indicam o drama vivenciado por estas mulheres nos correntes dias. No Brasil, o período diaspórico impeliu as mulheres negras à necessidade da manutenção familiar, indicando a chefia feminina da família, mantendo-as nos serviços de escravas antes mesmo da revolução industrial, o que caracteriza a diferença da realidade no trabalho entre mulheres brancas e negras. A autora Julies Falquet (2008) questiona qual é a mão de obra que é impelida ao trabalho informal, ou seja, “empurrada” para esse trabalho desvalorizado. A autora responde a este questionamento, abordando o racismo como a fórmula mágica que dá a permissão de contratá-las com um salário mais baixo e colocá-las em funções que sejam economicamente menos gratificantes.

4.2 O mercado de trabalho e a condição da mulher negra

Para Márcia Lima, Flávia Rios e Danilo França (2013), a raça e o gênero, na dinâmica da sociedade de classes, atuam na hierarquização das diferenças ao mesmo tempo em que influenciam na posição social que estes indivíduos ocupam na sistematização da estratificação do mundo laboral. Raça e gênero são fatores importantes para o capitalismo, pois atuam como determinantes para a classificação das posições de pessoas no antagonismo de classes, assim como na delegação daquele que possuirá as propriedades e os que serão despossuídos delas. Neste segmento, aludiremos, nas páginas seguintes do capítulo, à localização no mercado de trabalho da mulher negra e a que forma o sistema capitalista determina as ocupações destas na sociedade brasileira a partir da hierarquização racial e de gênero. Para isto, é necessário também que seja evidenciado o processo de colonização e pós-abolição, a fim de compreender que o ethos do trabalho de desprivilégio social e exploração das mulheres negras são uma herança da escravidão.

Safiotti (1976), ao refletir sobre a situação das mulheres no capitalismo, retoma as relações de produção no período colonial e de escravização, revelando a existência de que, nas colônias, as atribuições de papéis eram embasadas na raça e no gênero. As colônias sofreram a divisão por castas. Entretanto, as castas receberam a sua divisão a partir da questão econômica e racial.

As produções de relações na ordem escravocrata-senhorial e da sistematização de castas foram elementos decisivos para a atribuição das funções das mulheres, porém, diante destes dois elementos (sistema de castas e ordem escravocrata-senhorial), o encargo representado pelas mulheres negras possuía um caráter corrosivo. Neste período, cabia à incumbência da mulher escravizada uma função sexual do sistema produtivo de bens e serviços. Desta forma, a exigência do senhor em relação à negra tornada escrava transfigurava-a em processo de coisificação, enquanto instrumento de trabalho. Portanto, a sua atribuição no sistema colonial era o de coisa.

A valorização sexual da mulher negra levou não somente à disputa desta mulher entre os homens brancos e negros, mas também às mulheres brancas e negras, que disputavam a atenção do homem branco. Tal rivalidade não as levou a uma competição, pois, pela hierarquização racial, os fins que ambas recebiam eram diferentes. As funções de esposa e mãe legítima dos filhos eram reservadas às mulheres brancas. Já as negras escravizadas

tinham como tarefas serem amas-de-leite e ofertar o prazer sexual, ficando desprovidos de cuidados seus filhos e suas famílias (SAFIOTTI, 1976).

Pela estrutura da sociedade e sistematização da colonização, a raça e o gênero foram utilizados como ferramentas das delegações para o desempenho das tarefas nas colônias. Com isso, pelo processo histórico-social da colonização, promoveram-se, no surgimento da sociedade capitalista, alguns papéis determinantes deste período. Nas colônias, os homens brancos, proprietários das terras, ditavam as funções das mulheres. O desempenho de dona de casa e mãe de família legítima era uma atribuição delegada às mulheres não negras. No sistema capitalista, este papel foi mantido, porém enquanto acréscimo, pois, diante do novo sistema econômico, a mulher branca foi inserida no sistema de trabalho. Contudo, os encargos das mulheres negras na escravidão foram mantidos na sociedade capitalista.

De acordo com Oyewumi (2021), na colonização europeia da África, as mulheres africanas sofreram o processo de racialização e inferiorização. A racialização, mecanismo usufruído pelos brancos, determinou a etnia do negro como aquela que poderia ser submetida ao processo de escravização. O branco, ao colocar-se como diferente e superior ao negro, determinou o fardo da escravidão sobre o que, em sua compreensão, era inferior a ele. Isto contribuiu para a subalternidade das africanas na colonização, na qual ambos os processos (racialização/inferiorização) foram inseridos na situação colonial a que o Brasil também foi sujeitado, violentamente, resultando em uma tragédia profunda, pois "a experiência colonial as jogou no fundo de uma história que não era delas" (Oyewumi, 2012, p. 227).

Ao compararmos a posição das mulheres brancas e mulheres negras, nota-se que as primeiras possuem uma posição invejável e privilegiada desde a colonização, sendo erguidas socialmente acima das segundas. Na organização da sociedade capitalista, as mulheres negras permaneceram em posição inferior, localizadas no ethos da escravização, enquanto as mulheres brancas permaneceram no ethos de emancipação.

Após o período da escravidão, com a implementação e consolidação do capitalismo nas sociedades coloniais, surgiu uma nova ordem social, marcada pela competição e venda da força laboral entre pessoas que integraram a classe trabalhadora assalariada. Frederic (2004) exhibe um momento histórico na Europa no século XVI até XVII, em que as mulheres perderam seu espaço como trabalhadoras nas fabricações de cerveja e realização de partos, por exemplo. Entretanto, esta nunca foi a realidade das mulheres negras. Trazemos este contraponto na história para evidenciar que desde sempre a mulher negra não perdeu seu lugar de trabalho escravo. Há o registro nesta época que as mulheres brancas proletárias

encontraram dificuldades para permanecerem empregadas. Já as mulheres negras nunca saíram do seu lugar de trabalho e das suas funções, recebidas desde a escravização.

Contudo, em consequência da implementação do capitalismo industrial, ocorreu a modificação radical das circunstâncias na vida de mulheres brancas, aprofundando a inferiorização destas e mais ainda das mulheres negras. Enquanto trabalhadoras, as mulheres não negras em suas casas eram consideradas como as esposas que se tornavam serviçais de seus maridos e mães, sendo passivas diante do papel de repositoras da vida humana na sociedade, enquanto sua situação de dona de casa branca era cheia de contradições (DAVIS, 1981/2016).

O desenvolvimento da sociedade capitalista aproveitou a mão de obra feminina branca até certo ponto. O advento do capitalismo representou uma diminuição das funções produtivas desempenhadas por elas até tal momento. Porém, os afazeres do lar passaram a ser tarefa acrescida. A família passou a ser o centro de comportamentos da economia e como unidade produtiva. Tais mulheres ficaram divididas entre os serviços domésticos e as funções econômicas diretamente atreladas ao sexo. Sendo assim, essa divisão foi geradora de uma independência econômica individual em grande escala para o homem e em pequena escala para a mulher.

Ainda neste período, as mulheres brancas proletárias buscaram ocupar serviços em ocupações mais baixas: serviços domésticos, trabalhadoras rurais, vendedoras ambulantes e até amas de leite (FREDERIC, 2004). O capitalismo fez com as mulheres brancas o que a escravidão já havia realizado com as negras escravizadas. Ainda assim, as vantagens presentes na raça fizeram-nas alcançar locais de trabalho na sociedade capitalista, negado e rejeitado às mulheres negras.

Destarte, diferentemente da mulher branca, as mulheres negras foram inseridas no capitalismo subdesenvolvido. Embora as mulheres brancas tenham sido inseridas no mundo econômico de modo marginal, as mulheres negras não tiveram a opção de escolher entre carreira profissional ou casamento, pois sua única opção foi a de manter-se nos mesmos trabalhos do período da escravidão para garantir sua subsistência e de sua família (SAFIOTTI, 1976).

Entretanto, a marginalização da mulher branca diante do sistema dominante de bens e serviços tem sido válida para a formação e desenvolvimento da sociedade capitalista de modo geral, pois este recurso da empregabilidade de maneira maciça da força de trabalho feminina gerou vantagens para os empreendedores capitalistas. O trabalho feminino, com efeito do

engajamento para a ascensão, concretizou-se na sociedade de classes, enquanto possibilidade de ascensão para os membros masculinos da família (SAFIOTTI, 1976).

Assim, como todas as sociedades colonialistas que se tornaram capitalistas, este sistema ocasionou a permanência da hierarquização racial e de gênero como fundamento da edificação da comunidade. A sociedade brasileira também se movimentou para a implementação do capitalismo, vislumbrando as tarefas destas mulheres, negras e brancas, enquanto herança da estratificação étnico-racial colonial e do branqueamento pós-abolicionista. Com o surgimento da sociedade de classes, os brancos passaram a possuir vantagens e lugares privilegiados do colonialismo, enquanto a mão de obra negra foi utilizada como fonte de exploração.

O desenvolvimento histórico do capital, como modo de sociabilização no Brasil, tornou-se indissociável da utilização de formas específicas de exploração da força de trabalho da população negra. A mão de obra de mulheres e de negros foi usufruída para o enriquecimento da classe burguesa, explorando-os e pagando menos pela atividade do trabalhador negro, utilizando-se das estruturas racistas e sexistas para o enriquecimento dos proprietários dos meios de produção. Entendemos, deste modo, que o fim da escravidão possibilitou a abertura de novos tipos de violências disparadas contra a classe proletária e de negros e mulheres (SAFFIOTI, 1976).

Neste período, os negros livres foram manejados para a atividade laboral a fim de conquistarem sua subsistência, fazendo-os com que permanecessem nas regiões territoriais de origem. Sem muitas oportunidades de migração, perdurados na pobreza devido à não reparação histórica do processo de escravidão, tal população construiu a grande massa de pessoas marginalizadas no capitalismo subdesenvolvido. Desta maneira, houve um processo de fixação dos negros em formas de produção pré-capitalista enquanto lavradores, moradores/assalariados rurais e trabalhadores de mineração.

Paralelamente a este processo, ocorreu, neste mesmo momento, o processo de tentativa de branqueamento no país. As regiões de maiores produções de plantações e minerações, que possuíam grande número de negros livres, foram o foco do governo brasileiro para a fomentação da mestiçagem (GONZALEZ, 2018b). Pela busca do branqueamento, a imigração de brancos europeus foi utilizada como estratégia para a tentativa do alcance de tal objetivo. O Brasil destinou a mão de obra ao povo imigrante, e a população negra foi substituída no mercado de trabalho formal. Este ato intencional do governo brasileiro deliberou a parte do país subdesenvolvido aos negros e a outra parte do país desenvolvido, à população branca imigrante (HASENBALG, 1978 apud, GONZALEZ, 2018b).

Gonzalez (2018b) compreende que a questão do negro no Brasil não estaria então atrelada a algo referente ao economicismo, em que brancos e negros pobres sofrem a exploração capitalista. Os brancos, neste sistema, foram beneficiados, pois receberam dividendos do racismo por meio de vantagens ao admitir as doações de terras e ocuparem o mercado formal, ou seja, estes dividendos do racismo foram as recompensas materiais e simbólicas que colheram da estrutura racista e machista desde o cenário colonial brasileiro, danando e prejudicando a população negra, a qual colheu empobrecimento e miséria.

Importante destacar que Saffioti (1976) analisou os papéis femininos em países que possuíam uma economia capitalista e, ao investigar o Brasil, identificou, por resultado deste processo histórico-social, que as mulheres não negras são inseridas no sistema econômico a partir do confinamento de papéis construídos para sua inclusão e emancipação. O fator sexo, mesmo que menos conveniente do que os caracteres raciais, permitiu a conservação de camadas privilegiadas, configurando-se como estratificatório diante da realidade de pessoas negras.

Nesta perspectiva, de acordo com Carneiro (2003), as mulheres negras nunca foram tratadas como frágeis e sempre ocuparam o ethos de trabalhadora a contar da colonização, desenvolvendo os serviços de vendedoras, trabalhadoras rurais e até mesmo prostitutas. Sempre estavam fora de suas casas trabalhando. Em um discurso improvisado, conhecido como “Não sou uma mulher?”, contra a invisibilidade das mulheres negras, realizado em 1851, na Convenção dos Direitos da Mulher, em Akron - Ohio, a ativista Sojourner Truth sinalizou que as mulheres negras sequer eram consideradas enquanto mulheres:

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 1851/2014, p. 1).

O discurso de Truth demonstra a negação destas enquanto mulheres pela inexistência da fragilidade e feminilidade encontrada nas mulheres brancas. A vivência das mulheres negras, na intensidade do trabalho e nas situações de dor, eram seu cotidiano. Elas não foram poupadas, desde a sua primeira experiência no Brasil, ao serem exploradas em sua força de trabalho, e tal realidade não é diferente na sociedade capitalista. Nesse sentido, a existência

da competição na estrutura social está associada ao preconceito e à discriminação, o que diretamente reflete na permanência das desigualdades entre os grupos sociais ao se apropriarem de suas posições nesta hierarquia social.

Outro aspecto importante refere-se ao processo educacional no país, enquanto meio de acesso aos trabalhos formais no capitalismo. Ao analisarmos o mercado de trabalho e a inserção das mulheres negras, dois aspectos importantes precisam ser levados em consideração: a educação e a renda. A educação se expressa como demonstração da inserção ao mercado de trabalho formal, enquanto a renda representa-se como o alcance desta inclusão. Deste modo, o mercado de trabalho está conectado à dimensão educacional, expressando qual a posição inicial de ingresso por meio da introdução nos processos de qualificação pela educação.

Além de carregarem as funções de dupla/tripla carga de trabalho, as mulheres negras foram excluídas do processo de educação, visto que sua permanência nos estudos foi atravessada pela realidade do trabalho iniciado precocemente, responsabilidade para com família e também com os filhos. Entretanto, os fatores da desigualdade racial são responsáveis por essa inserção adiantada no mercado de trabalho e obrigação com a família, diminuindo as possibilidades e limitando suas escolhas.

Apesar de a realidade demonstrar que as mulheres, de modo geral, possuem um melhor desempenho educacional ao longo do tempo, especialmente as descendentes negras, elas encontraram dificuldades nos resultados que são esperados da sua qualificação e desempenho nos estudos, pois seus rendimentos são menores em relação aos dos homens, e sua participação nos postos de comandos enquanto proprietárias-empregadoras são inferiores e restritas. Ainda que mais escolarizadas do que os homens, as mulheres são menos valorizadas do que eles. Todavia, ao analisarmos as condições da população negra, a rigidez racial destaca-se ainda mais nas desigualdades raciais ao sinalizar uma taxa elevada de desemprego, de desfavorecimento na competição social nos espaços e posições de poder e também nas condições de empregadores, proprietários e outras posições que exercem a chefia e o comando (LIMA & RIOS 2013).

Para Lima, Rios e França (2013), a compreensão do desenvolvimento educacional do Brasil decorreu da dinâmica das desigualdades raciais e de gênero. Portanto, o cenário econômico deve ser considerado na existência de dois períodos importantes, os quais destacamos: de 1999 a 2002 e de 2003 a 2009. O primeiro momento teve um menor crescimento econômico e destacou-se por uma bipolarização do emprego feminino. Já, ao que

se refere o segundo período, este foi marcado por mudanças importantes na estrutura do mercado de trabalho.

No primeiro momento, ao passo que houve avanços educacionais e a inserção de mulheres em ocupações formais e não manuais, cresceram em comparação às ocupações na informalidade e de menor renda, sendo ocupadas pelas pessoas com baixa escolaridade. Por conseguinte, as mulheres que iniciaram a movimentação em ocupações de nível superior foram majoritariamente brancas. Por outro lado, as mulheres negras, pertencentes à classe mais pobre, foram fortemente concentradas nos serviços domésticos, nos quais prestavam serviços ligados também à produção industrial (LIMA; RIOS & FRANÇA 2013).

Em 2004 (PNAD apud LIMA & ABDAL, 2007), os sujeitos com menos escolarização perderam espaço no mercado de trabalho. Houve, nesse ano, uma queda de 28,8% na força de trabalho de pessoas menos escolarizadas, o que surtiu uma mudança na dinâmica do mercado de trabalho, tendo um crescimento significativo das pessoas com menos escolarização na ocupação dos trabalhos informais. Ainda neste mesmo ano, somente 38,9% de trabalhadores no Brasil possuíam empregos com carteira ou se enquadravam na ocupação de funcionários públicos e estatutários, ou seja, ingressantes no trabalho formal.

Neste sentido, a educação é uma etapa importante para a internalização de recursos, a qual qualifica os indivíduos para a possibilidade do seu ingresso no mercado de trabalho na sociedade capitalista. Há uma grande diferença na efetivação dos estudos quando analisamos os dados de conclusão no ensino médio referentes ao gênero e à raça. Em 1995, as mulheres brancas ingressantes no ensino médio apresentaram uma diferença quatro vezes maior que os homens negros, estes últimos possuindo os piores indicadores ao que se refere à inserção e à permanência na educação. As mulheres negras, em 2009, computaram cerca de 49,8% dos dados de participação no ensino médio (LIMA *et al*, 2013). Em 2015, houve um aumento da sua inserção para 57,1% (IPEA). Mesmo com a evolução da inserção das mulheres negras na educação ao passar dos anos, ainda permaneceram em desvantagem às mulheres brancas.

Ainda referente aos dados educacionais, ao analisarmos tais grupos no ensino superior, considera-se um aumento na participação das mulheres a partir de 2001 nesta modalidade de ensino. Contudo, tal crescimento ainda não demonstrou ser suficiente para a superação das desigualdades às quais a população negra, em especial as mulheres negras, está submetida.

Em 2009, cerca de 25% de mulheres brancas estavam matriculadas e cursando o ensino superior. Em contrapartida, no mesmo ano, somente 10% de mulheres negras encontravam-se na mesma condição (LIMA *et al*, 2013). Ao compararmos tais dados com os dados de 2015 do IPEA, houve um crescimento para 15% de mulheres negras inseridas no

ensino superior e uma diminuição de mulheres brancas na mesma condição para 28,1%. Entretanto, as mulheres brancas ainda permanecem com a taxa mais elevada de ensino superior do que as mulheres negras.

Compreende-se que geralmente as mulheres brancas são o grupo com as maiores taxas de escolarização, seguidas dos homens brancos, depois das mulheres negras e, por fim, os homens negros. Pela exigência no mercado de trabalho para qualificação, os estudos demonstram-se como fator importante para a ocupação dos sujeitos. Ao identificarmos os dados de anos de escolaridade referentes às ocupações, vemos que a população negra ainda segue em desvantagem. No ano de 2009, cerca de 29,5% de mulheres brancas que estudaram por mais de 12 anos estavam ocupadas. Já, no mesmo ano, somente 13,5% de mulheres negras estavam na mesma condição de ocupadas e que possuíam o mesmo nível de escolaridade (LIMA *et al*, 2013).

Os dados sobre a inserção, de modo geral, no mercado de trabalho, a partir da faixa etária, elucidam que as mulheres negras de 10 a 15 anos, no ano de 2009, eram 8,3% do mercado de trabalho, em comparação a 6,9% das mulheres brancas na mesma idade, o que indica que as mulheres negras têm chegado mais cedo ao mercado de trabalho em relação às mulheres brancas, confirmando o que a literatura tem nos apontado até então (LIMA *et al*, 2013; CARNEIRO, 2003; SAFIOTTI, 1976; GONZALEZ, 2018b). A partir dos 60 anos ou mais, cerca de 17,4% de mulheres brancas encontram-se no mercado de trabalho. Em contraponto, cerca de 21,6% de mulheres negras na mesma idade ainda se localizam nas ocupações, o que evidencia que tais mulheres, além de iniciarem mais cedo no mercado de trabalho, são as que permanecem por mais tempo, passando parte da infância, adolescência e velhice no mercado de trabalho (LIMA *et al*, 2013; PEREIRA, 2021).

Todavia, ainda em 2009, ao compararmos os dados educacionais e a taxa de desocupação brasileira, vemos que as mulheres, mesmo com mais anos de estudos que os homens, possuem uma maior taxa de ocupação e, quando comparamos as questões de raça, as mulheres negras apresentam as maiores taxas de desemprego. Cerca de 7,9% das mulheres negras que estudaram por volta de 12 anos ou mais encontram-se desocupadas. Já as mulheres brancas nas mesmas condições de ensino atingiram cerca de 5,9% da porcentagem de desocupação (LIMA *et al*, 2013). No ano de 2015 (IPEA), 5,5% de mulheres brancas ocupavam serviços de administrações públicas, em comparação a 4,3% de mulheres negras que ocupavam a mesma posição.

Para Clara Marinho Pereira (2021), a dinâmica presente no sistema econômico pós-abolição foi alimentada pela hierarquia observada nos mecanismos de discriminação racial e

de gênero, reservando à mulher negra os papéis de subordinação no mercado de trabalho. Estas mulheres enfrentaram grandes desafios históricos referentes à sua inserção na laboralidade, porque a escravização delas deixou marcas que são duradouras em toda a sua trajetória laboral, sendo parte da sua realidade a taxa de desemprego elevado, sua concentração em ocupações subordinadas, bloqueios diante da competição por posições que possuem maiores remunerações, baixo retorno econômico em relação ao seu avanço da escolaridade, além de serem constantemente rebaixadas e ameaçadas com afastamento. Essa diferença estruturalmente posta entre mulheres brancas e negras está baseada na diferença e na inferioridade criada e submetida às mulheres negras, em relação aos outros grupos sociais, perante a sua etnia.

Em 2019 (PNAD apud PEREIRA, 2021), mais de 15 milhões e 500 mil mulheres negras estavam fora da força de trabalho e cerca de 4 milhões não possuíam nenhum tipo de ocupação. Ainda neste mesmo ano, das que estavam no mercado de trabalho, mais de 3 milhões e 600 mil encontravam-se no trabalho doméstico e cerca de 5 milhões e 700 mil ocupavam os trabalhos informais. Diante das mulheres que estavam inseridas na força de trabalho, apenas 5 milhões de mulheres negras detinham o ensino superior. Entre estas, a maioria recebia até dois salários mínimos, ou seja, valor abaixo de R\$2.090,00.

Os dados do IPEA demonstram que, em 2015, a renda das famílias chefiadas por mulheres negras era equivalente a R\$831,03. Em contrapartida, no mesmo ano, as famílias chefiadas por mulheres brancas obtinham uma renda de R\$1.572, 50. Os dados referentes à renda exemplificam o retorno mediante a ocupação que possuem. Ao encontro com os dados educacionais, pelas taxas de mulheres brancas serem mais elevadas do que as de mulheres negras, expõe-se que a ocupação da mulher negra concentra-se nas ocupações de baixa remuneração e que os serviços destinados a elas são os informais, terceirizados e mal pagos (COSTA, 2018).

Contudo, as mulheres, mesmo quando conseguem penetrar no mercado de trabalho, são evitadas pelas empresas ao desenvolverem atividades que irão necessitar de apresentação, pois não integram a “boa aparência”, além de serem impedidas a exercerem cargos que desenvolvam quaisquer atividades de comando, planejamento ou até mesmo que exijam o manejo de equipamentos sofisticados e controle de diversos recursos. A mulher negra, pela estrutura racista que a estratifica, é mantida nos serviços nos quais ela “não aparece” (PEREIRA, 2021; NASCIMENTO, 1976 apud RATTTS, 2006).

Para Tatiana Dias Silva (2013), o racismo e sexismo, no bojo da sociedade de classes, possuem elementos estruturantes que culminaram na imensa desigualdade vivenciada no país

pelas mulheres negras. De acordo com a autora, elas vivenciam a pobreza e ocupam a base na hierarquia social, pois, a partir do antagonismo de classes, o racismo e sexismo existentes marcaram-nas profundamente perante a desigualdade na distribuição dos recursos sociais e nos seus modos de ocupação e desocupação. No ano de 2013 (IPEA), 5,5% de mulheres negras estavam concentradas em níveis de extrema pobreza. Neste mesmo ano, somente 29% destas mulheres encontravam-se na situação de não pobres, diferentemente da mulher branca que, ainda em 2013, atingiu 54% da situação de não pobre.

Diante deste abismo social, a inserção de mulheres brancas e negras no mercado de trabalho ocorreu em momentos distintos. A inserção das mulheres brancas das classes médias deu-se enquanto ponto importante de geração de autonomia, e sua inserção ocorreu no trabalho formal e remunerado, o que demandou políticas de ativação. No entanto, as mulheres negras estão localizadas nas classes mais pobres e alocadas no mundo do trabalho de maneira precoce, precarizado e em níveis desvantajosos.

Concluimos que o período pós-abolicionista, até então, denominado pela autora Gonzalez (2018b), foi marcado para a mulher negra pela posição de *viga mestra* de sua comunidade. As mulheres negras foram material e simbolicamente o sustento moral e a subsistência da sua família, estendendo-os para sua comunidade.

Isto significou que seu trabalho físico foi duplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares. Antes de ir para o trabalho, tinha que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimento para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas das filhas mais velhas nos cuidados dos mais novos. Acordar às 3 ou 4 horas da madrugada, para “adiantar os serviços caseiros” e estar às 7 ou 8 horas na casa da patroa até a noite, após ter servido o jantar e deixado tudo limpo (GONZALEZ, 2018b, p. 71).

Mesmo diante de toda a dificuldade e exploração, as mulheres negras, enquanto ocupantes dos trabalhos informais, sustentaram suas famílias e proveram a vida e a manutenção destas. Pelos serviços de vendedoras, o ganho das vendas possibilitou a elas a matrifocalidade após a escravidão. A partir do trabalho, desde sempre, a mulher negra chefiou suas famílias e, diferente de outras etnias, prover o sustento dos seus não era visto enquanto fardo ou peso, mas uma satisfação da sua autonomia até então perdida na escravidão e resgatada pela matrifocalidade. Elas mantiveram suas famílias e nutriram seus filhos pelo trabalho. A partir deste sustento, desejavam que seus filhos tivessem acesso aos estudos e a uma profissão, para que fosse possível a ascensão social da sua família (BERNARDO, 2005).

Nesta perspectiva, George Zarur (1976 apud SMITH, 1975; GONZALEZ, 1970) evidenciou que a matrifocalidade, implicada em um grupo de mulheres e crianças que estão

em relação, apresenta-se, enquanto autoridade da mulher no grupo doméstico, como uma característica feminina. Os homens nestes grupos geralmente possuem uma postura flutuante enquanto papel de pai ou marido, mesmo fisicamente presente ou absolutamente ausente. Portanto, a autoridade é referida à mulher no grupo familiar. Ao analisarmos a realidade da mulher negra, a matrifocalidade refere-se a um fenômeno comum nas comunidades africanas e tem sido exercida no Brasil desde a presença destes grupos no país.

A mulher negra foi elevada pela sua comunidade como mulher-farol, como aquela que ilumina ao nutrir, cuidar, parir, gerar, proteger, manter e prover o desenvolvimento familiar (TOKITA, 2013). Desde cedo, estas mulheres, que ocupam os trabalhos informais, despertam na alvorada para buscar o sustento de suas famílias. Desta forma, entendemos que a ocupação destas, mesmo que na informalidade e superexploração, transforma-se nos meios para sua subsistência e de suas famílias, gerando novas possibilidades e vida para as futuras gerações.

4.3 O trabalho informal e a chefia familiar feminina de mulheres negras

No desdobramento desta pesquisa, a chefia familiar feminina será atrelada ao fator econômico por ser, no seio familiar, a única provedora da casa, na presença ou ausência de um(a) companheiro(a), e também nas circunstâncias de aspectos de ascendência moral, perante a identificação e reconhecimento dos membros da família pela significação e papel no cerne de sua casa como referência. A definição de chefia familiar feminina que trazemos nesta pesquisa envolve dois tipos: as situações de ausência masculina e existência da manutenção feminina; e a existência da manutenção feminina sem que haja a ausência masculina, necessariamente (MENDES, 2022, apud, COSTA, 2009).

Por mulher chefe de família, entendemos: “aquela mulher que, segundo sua narrativa, direciona toda ou boa parte dos seus proventos para a manutenção da casa e da família, sendo esta, senão a única, a principal fonte de sustento da família” (COSTA, 2009, p. 20). Também consideramos as situações em que a mulher é a referência da casa para os filhos, companheiros e pais, enquanto responsável e chefe do lar, mesmo que seus rendimentos econômicos não sejam suficientes ou os únicos para manter o sustento da casa. Em tais situações, torna-se comum tal movimento de referência, principalmente nos lugares em que as mulheres negras são mais velhas, sendo considerada, neste contexto, uma *ascendência moral* pelos familiares.

Tomando como referência Oyewumi (2021), consideramos a ancestralidade feminina ao ilustrar sua ascendência moral que, baseada nas mulheres mais velhas brasileiras,

aproximam-nos da ancestralidade e da organização do povo iorubá, fazendo alusão às mulheres africanas. Da mesma forma que o povo de Oyó, na Iorubalândia, constitui-se socialmente pela categoria de senioridade – cujo costume atravessa as destinações de riqueza, de posição e também de sexo, valorando a presença da pessoa mais velha em qualquer que seja o tipo de relação e contexto – resgatamos esta organização para compreendermos que a representação de mulheres negras brasileiras mais velhas e sua ascendência moral nas famílias também podem expressar a senioridade presente no povo iorubá, conferindo-as muitas vezes o controle social e familiar e garantia de obediência à sua autoridade, reforçando a ideia de liderança no lar (OYEWUMI, 2021).

Encontramos semelhanças desta sistematização ao percebermos que, no Brasil, as mulheres negras também possuem esta referência senhorial ao serem consideradas como mulheres-faróis, que iluminam pela sua liderança no lar, cuidado, obediência dos filhos e controle social perante a sua comunidade (TOKITA, 2013).

Os dados de 2015 da Síntese de Indicadores Sociais (SIS), produzida pelo IBGE (ANDRADE, 2015), informam que em dez anos houve um aumento da participação feminina na condição de responsável nas casas onde habitam casais com proles. No ano de 2004, as residências contendo casais com pelo menos uma prole e a mulher como chefe de família compunham 3,6%. Após dez anos, em 2014, essa proporção teve um aumento de 11,5, sendo 15,1% das famílias brasileiras, tendo a mulher negra como a chefe familiar.

Pelo IBGE, identificamos que, em 2004, os homens chefiavam cerca de 67,7% das famílias. Entretanto, no ano de 2014, em que tivemos um aumento significativo nas chefias familiares femininas, este número decresceu para 54,9%. Já as casas com responsáveis e proles, sem cônjuges e companheiros, em 2014, compunham cerca de 26%, sendo chefiadas somente por mulheres. Por outro lado, no mesmo ano, no caso dos homens na responsabilidade com proles e sem companheiras, o número era de apenas 3,4%. Em 2010, dos 57,3 milhões de lares brasileiros, 38,7%, eram chefiados por mulheres, demonstrando que, historicamente, as mulheres consolidam-se como aquelas responsáveis pela casa.

Diante dos dados expostos, identificamos o abandono: a mulher, em inúmeras ocasiões, sendo mãe, é deixada por um homem, seja ele branco ou negro, tendo que arcar com o “custo emocional do abandono do parceiro” (SANTOS, 2016), o que as marca com o estigma social de “mãe solteira”, além de ter sua renda comprometida com o cuidado dos filhos. Isto porque os pais ausentes não assumem a responsabilidade da pensão, visto que o Estado brasileiro é racista, devido a ao processo de construção também da eugenia, no período pós abolicionista e torna-se conivente com o abandono paternal que tais famílias vivenciam. Perante o relato de um filho negro, Maurício Gabriel dos Santos compartilha:

Não sei se acontece o mesmo a ele e aos demais, embora eu suspeite que numa sociedade patriarcal, permissiva com a irresponsabilidade masculina, não sofram nenhum tipo de assédio sobre onde ou como estão seus filhos. Pra eles, braços abertos; pra ela, punhos fechados; pra nós, tapinhas nos ombros. Nenhuma pensão. (SANTOS, 2016).

O relato de um filho negro, fruto de uma família abandonada pelo pai, demonstra os caminhos abertos aos homens e fechado às mulheres negras, até pelo Estado, o qual opera a justiça pelo racismo, fazendo-a pela metade e não responsabilizando os indivíduos por suas proles (SANTOS, 2016).

Os relatos sobre as famílias negras na escravidão apontam que a presença das mulheres na vida das crianças negras escravizadas foi constante (REIS, 1998). Os negros escravizados procuravam criar formas, tanto sociais como culturais, para que lhes fossem proporcionados consolo e apoio em um mundo que era hostil à sua presença (SCHWARTZ, 1988 apud REIS, 1998).

Neste sentido, a presença da mulher negra na família, desde a escravidão, foi materializada. A população, negra ao recriar seus padrões de vida familiar na diáspora brasileira, conectou-se com várias formas de parentescos simbólicos e rituais nas relações familiares criadas pelas famílias de santo, articulando, deste modo, uma rede de solidariedade e proporcionando amparo, já que sua própria família sofria o afastamento e desagregação oriundos da violência colonial. O comércio de escravos, além do aluguel das escravizadas para amas-de-leite e da libertação de alguns dos membros da família negra escravizada, foram fatores para que ocorresse a desagregação da família, vitimando homens, mulheres e crianças (REIS, 1998).

5 PSICOLOGIA HISTÓRICO CULTURAL

5.1 Psicologia Histórico Cultural uma vertente teórica do Materialismo Histórico Dialético

Até este momento, foi posto ao leitor a utilização do materialismo histórico e dialético para o desdobramento desta pesquisa. Destarte, neste capítulo, há a necessidade e importância de elucidarmos a Psicologia Histórico-Cultural, já que sua compreensão sobre o trabalho e sobre o ser humano torna-se essencial para o desenvolvimento desta construção investigativa. Além disso, iremos analisar algumas das categorias primordiais para o entendimento dos sentidos do trabalho informal para as mulheres negras a que esta pesquisa dedicou-se.

De acordo com Clot (2006), Vigotski não produziu uma Psicologia do Desenvolvimento, mas um desenvolvimento para a Psicologia, pois havia o desejo em realizar uma Psicologia Geral:

[...] considero que Vygotski esteja próximo das especialidades atuais da Psicologia, ou seja, da Psicologia Cognitiva, da Psicologia Social, da Psicologia do Desenvolvimento, da Psicologia Clínica... Vygotski não é uma engenharia psicológica, não é uma prescrição comportamental, é a possibilidade de inventar situações, nas quais o sujeito pode criar suas atividades psicológicas. A obra de Vygotski repousa inteiramente na ideia de criação e de recriação (CLOT, 2006, p. 20-22).

Em suma, a obra vigotskiana foi antídoto para uma psicologia cognitiva mentalista da época, e a utilização da sua teoria foi, para o mundo, uma redescoberta da função social em Psicologia, assim como em seu desenvolvimento (CLOT, 2006). O contexto em que o desenvolvimento da teoria Histórico-Cultural deu-se foi um ambiente revolucionário do século XX, na União Soviética, o antigo Império Romano. A Rússia vivenciava a transformação da sociedade, na qual a classe operária e burguesa lutava para conquistar uma sociedade socialista, dirimindo o capitalismo vigente. O ambiente propício, junto a um contexto histórico e aos estudos que Vigotski desenvolvia, possibilitou que a teoria ocupasse o espaço da Psicologia com a crítica que ela carregava (FERREIRA & ROLDÃO, 2018). A teoria Histórico-Cultural trouxe uma visão de homem e, com ela, a linguagem também ocupou o seu devido lugar.

A psicologia formulada pela chamada Troika, composta não somente por Vigotski, mas também Alexis Nikolaevich Leontiev e Alexander Romamovich Luria, propôs

a superação dos enfoques organicistas e naturalizantes, assim como a-históricos e idealistas sobre a formação do ser humano (MARTINS, 2016). Os autores observaram as necessidades da Rússia em um dado momento, procurando respostas frente ao problema dos homens naquele período. Perseguiram o objetivo de superar a velha psicologia que cindia o ser humano em corpo e mente ao trazer Marx e Engels para eliminar tal divisão. A revolução socialista deu possibilidade para uma Psicologia, aquela que enxergasse que a natureza determina as necessidades do homem, enquanto a história determina quais serão estas necessidades humanas (TULESKI, 2018).

A Psicologia Histórico-Cultural chegou ao Brasil somente no final da década de 80 e início da década de 90. Com a apresentação da teoria no território brasileiro, é trazido o salto qualitativo da compreensão de que o desenvolvimento humano é resultado dos processos de trabalho “na condição de atividade vital humana pela qual o homem age sobre a natureza, transformando-a e, ao mesmo tempo, transformando-se nesse processo” (MARTINS, 2016, p. 47). Martins (2016) sintetizou que Vigotski, Leontiev e Luria defendiam uma tese central sobre o psiquismo enquanto unidade material/ideal do psiquismo que se desenvolve socialmente, formando assim uma base para a imagem subjetiva da realidade objetiva.

Vigotski trouxe sua posição sobre a atividade psicológica enquanto mediatizada pela linguagem, por instrumentos e também como mediatizante, pois produz um elo entre os objetos e sujeitos. Neste sentido, encontramos nesta teoria a representação do social e individual, não sendo o social objeto exterior para ser imediatamente interiorizado. Na perspectiva de Clot, os autores da Psicologia Histórico-Cultural apresentam que: “nós nos tornamos sujeitos, transformando o social *em si* pelo social *para si*” (CLOT, 2006, p. 23). Não seria o social uma coleção de indivíduos: mesmo o sujeito estando sozinho, o coletivo estará presente. Portanto, o social não está entre nós, ou fora de nós mesmos, ele está em nós, ou seja, no espírito e no corpo de cada um de nós.

Ao abordarmos a presença do social no corpo e espírito de cada um de nós, certificamos que o racismo, a violência de gênero e de classes estão presentes no corpo e no espírito das mulheres negras deste país. A investigação dos sentidos do trabalho informal para mulheres negras referenciadas em um equipamento de proteção social do SUAS perpassa a identificação do coletivo presente nas produções das percepções destas mulheres no desenvolvimento de suas atividades laborais, domésticas e de cuidados com suas famílias. No capítulo anterior, constatamos o percorrer da história no qual que estas mulheres estão inseridas. A fundamentação teórica deste trabalho permite-nos o avanço do entendimento de tais partículas do desenvolvimento delas no território brasileiro.

Dando continuidade, o social, no desenvolvimento de uma criança, por exemplo, é recurso externo e fonte da atividade que está ao lado da criança. A criança, na sua fraqueza, encontra meios fora de si mesma para auxiliá-la, fazendo com que haja o ir ao encontro do amparo externo para que o seu desenvolvimento aconteça (CLOT, 2006). Clot aponta que o social modifica-se, move-se e migra-se, sendo no início uma forma de viver, depois, dando segmento, transforma-se na origem de outras formas de vida.

Além das concepções sobre o individual/social, a teoria trouxe a linguagem como descoberta primordial da realização do pensamento. A Psicologia encontrou, com Vigotski, em relação à linguagem, um modo de colocar o problema social (CLOT, 2006). O pensamento não exprime a linguagem, mas se realiza nela. Em tal concepção, o pensamento vem junto com a linguagem, pois ele não espera, nas palavras de Clot (2006), mas vem quando há o ato de falar. Quando falamos, é descoberto o que pensamos.

Para Vigotski (1934/2001), o pensamento e a palavra constituem-se no “processo do desenvolvimento histórico da consciência humana, sendo, elas próprias, um produto e não uma premissa da formação do homem” (VIGOTSKI, 1934/2001, p. 395). Pensamento e palavra não estariam ligados entre si por um vínculo que o autor denominou como primário, mas irão surgir, modificar-se e ampliar-se no seu processo próprio de desenvolvimento.

Se desejarmos levar Vigotsky e sua teoria a sério, é necessário não somente um olhar para a consciência mental/cognitiva, como uma mera representação. Na verdade, para um olhar autêntico, é necessário realizarmos o exame da consciência como aquela que responde “pela surpresa às provas como o real” (CLOT, 2006, p. 27).

A Psicologia Histórico-Cultural e todo seu desenvolvimento até a contemporaneidade revelam o teor revolucionário a que ela se dedica, reinventando a visão de homem, desenvolvimento social, relações, pensamento, linguagem, consciência e atividade. Entendemos que, para a descoberta dos sentidos do trabalho informal para mulheres negras referenciadas em CRAS, o teor conceitual que a teoria revela demonstra-se suficiente para a efetivação da pesquisa. E, se compreendemos que o desenvolvimento do psiquismo humano dá-se nesta transformação da sociedade e da evolução da história inferida, produzindo sentidos, averiguamos que a história destas, trazidas até o presente momento, permite que compreendamos na sua totalidade o que as compõem.

A realidade das mulheres que são negras, chefes de famílias e trabalhadoras tem carregado as modificações de sentido nas atividades realizadas a partir do que vivenciam social e historicamente em seus processos individuais. Tais concepções sobre a Psicologia Histórico-Cultural auxiliam a averiguação do real, concreto e material das suas vidas. E, para

darmos sequência na teoria, em seguida, explorar-nos-emos a teoria da atividade segundo Alexis Leontiev, desdobrando a consciência e psiquismo humano e sua relação com a atividade humana, assim como os sentidos que o trabalho tem assumido em seu desenvolvimento. Por fim, traremos a Clínica da Atividade de Odonne e a Instrução ao Sósia como metodologia de análise da busca feita nesta pesquisa.

5.2 Consciência e atividade humana

Consideramos que a passagem humana, pela sua evolução, é acompanhada pelo aparecimento do psiquismo superior, chamado consciência. Conforme as relações humanas foram sendo produzidas, o desenvolvimento e transformação da consciência e da sociedade aconteceram. Leontiev (2004), em *O desenvolvimento do psiquismo*, traz algo de suma importância ao que tange o desenvolvimento histórico da consciência. Ele nos alerta que devemos considerar que a consciência desenvolve-se perante seu modo de vida, “que é determinado pelas relações sociais existentes e pelo lugar que o indivíduo considerado ocupa nas relações” (LEONTIEV, 2004, p.95).

A consciência é desenvolvida mediante os processos de transformações qualitativas no percurso do desenvolvimento histórico e social. Entende-se que as particularidades do psiquismo dependem das relações humanas que fazem parte do sujeito. Leontiev (2004) aponta a importância de considerarmos o ambiente, a sociedade e as relações enquanto fator crucial de desenvolvimento da consciência, motivações, significações e sentidos do ser humano. O pensamento e a consciência são determinados pela vida material e pela existência das pessoas, assim como sua consciência é produto daquilo que é desenvolvido no sistema das relações objetivas (LEONTIEV, 1978/2021).

Marx, ao trazer a consciência à luz do materialismo histórico e dialético, abriu a ciência psicológica para “perspectivas inteiramente novas” (LEONTIEV, 1978/2021, p.46). Pelo ponto de partida do marxismo, a consciência possui uma forma qualitativamente especial do psiquismo. A primeira vez que a consciência surgiu no ser humano foi através do processo de formação do trabalho do sujeito e de suas relações sociais, tornando o princípio da consciência um produto social.

Desta consideração do desenvolvimento da consciência em interface com as relações humanas e com a laboralidade, advém a teoria da atividade, estruturada principalmente por Leontiev. Com base nos pressupostos de Vigotski, o pesquisador russo estruturou a teoria da atividade, que já era um dos pilares da teoria marxista. Entretanto, tornou Leontiev um de

seus pensadores mais importantes devido ao foco que deu sobre os estudos da consciência, assim como seu desenvolvimento e sua interlocução nas relações humanas (CARNIEL, 2020).

Neste sentido, para que o processo de tomada de consciência possa realizar-se, o conteúdo psíquico da realidade, impresso no objeto, deve aparecer para a pessoa naquilo que denominou aspecto ideal. O conceito de aspecto ideal somente poderá ser compreendido nas relações sociais, nas quais os trabalhadores tomam-no como parte de sua forma de comunicação. A linguagem produzida por este contato que o sujeito desenvolve no trabalho designa o “objeto, os meios e o próprio processo de trabalho” (LEONTIEVN, 1978/2021, p.53).

Ao introduzir o conceito de atividade, o autor deu a ela um sentido materialista:

[...] para Marx, a atividade em sua forma inicial e básica é a atividade prática sensorial, na qual as pessoas travam contato prático com os objetos do mundo circundante, experimentam em si a resistência deles e os influenciam, subordinando - se às suas propriedades objetivas. (LEONTIEV 1978/2021, p. 43-44).

Originalmente, a atividade é exterior e prática, posteriormente adquirindo a forma de atividade interior, ou seja, atividade da consciência. A atividade determina a forma como o ser humano apresenta-se, sendo a atividade condicionada pelo desenvolvimento daquilo que faz parte do seu meio e de sua forma de organização (LEONTIEV, 1978/2021).

Deste modo, o materialismo histórico contribuiu para a solução do problema da psicologia burguesa, que até então determinava a consciência como um espaço psíquico particular, limitando-a e não permitindo, por exemplo, encontrarmos nela aquilo que de fato lhe pertence. Anteriormente ao estudo da consciência, os cientistas na psicologia realizavam a investigação do pensamento às suas representações e conceitos. Todavia, o estudo da consciência compõe não somente o pensamento, mas suas próprias características, formas e seu conteúdo psicológico. Para atingirmos estes elementos, precisamos abandonar as visões metafísicas que separam o psiquismo da realidade dos seres humanos (LEONTIEV, 2004).

Consideramos que a consciência possui o processo dialético, trazendo em cada momento os elementos de superação, nos quais as formas presentes na consciência carregam o amadurecimento para novas formas e também novas contradições. Ela detém o processo tanto de recuo como de saltos. Além disso, devemos também considerar a consciência como um processo, não sendo uma aquisição de algo, mas sim um fenômeno que está sempre em movimento (IASI, 1999).

Um dado importante para os estudos da consciência é de que a realidade está presente no ser humano em seu psiquismo. Todo reflexo psíquico é fruto de uma relação ação, de uma interação entre o sujeito que é material e vivo e toda a realidade material que o cerceia. Para Leontiev (2004), o reflexo psíquico depende da atividade do ser humano e obedece às relações que o sujeito estabelece e realiza. Isto porque há uma interação entre o sujeito, que é um ser material vivo e organizado, e a realidade material que o envolve.

O que está presente na realidade humana é sua atividade. Ela faz parte do que cerca o ser humano, por isso o reflexo psíquico dependerá da atividade do sujeito, das funções que ele realiza, assim como das relações que possui. Entretanto, este conteúdo psíquico será carregado de significações. A realidade aparece ao ser humano na sua significação de maneira particular. Embora a significação seja a generalização da realidade, cristalizada na palavra, ela é oriunda dos fatos históricos, mas pertencente como um fato individual da consciência do sujeito (LEONTIEV, 2004).

Ainda que não estejamos na análise dos dados coletados nesta pesquisa, podemos concretizar, nas considerações de Leontiev (2004), que a teoria da atividade ajuda-nos a entender o trabalho como um fato crucial no desenvolvimento da consciência e do ser humano em si. Neste sentido, ao pensarmos sobre o processo de trabalho de mulheres negras brasileiras, temos a constatação histórica do contexto em que suas vidas estão imersas. O trabalho escravo tem sido o legado de mulheres negras e, por isso, compreendemos que a atividade que desenvolvem no trabalho informal são um componente importante na construção do psiquismo destas mulheres.

As constatações sobre esta atividade de trabalho, que tem sido uma atividade de superexploração e suas relações de subordinação, contribuem no desenvolvimento de sua consciência. No consciente coletivo, pela linguagem, a expressão da significação da sociedade manifesta o local do trabalho que devem ocupar: “O preto sabe seu lugar”; “Essa preta sabe de onde vem”; “Estudar para quê? Se você permanecerá no seu lugar”; “Que preta educada! Essa sabe de onde saiu”.

Gonzalez (1988), em seu texto *A categoria político-cultural de amefricanidade*, apoia-se no conceito lacaniano de sujeito-suposto-saber para exemplificar, no inconsciente coletivo brasileiro, a subjugação do povo negro e a superioridade do povo não negro. O sujeito-suposto-saber, conceito utilizado por ele, expõe que, no inconsciente, o branco coloca-se como superior e o negro, também inconscientemente, coloca-se como inferior. Tal relação, seja no trabalho, no dia a dia, na família e em outras instituições, é permeada pelo inconsciente de subjugação ao lado do negro e de superioridade ao lado do não negro.

O Brasil, por ser uma sociedade racista, tem na composição do desenvolvimento da consciência dos brasileiros e brasileiras a interiorização do racismo, afetando também as relações existentes. A maneira como negros e não negros devem comportar-se é permeada pela violência racial, bem como pelas atividades laborais que irão prestar no desenvolvimento da sociedade capitalista, sendo afetados pela categorização ancestral do trabalho escravo.

Entretanto, o desenvolvimento da consciência em cada sujeito na sua forma particular não repetirá o processo social e histórico de produção da consciência. Tão pouco o reflexo consciente do mundo surgirá como resultado de uma projeção cerebral de conceitos e noções elaboradas por gerações que as antecederam. Ressaltamos que a consciência também é um produto da atividade que este sujeito e, em especial, estas mulheres produzem no mundo objetivo. Cabe ainda evidenciar que a atividade é mediada pela comunicação destas com as demais pessoas, realizando o processo de assimilação “das riquezas espirituais acumuladas pelo gênero humano e encarnadas em forma objetiva sensorial” (LEONTIEV, 1978/2021, p. 54).

Posto isto, compreendemos que a teoria da atividade auxilia-nos a olhar criticamente para a construção e desenvolvimento do psiquismo, assim como para a produção de sentidos e significações de mulheres negras brasileiras no trabalho informal.

Mauro Luís Iasi (1999) aponta a consciência como “uma realidade externa que se interioriza...” (IASI, 1999, p. 17). Se a consciência é desenvolvida pela relação, a primeira relação com o mundo externo que um indivíduo irá possuir é o seio familiar. Neste primeiro momento, o psiquismo será formado na instituição social familiar, assim como a estrutura básica subjetiva do ser humano. Através da interiorização das vivências que serão estabelecidas nestas relações, um universo é construído e interiorizado.

Neste momento inicial da vida, ocorre a primeira forma da consciência. Aqui, o sujeito interioriza as relações, transformando-as em normas e reproduzindo-as em outras relações através da associação. A cada passo do seu desenvolvimento humano, o ser tem a capacidade de desenvolver seu psiquismo e sua personalidade. Pela sociedade, interioriza as relações e, por elas, forma-se a consciência de si e do mundo (IASI, 1999).

Outro ponto que devemos considerar são os conteúdos da consciência. O psiquismo humano contém dois conteúdos importantes que devemos retomar e destacar: as significações e os sentidos. A significação, por ser refletida e fixada na linguagem, torna-se estável. É através das *significações linguísticas* que se efetiva o conteúdo da consciência social. Assim, passa a ser consciência real das pessoas.

A realidade aparece ao homem na sua significação, mas de maneira particular. A significação mediatiza o reflexo do mundo pelo homem na medida em que ele tem consciência deste, isto é, na medida em que seu reflexo do mundo se apoia na experiência da prática social e íntegra (LEONTIEV, 2004, p. 101).

Apesar de ela existir também como consciência individual, a significação “pertence... antes demais ao mundo dos fenômenos objetivamente históricos” (LEONTIEV, 2004, p. 100). Portanto, o que está presente na consciência humana não se limita a questões individuais, pois, ao longo da vida, vão se enriquecendo nas assimilações das experiências das gerações que a antecederam. Podemos considerar a significação, ainda de acordo com o autor, como “a forma sob a qual um homem assimila a experiência humana generalizada e refletida” (LEONTIEV, 2004, p. 101).

Aqui, temos outra consideração importante. Se a significação é a assimilação humana da experiência genérica do ser, então as significações de mulheres negras no trabalho serão permeadas pelos papéis recebidos desde a escravidão, enquanto mucamas, amas de leite, lavadeiras, passadeiras, domésticas, cozinheiras, babás. Podemos entender que, por mais que tais mulheres ocupem lugares de prestígios sociais, as experiências históricas de seu povo serão assimiladas por si e pelos brancos, gerando a cristalização das ocupações que tais mulheres devem ter (CARVALHO; SANTOS, 2021).

O ser humano assimila e apropria as significações que encontra e que estão prontas, pois foi elaborado historicamente. As significações são, portanto, o reflexo da realidade humana, independente da relação individual e pessoal do indivíduo com a sua realidade (LEONTIEV, 2004).

Diferente da significação, o sentido é criado na vida e na atividade do sujeito. Ele “é criado pela relação objetiva que se reflete no cérebro do homem, entre aquilo que o incita a agir e aquilo para o qual a sua ação se orienta como resultado imediato. Por outras palavras, o sentido consciente traduz a relação do motivo ao fim” (LEONTIEV, 2004, p. 103).

O sentido de cada sujeito na atividade dependerá do motivo pessoal que o direciona para a atividade. Uma mulher negra, chefe de família, sem companheiro, com 3 filhos, responsável pela vida socioeconômica da sua casa, assim como educação dos filhos, ao realizar um serviço terceirizado enquanto doméstica, pode ter seu sentido, ou seja, seu motivo pessoal naquela atividade enquanto sobrevivência sua e dos seus. Ao longo da história destas mulheres, a sobrevivência tem sido seu motivo pessoal maior nos trabalhos desenvolvidos desde a pós-abolição. Registros históricos evidenciam que as vendas que realizavam como quituteiras e serviços prestados como lavadeiras, passadeiras e outras tarefas domésticas

tiveram seu sentido enraizado no sustento das famílias e na melhoria de vida dos filhos (BERNARDO, 2005; TOKITA, 2013).

Apesar de distintos, os conceitos de significação e sentido são fundidos na consciência humana e estão intrinsecamente ligados. Entretanto, os sentidos irão se exprimir nas significações, e não o contrário. Estes dois elementos são os componentes principais da consciência humana e que orientam a atividade. Cabe ressaltar que, nestas dimensões trazidas, os sentidos serão explorados nos capítulos seguintes ao realizarmos a análise de dados, assim como o instrumento utilizado para a compreensão dos dados coletados, denominado núcleos de significação, será apresentado.

Até então, vimos que a consciência e a atividade estão ligadas na formação e desenvolvimento do sujeito. A atividade e seu mundo real são responsáveis pela transformação e desenvolvimento do psiquismo do ser. Consideramos que, no desenvolvimento do psiquismo e de suas formas, a atividade humana é fundamental para que ele se desenvolva (SANTOS & ASBAHR, 2020).

A teoria da consciência, analisada pelo materialismo histórico, trouxe uma profunda modificação na teoria do conhecimento, pois a prática humana passou a ser entendida como parte fundamental da cognição humana, “como processo em cujo desenvolvimento surgem tarefas cognitivas que engendram e desenvolvem a percepção e o pensamento humano” (LEONTIEV, 1978/2021, p. 44). Marx e Engels formularam as bases para uma história científica da consciência humana e foram além de uma produção da teoria da consciência ao criar um método de pesquisa histórica da consciência: “revelaram também as transformações fundamentais pelas quais passa a consciência humana no curso do desenvolvimento da sociedade” (LEONTIEV, 1978/2021, p. 55).

Para esta pesquisa, torna-se imprescindível a compreensão da consciência e atividade para o desvelamento dos sentidos do trabalho informal para as mulheres negras entrevistadas. Do capítulo inicial para este capítulo, passamos pela história destas mulheres e agora podemos conectar a realidade com o estabelecimento da consciência e atividade, compreendendo que há não somente uma ligação, mas uma relação do desdobramento do ser, através da realidade, atividade e consciência. Em seguida, será apresentado a Clínica da Atividade e o dispositivo Instrução ao Sósia.

6 CLÍNICA DA ATIVIDADE E A INSTRUÇÃO AO SÓSIA

6.1 Yves Clot e a clínica da atividade

De acordo com Yves Clot, a clínica da atividade não consiste em uma concepção de clínica médica, e nem está atrelada a ela, mas sim é uma a conceptualização de “mobilização de uma ação para ajudar o desenvolvimento e o poder de ação dos profissionais e do coletivo” (CLOT, 2007). Ao mesmo tempo em que demonstra estar atrelada à saúde, difere da clínica médica, voltando-se para uma ação coletiva e de desenvolvimento de ação e de poder agir dos profissionais e coletividades. O centro da clínica da atividade, para o autor, está no desenvolvimento da atividade e na história do seu desenvolvimento. Clot assinala a diferença entre atividade realizada e o real de atividade, esboçando deste modo a diferença na clínica da atividade de trabalhar a conceptualização clássica. Para ele, o trabalho real seria aquele que existe entre a atividade realizada e o real da atividade. Deste modo, o trabalho real e o trabalho prescrito são o casal conceitual de referência da clínica da atividade.

Influenciado por Vigotsky, pelo médico e ergonomista francês Wisner Le Guillant, atuante da psicodinâmica e psicopatologia da abordagem do trabalho, e também pelas contribuições do psicólogo italiano Oddone através da Psicologia Social do Trabalho, Clot desenvolveu sua metodologia própria. Contudo, a sua atuação e empenho com os movimentos sociais de operários também foram cruciais para a realização de seus estudos.

Clot ocupa pela clínica da atividade a continuidade de um percurso histórico da psicologia do trabalho e de antecessores na ergonomia francesa, na psicopatologia do trabalho, além de experiências com operários italianos em fábricas. Em suas palavras, a clínica da atividade é seu modo de ler e compreender esta trajetória da análise e intervenção do mundo laboral, sendo sua própria maneira de respeitar tal herança com a proposta da clínica da atividade (CLOT, 2007).

Para compreendermos a clínica da atividade, definiremos a noção de atividade. A atividade, a qual implica-se e emprega-se na reflexão utilizada pela abordagem, de acordo com Jan-Luc Roger (2013 apud CLOT, 2002), pode ser tratada por dois ângulos inseparáveis ao mesmo tempo que distintos:

1) o ângulo da atividade realizada... uma ação constituída de gestos (uso de instrumentos, posturas, atitudes etc.) e de atos linguageiros (intervenções orais, trocas dialógicas etc.); 2) o ângulo do conjunto do que se produz no desenvolvimento da atividade, muito mais amplo, englobando dimensões subjetivas. É um real da atividade não aparente por natureza (ROGER, 2013, p. 111 apud CLOT, 2002).

Definida a noção da atividade, entendemos que este real da atividade é assinalado no *objeto do trabalho* e na *atividade dirigida pelos outros* (presentes ou que intervêm de outras formas na atividade) *para o mesmo objeto*. Com a clínica da atividade, propõe-se alcançar o essencial existente na atividade, considerando que ela, no seu instante, não se resumindo ao passado, é sempre inscrita numa história que transforma o passado em futuro ou pode apresentar-se como o fracasso dessa transformação (VIGOTSKY, 1978 apud ROGER, 2013).

O alcance do que é essencial da atividade só será compreendido ao passo que ultrapassarmos amplamente aquilo que foi realizado e que, portanto, torna-se também observável, delineando, assim, o essencial ao mesmo tempo em que é tomado parte da atividade. Sendo assim, a clínica da atividade é uma prática, na qual o real da atividade e a atividade realizada serão entendidos como aquilo que guarda, ou não, a experiência vivida da atividade. Portanto, “ela... vai poder se fixar como seu objeto, compreender sob quais condições essa experiência vai poder se fazer, segundo quais processos do desenvolvimento da atividade (ROGER, 2013, p. 113).

Clot (2002) aponta que o real da atividade não é suscetível de ser identificado, nem pelo sujeito nem pelo interlocutor, pois só se manifesta pela ação efetiva, na atividade realizada. Tal processo é exteriorizado, sem tradução exata, muito menos de maneira inteira, não permitindo também o seu alcance. Deste modo, o alcance do real da atividade implica-se, por este método, ocorrendo de modo indireto. A clínica da atividade faz a provocação do desenvolvimento da ação para ser possível a compreensão, assim como o estudo dos seus movimentos. Pela metodologia, são criados processos que permitem uma organização na intervenção dos profissionais que são voluntários, propondo uma segunda atividade sobre uma primeira atividade de trabalho.

A clínica da atividade possibilitou o alcance do real da atividade e a atividade realizada das mulheres entrevistadas na laboralidade informal e chefia familiar, atingindo o essencial da atividade no seu cotidiano e na composição da sua rotina de cuidados com os filhos e família, relações do trabalho e ações direcionadas no labor.

Dois dispositivos integram a clínica da atividade: Autoconfrontação e Instrução ao Sósia. Em nossa investigação, utilizaremos a Instrução ao Sósia e, em seguida, delimitaremos

este instrumento e as adaptações realizadas para a melhor aplicação deste em nosso contexto e realidade.

6.2 Instrução ao sócia

Nesta investigação, a recolha de dados foi realizada por meio do dispositivo metodológico Instrução ao Sócia (I.S), que é apropriada e adaptada para atender de modo efetivo os objetivos delineados para a pesquisa. Originariamente, a I.S foi construída para favorecer a reflexividade acerca do ofício e a ampliação da potência de ação pelos trabalhadores. Na I.S, é solicitado ao trabalhador que se torne instrutor do sócia, passando tudo o que faz habitualmente e o que não é feito nessa situação, o que poderia ser feito e também o que deve ser feito e não se faz (CLOT, 2007, apud RABELO, 2013). Isto ocorre por intermédio da pergunta feita pelo pesquisador-sócia para o trabalhador-instrutor, em que se supõe que o trabalhador será substituído em sua atividade rotineira e que deve ofertar as instruções para o sócia, a fim de que ninguém perceba que houve a sua substituição.

Este dispositivo foi construído pelo psicólogo Ivar Oddone, em 1970 (RABELO, 2013), para o estudo e intervenção em situações laborais de trabalho formalizado, já que o pesquisador era ligado a sindicatos. Segundo Perez e Ercolano (2019), tal prática metodológica faz referência às investigações do campo da Psicologia do Trabalho, lideradas por Oddone, no cenário do movimento operário italiano e realizadas em parceria com trabalhadores das empresas automobilísticas.

Oddone propôs um novo paradigma metodológico que possibilitou o papel ativo e consciente da atividade laboral pelos trabalhadores. Com tal movimento, sua intenção era colocar trabalhadores em situações dedicadas a realizar intervenções e modificações no quadro do seu ofício, rompendo com a tradicional visão científica do trabalho, no qual o trabalhador deveria adaptar-se ao seu local de trabalho.

A I.S é um dos dispositivos da clínica da atividade, assim como a autoconfrontação. Clot, ao ter contato com Oddone, apropriou-se do dispositivo para realizar suas intervenções com os trabalhadores. De acordo com Clot (2010), a I.S corresponde ao objetivo de conhecimento da ação, pois os profissionais assistem o seu pedido diretamente, tornando-a uma ferramenta de ampliação do raio de ação e poder de agir sobre o meio e sobre si mesmo. Este dispositivo autoriza a reentrada na ação, sendo uma repetição sem repetição, um recomeço da sua ação em outra atividade com o sócia. Ela possibilita o contato artificial consigo mesmo: “Os exercícios de instrução a uma sócia visam... a uma transformação

indireta do trabalho dos sujeitos graças a um deslocamento de suas atividades em um novo contexto, do qual elas não saíram”. (CLOT, 2010, p. 208).

Nesta pesquisa, utilizamos a I.S durante a descrição das atividades laborais informais e também do cotidiano da chefia familiar feminina, nas quais as duas participantes da pesquisa apontaram os sentidos que estas ocupações e dimensões da rotina possuíam para elas. Dessa maneira, por um lado, realizamos a reconstrução por meio da linguagem das práticas ordinárias de trabalho, juntamente com as voluntárias do estudo, além de modificar a entrevista de I.S para que, simultaneamente, estas pessoas pudessem apresentar gradualmente os sentidos atribuídos às ações, tanto no trabalho informal para a geração de renda quanto nas atribuições na condição de chefe de família. Assim, intencionalmente, adotamos a I.S como estratégia que não se limitou somente a obter o registro do trabalho, mas foi solicitado a cada voluntária que apresentasse os sentidos das múltiplas atividades que exerciam durante o dia, com destaque no trabalho que realizavam e nas ações próprias da chefia familiar.

Na I.S, é requisitado à pessoa trabalhadora-instrutora que responda ao questionamento da pesquisadora-sócia: “Suponha que eu seja sua sócia e que amanhã vou substituí-lo em seu local de trabalho. Quais instruções você deveria me transmitir para que ninguém perceba a substituição?” (CLOT, 2007, p.144 apud RABELO, 2013). Já em nosso estudo, para que fossem alcançadas as conceptualizações, sentidos da laboralidade e da chefia familiar, foi apresentada a seguinte instrução: “Suponha que eu seja sua sócia e que amanhã vou substituí-la em sua rotina familiar e do trabalho. Quais instruções você deveria me transmitir para que ninguém perceba a substituição?”. Em seguida, e ao longo de toda a entrevista, a pesquisadora demandou de cada voluntária que sinalizasse quais as atribuições de cada ação, no quadro das atividades cotidianas com a família (chefia) e da ocupação geradora de renda. Este questionamento assumiu diferentes formatos, mas insistentemente exteriorizou pela pesquisadora até que cada voluntária passasse a associar a descrição estrita da atividade que realizava com os sentidos percebidos. Deste modo, foi possível garantir o alcance dos objetivos de nossa pesquisa.

Vale destacar nesse segmento que, originalmente, a I.S, segundo Rabelo (2013) e Perez e Ercolano (2019), é composta por sete fases, porém, nesta pesquisa, utilizamos particularmente as quatro primeiras etapas da I.S, a saber:

- a) Examinação dos documentos prescritivos e aproximação do contexto sóciointeracional de trabalho.
- b) Identificação das trabalhadoras-voluntárias e orientações sobre instrução ao sócia.

- c) Elaboração do roteiro de questões abertas para aproximação da realidade das pessoas voluntárias.
- d) Conversação entre pesquisadora-sócia e trabalhadora-instrutora, incluindo a realização da I.S propriamente dita.

A fase dos Documentos Prescritivos e Contexto Sóciointeracional de Trabalho refere-se à coleta de dados, informações sobre o contexto de trabalho e à análise de documentos prescritivos (PEREZ & ERCOLANO, 2019). Nesta pesquisa, o documento analisado foi o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Ao que se refere ao Cadastro Único, segundo o Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal 3ª Edição (MDS, 2017), trata-se de um instrumento no qual podemos acessar a “identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda, que pode ser utilizado para diversas políticas e programas sociais voltados para este público” (MDS, 2017, p. 05). Ele foi regulamentado no ano de 2007, no Decreto Nº 6.135, e tem a capacidade de compilar as informações sobre características das pessoas que residem na casa e também informações sobre os componentes da família:

Composição familiar; Endereço e características do domicílio; Acesso a serviços públicos de água, saneamento e energia elétrica; Despesas mensais; Pertencimento a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (...) Escolaridade; Situação no mercado de trabalho; Deficiência; Documentação civil; e Rendimentos, entre outros” (MDS, 2017, p. 08).

Tal cadastro abarca 40% das informações das famílias brasileiras e, neste sentido, tem contribuído enquanto mapa representativo das famílias mais pobres e vulneráveis (MDS, 2017). Geralmente, as pessoas elencadas, enquanto responsáveis pelo Cadastro Único, são aquelas que chefiam a família e, em grande maioria, são as mulheres cadastradas como tais. Estas informações contidas sobre a chefia familiar feminina, participação nos programas PTR, presença ou ausência de filhos, presença ou ausência de companheiro(a), ocupação laboral, escolaridade, renda per capita, entre outras características do Cadastro Único, ofereceram informações essenciais para compor os Documentos Prescritivos e Contexto Sóciointeracional de Trabalho, na segunda fase da I.S.

Na identificação da trabalhadora-voluntária e orientações sobre I.S, a partir da análise documental, contatamos as participantes que eram público da Assistência Social e inseridas nos atendimentos para distribuição de benefícios eventuais e do grupo de Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Nessa etapa, o papel da pesquisadora foi

estritamente importante para que a trabalhadora entendesse o processo ao qual seria submetida (PEREZ & ERCOLANO, 2019).

A terceira fase, Elaboração do Roteiro de Questões Abertas, marca o desenvolvimento do processo da I.S. A partir das etapas anteriores, foi elaborado o relatório de questões abertas que, posteriormente, foi apresentado para a trabalhadora-instrutora (PEREZ & ERCOLANO, 2019). Por fim, na última fase, Conversação entre pesquisadora-sócia e trabalhadora-instrutora, foi possível a reflexão da trabalhadora sobre a vivência e tomada de consciência de outros modos possíveis de agir, marcando esta fase também como a interpolação dos sentidos atribuídos para a chefia familiar feminina.

Cabe ressaltar que nessa etapa, realizamos a transcrição das duas entrevistas. Após a transcrição, realizamos as leituras flutuantes do transcrito com apontamentos sobre o que foi destacado, visando à articulação com os núcleos de significação. Neste momento, foram evidenciados, através do dispositivo de análise, núcleos de significação às atribuições de sentidos sobre a atividade laboral, chefia familiar feminina, criação dos filhos, situação socioeconômica, entre outros fenômenos que surgiram.

As fases, ora suprimidas do processo investigativo, foram: e) Restituição ao coletivo de trabalho; f) Agendamento de próximos encontros com o grupo exigem o contato e interação grupal, cuja realização encontrou-se impossibilitada no momento devido à pandemia (Covid-19). Por isso, utilizamos o espaço já garantido pela Equipe Técnica do CRAS e o serviço que eu desenvolvia no órgão gestor, de visitas e grupos que estavam sendo realizados através do Serviços de Proteção e Atendimento Especializado à Família (PAEFI), espaço onde eram efetuadas visitas domiciliares, assim como grupos temáticos, preservando as voluntárias frente ao risco de contaminação e disseminação da COVID-19, utilizando-se o contato já existente pela equipe.

Sinalizamos que houve a substituição do processo de restituição ao coletivo de trabalho e agendamento de próximos encontros, por uma devolutiva às entrevistadas ao final da elaboração da dissertação e sua consequente aprovação, cumprindo com a ética e valorização da participação das integrantes da pesquisa.

A discriminação da I.S e como se deu a coleta dos dados serão apresentadas no capítulo seguinte, em que será evidenciado o contexto sociointeracional da nossa pesquisa e o perfil das mulheres voluntárias entrevistadas.

7 CONTEXTO SOCIOINTERACIONAL E PERFIL DAS VOLUNTÁRIAS

7.1 Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

A implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi resultado da principal deliberação na IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003. Este passo foi requisito essencial da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) para efetivar o SUAS como uma política pública fundamental (MDS, 2005).

O SUAS passou a ser reconhecido como um dos compromissos políticos do Governo Federal, de Combate à Fome e Desenvolvimento Social, liderado pelo Presidente da República, Luíz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). A realização desta política, na qual a esmola termina e o direito começa, forma um dos tripés da seguridade social, ao lado do SUS e da Previdência Social.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) atuou em três frentes na defesa do direito. As pessoas puderam acessar: a renda, a segurança alimentar e a assistência social, tornando esta política um dever do Estado e um direito do povo. Essa nova visão da assistência social surtiu o efeito de:

Suprir sob dado padrão pré-definido um recebimento e o de desenvolver capacidades para maior autonomia (...) ela é aliada ao desenvolvimento humano e social e não tuteladora, ou assistencialista, ou ainda tão só provedora de necessidades ou vulnerabilidades sociais (MDS, 2005, p. 15-16).

Tornaram-se visíveis aos setores sociais aqueles a quem os tinham como invisíveis e excluídos. Passaram a ser reconhecidas as pessoas em situação de rua, idosas, indígenas, quilombolas, adolescentes em conflito com a lei e pessoas com deficiência. Os grupos e cidadãos que estão em situação de vulnerabilidade e risco social são os usuários que a assistência social objetiva alcançar a partir dos programas, benefícios e projetos da proteção social básica e/ou especial, assegurando ações centradas na família e garantido a convivência familiar e comunitária (MDS, 2005).

O SUAS é organizado por dois níveis de proteção social: a básica e a especial, sendo esta última composta pela média e alta complexidade. O nível de proteção social básica “tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (MDS, 2005, p. 33). De

acordo com a PNS (MDS, 2005), neste nível de proteção social estão localizados os CRAS e o Cadastro Único, com a concessão dos Benefícios Eventuais e de Transferência de Renda (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Renda Cidadã). No equipamento CRAS, há a execução dos principais serviços: Serviço de Atendimento Integral à Família (PAIF) e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças, jovens e idosos.

Já o nível de proteção social especial de média e alta complexidade “têm estreita interface com o sistema de garantia de direito, exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo” (MDS, 2005, p. 37). Na média complexidade, estão situados os equipamentos de Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e os Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP).

Diferente dos CRAS, nos CREAS, encontra-se a execução dos serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (MDS, 2021).

Na alta complexidade, encontramos serviços e equipamentos que ofertam o acolhimento de indivíduos e famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e comunitário de origem. Ela abrange o: Abrigo institucional (Casa-Lar; Casa de Passagem; Residência Inclusiva); Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (MDS, 2021).

De acordo com o PNAS, em seus níveis de proteção e em sua distribuição de serviços e programas nas especificidades, o SUAS materializa o conteúdo presente no LOAS,

Cumprindo no tempo histórico, dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social (...) O SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social. (MDS, 2005, p. 39).

A pesquisa aconteceu no único CRAS da cidade de Irapuã, interior de São Paulo. Segundo dados das Aplicações Cidadania, em outubro de 2021, 329 famílias contabilizavam como beneficiárias do Bolsa Família. Em junho de 2020, 58,48% compunham as famílias beneficiárias do PBF integradas, em sua maioria por mulheres. Em contrapartida, no mesmo

período, 41,25% das famílias integradas por homens recebiam o benefício. Em média, em outubro de 2021, o valor do benefício era de R\$103,09. Em dezembro de 2018, marcando o final do governo de Michel Temer, houve o maior número de cancelamentos de benefícios no município, desde junho de 2018. De janeiro de 2019, início do governo de Jair Messias Bolsonaro, até outubro de 2021, não houve novas concessões do benefício, que visa superar a extrema pobreza no município de Irapuã.

No ato da pesquisa, o equipamento CRAS era composto por duas técnicas de Serviço de Atendimento Integral à Família (PAIF), sendo uma psicóloga e uma assistente social, duas técnicas de psicologia responsáveis pelos Serviços de Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e uma profissional de serviço social que realizava o papel de coordenadora do equipamento. Além disso, por ser um município pequeno, a proteção social especial de média complexidade era desenvolvida por mim juntamente com o órgão gestor, na pessoa de uma assistente social, gestora do Desenvolvimento Social no município.

Na coleta de dados, eu era responsável pelos adolescentes em conflito com a lei e pelos atendimentos que envolviam a fragilização dos vínculos familiares e comunitários. O público que atendia estava em alguma situação de risco e vulnerabilidade social. O contato com minhas entrevistadas deu-se por este serviço, desenvolvido por mim, de acompanhamento em grupo e individual. Ambas as entrevistadas haviam sido encaminhadas pela equipe técnica do CRAS para acompanhamento especializado. Em seguida, apresentaremos o perfil das mulheres entrevistadas e a aplicação da Instrução ao Sósia.

7.2 Perfil das entrevistadas e aplicação da Instrução ao Sósia

Em busca de apreender os sentidos do trabalho informal e da chefia familiar feminina, foi realizado o processo de entrevistas a partir do dispositivo de Instrução ao Sósia. Antes de apresentarmos a aplicação da I.S, sinalizamos que a aproximação com as duas entrevistadas deu-se pelo encaminhamento do CRAS ao órgão gestor, no qual eu desenvolvia o trabalho da proteção social especial. Ambas estavam com demandas especializadas e que, por um momento, foram atendidas por mim e pela equipe técnica do CRAS, sendo encaminhadas ao grupo do PAEFI, que ocorria duas vezes ao mês.

A primeira entrevistada, E.C, natural do município de Novo Horizonte-SP, estava residindo no município de Irapuã há aproximadamente 4 anos, em um território rural. Autodeclarada como uma mulher parda de 34 anos, é casada e possui 3 filhas (15 anos, 7 anos e 8 anos) e um enteado (15 anos). Estudou até o 5ª ano, necessitando encerrar os estudos aos

13 anos de idade para trabalhar na roça de limão, tomate e laranja, a fim de auxiliar os pais a criarem os seus outros 6 irmãos. Filha de doméstica e de um radialista, trabalhou na roça dos 13 aos 27 anos, ingressando como cozinheira em um restaurante dos 27 aos 28. E.C, aos 18, foi promovida ao cargo de mãe e teve sua primeira gestação sem amparo do ex-marido. Trabalhava e recebia amparo dos pais para a criação de sua filha mais velha.

No momento da entrevista, E.C estava trabalhando no Bolsa do Povo, programa implementado pelo Governo do Estado de São Paulo, com uma carga horária de 20 horas semanais e cujo contrato tem duração de 6 meses, assim como o salário correspondente a R\$540,00 ao mês. O local da prestação de seus serviços era a Escola Municipal de Ensino Fundamental. Na instituição, desenvolvia o serviço de faxineira e merendeira. Apesar do Bolsa do Povo ser promovido pelo Governo Estadual, ele não possui nenhuma seguridade e formalidade de trabalho, limitando-se apenas ao valor mensal de R\$540,00 no período de 6 meses.

Seu atual esposo é trabalhador rural e não possui uma renda fixa, variando de R\$700,00 a R\$800,00 por mês, ou muitas vezes nenhuma renda, devido também a sua informalidade laboral. Segundo o Cadastro Único, E.C é a responsável familiar e recebedora do Bolsa Família no valor de R\$399,00 mensais. Sendo assim, ao ser contemplada no Bolsa do Povo, contabilizava a maior renda para o sustento da família.

A segunda entrevistada, J.Q, possui 33 anos e também é autodeclarada como uma mulher parda. No momento da entrevista, estava há 1 mês divorciada e responsável pela guarda dos seus 4 filhos (14 anos, 10 anos, 9 anos e 6 anos). Natural da cidade de Santos-SP, reside no município de Irapuã há 6 anos. Atualmente é trabalhadora informal, desenvolvendo diversas ocupações, como vendedora, faxineira, artesã e cozinheira, fazendo a renda semanal de R\$ 300,00. Segundo o Cadastro Único, é a responsável familiar e beneficiária do Bolsa Família, recebendo o valor ao mês de R\$608,00 reais.

Possui o Ensino Médio completo e trabalha desde os 14 anos. Seu primeiro trabalho foi como secretária em uma loja de automóveis. Posteriormente, passou a ser faxineira em lojas e casas de famílias. Também trabalhou em lanchonetes e padarias. Dos 18 aos 19 anos de idade, trabalhou em um restaurante como ajudante de cozinha.

Fruto de um namoro aos 18 anos, teve sua primeira gestação. Quando o seu primeiro filho, resultado deste primeiro relacionamento, completou 11 meses, J.Q foi trabalhar de lavadora de pratos em um restaurante, onde foi subindo de cargo, até tornar-se ajudante de cozinha. Aos 21 anos, em sua segunda gestação, consequência do seu segundo

relacionamento, que também foi gerador dos seus três outros filhos, ficou empregada em uma padaria.

Antes do momento da entrevista, J.Q também teve a experiência do Bolsa do Povo, trabalhando nas instituições escolares durante 6 meses (de julho a agosto de 2022).

As entrevistas da I.S foram realizadas individualmente e em dias diferentes, conforme disponibilidade de horário das entrevistadas e também da pesquisadora entrevistadora. O roteiro de entrevista foi guiado pelos objetivos desta pesquisa: 1- (re)conhecimento e a discussão das conceptualizações e sentidos da laboralidade informal; 2- Evidenciar os nexos do objetivo primeiro, com a incumbência da chefia do lar e os seus desdobramentos no tocante à potencialização e às dificuldades que o acúmulo destas funções sociais e dos seus desdobramentos concretos e subjetivos acarretam na perspectiva das próprias mulheres. Além disso, foi esquematizada em temas, a saber: 1- O preparo para o trabalho; 2- A casa; 3- Caminho, chegada ao trabalho e local das atividades fora de casa; 4- Trabalho propriamente dito; 5- Descanso; 6- Depois do trabalho; 7- Ao voltar para casa; 8- Resultados da atividade diária realizada.

Após a aceitação da participação da pesquisa, ambas entraram em contato com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tomando consciência dos danos e prejuízos desta pesquisa, assim como as vantagens de integrar o processo de investigação, além da identificação da gravação das entrevistas.

Em um primeiro momento, foi apresentada às mulheres a consigna da I.S: *“Suponha que eu seja sua sócia e que amanhã vou substituí-la em sua rotina familiar e do trabalho. Quais instruções você deveria me transmitir para que ninguém perceba a substituição?”*. Após a consigna enunciada, as perguntas foram direcionadas requisitando a descrição das atividades do labor informal e da chefia familiar feminina.

Desde a consigna até a organização do roteiro de perguntas do processo de entrevista, buscamos alcançar os sentidos do trabalho informal e chefia familiar feminina das mulheres negras referenciadas em CRAS. Em seguida, apresentaremos o resultado da coleta de dados pelo dispositivo da I.S e analisados pelos núcleos de significação.

8 ESTRATÉGIA DE ANÁLISE DE DADOS

O caminho para chegarmos aos sentidos do trabalho informal e chefia familiar feminina das mulheres entrevistadas passou pela proposta teórico-metodológica da Psicologia Histórico-Cultural, denominada Núcleos de Significação (AGUIAR & OZELLA, 2013; AGUIAR, ARANHA & SOARES, 2021; AGUIAR, SOARES & MACHADO, 2015).

Pelos Núcleos de Significação, alcançamos o objetivo de a pesquisadora ser instrumentalizada com base nos fundamentos científicos da Psicologia Histórico-Cultural, apreendendo os sentidos que constituem as mulheres negras trabalhadoras desta pesquisa (AGUIAR & OZELLA, 2013).

Aguiar e Ozella (2021) apontam que os núcleos de significação partem da concepção de ser um método que vai além da função instrumental, pois permite penetrar o real, oportunizando compreender a constituição que é própria do sujeito investigado. Os núcleos são um recurso que auxilia na apropriação das significações do sujeito diante da sua realidade. Entretanto, é “necessário (...) apreender não sua unilateralidade, mas suas relações, qualidades, contradições, isto é, as mediações sociais e históricas que as configuram como unidades dialéticas da fala e do pensamento” (AGUIAR, SOARES & MACHADO, 2015, p. 61).

A utilização do termo “significação” no presente instrumento de análise teórico-metodológico expressa a existente articulação entre sentidos, colocando em evidência que o sujeito e sociedade, assim como o pensamento e a linguagem, o afeto e a cognição, revelam-se como unidade ao analisarmos o sujeito (AGUIAR, ARANHA & SOARES, 2021).

Para chegarmos aos núcleos de significação, realizamos as entrevistas a partir da I.S, dispositivo da Clínica da Atividade que permitiu, pela consigna da substituição por uma sócia, coletar o relato sobre o dia a dia das entrevistadas, identificado sua rotina do trabalho informal, cuidado com os filhos, responsabilidade da família, entre outras percepções que estas carregam, e as quais identificamos (AGUIAR & OZELLA, 2013).

Por ser uma metodologia utilizada na análise de dados, passamos por algumas etapas até atingirmos os núcleos de significação. A primeira delas foi a construção dos pré-indicadores. Nesta etapa, os movimentos presentes foram compostos pelas leituras flutuantes das entrevistas transcritas e a identificação das palavras com significado (AGUIAR, ARANHA & SOARES, 2021). Ao realizar a leitura do material, tivemos contato com as falas,

ou seja, as palavras ditas pelas mulheres, buscando alcançar nestas os objetivos da pesquisa. Frases que continham emoção e entonação que destoavam das demais foram aspectos da atenção da pesquisadora neste primeiro momento. A busca nos pré-indicadores foi a de encontrar e entender o que não foi dito por elas (AGUIAR & OZELLA, 2013).

O segundo movimento foi o de aglutinação dos pré-indicadores em indicadores. Destaca-se que a formação dos indicadores foi marcada por um processo de análise que indica o início de uma nuclearização que será feita posteriormente na sistematização destes (AGUIAR & OZELLA, 2013). Pela similaridade, contradição e complementaridade dos pré-indicadores, encontramos os indicadores: Percepção da rotina dupla de trabalho; Sentimentos de contradições no trabalho; Percepção das atividades realizadas com o cuidado dos filhos e família; Motivos que auxiliam a permanência no trabalho informal; Relação com as pessoas no trabalho informal; Situações que revelam a solidão da mulher negra.

Na terceira etapa da análise, reunimos os indicadores em núcleos de significação. Neste momento, o critério utilizado para a nuclearização dos indicadores foi resultado dos processos de análises que possuía, tais como: a articulação os conteúdos que eram semelhantes, complementares e contraditórios diante o trabalho informal, chefia familiar, cuidado com os filhos, serviços domésticos, entre outras atividades que permeavam a vida destas, no momento da coleta de dados. Deste modo, os núcleos de significação estabelecidos, a saber: O percebido e o não-percebido na rotina diária de trabalho; Matriarcado e o trabalho informal: Mulheres negras faróis.

Por última etapa, analisamos os núcleos de significação perante a teoria utilizada neste trabalho, conectando a realidade das entrevistadas com o contexto social, político e econômico em que suas atividades laborais são realizadas, assim como a chefia familiar.

Contudo, neste capítulo, apresentaremos apenas as etapas um, dois e três, ou seja, os pré-indicadores, os indicadores e os núcleos de significação, antecedendo o capítulo da análise dos núcleos pela teoria utilizada e diante a realidade que estão inseridas. Ao apresentar estas etapas, demonstraremos os resultados até chegar à análise dos núcleos de significação.

Dando seguimento, apresentaremos os resultados da primeira análise, na qual originou-se a identificação dos pré-indicadores desta pesquisa, sendo, em um primeiro momento, demonstrados os pré-indicadores da entrevistada JQ e, em segundo, os pré-indicadores da entrevistada EC.

Quadro 2 – Pré-indicadores com base nas entrevistas de JQ

PRÉ- INDICADORES
É pauleira! É muito puxado.
Sim, mas como são muitas coisas ao longo da semana, você deixa tudo preparado
É cansativo. É muito cansativo... mas tem coisa que você não escolheu o que aconteceu...
A partir das 19h da noite, 19h, 20h da noite. Para depois desenvolver as atividades que vende, porque aí você não vai ter interrupção de criança que se machucou, de criança que tá aprontando... Já vão ter tomado banho, jantado, já se preparando pra dormir. E por volta da 00h, 1h da manhã você encerra as outras atividades, porque você vai precisar dormir.
Depois de tudo isso, aí você ter tempo, dedicação e criatividade e ficar ali tem que ter paciência porque às vezes a linha... como eu falo... embrulha né, empaca lá, aí você tem que voltar tudo no início... pra começar de novo.
No sábado à noite, aí você já começou a... mexer com suas tramas. Gelinho também. Cê intercala, se no sábado à noite você fez chinelo, no domingo a noite você vai fazer gelinho pra na terça-feira você sair pra vender gelinho.
Já vai começar a preparar a janta, pôr roupa na máquina se tiver pra pôr. Seu trabalho geralmente mais à tarde, mais... mais à noite. E durante a semana, você chega num dia da semana pra você passar roupa, as suas roupas e a roupa das crianças. Na verdade quem vai te ajudar é o cronograma pra você, o que você vai fazer durante a semana. Tanto no serviço da casa quanto seu dia a dia.
É melhor para você a partir das 21h que as crianças estão mais calmas, vão dormir e aí você vai ter um tempo pra se dedicar ao seu trabalho.
Elas ficam brincando. Você senta na parte da frente, por exemplo, você vai, é... costurar chinelos, as tramas já tão prontas, porque você fez a noite.
Gelinho... você tem preferido fazer à noite, porque... dá mais tempo pra você, né? Fazer... à noite tá mais fresco e... e... tem o tempo também do gelinho... do congelador com o gelinho. Então, pra vendas, tem que vender sempre no horário que o sol tá mais quente. 13h da tarde você sai pra vender.
Sim, principalmente com o horário. Você tem que dizer: BOM DIA! Meio que palhaçona, entendeu?
Bem carinhosa... é amiga! Abraçando, beijando, brincando com eles.
Tomar conta dele! De não deixar ele para a rua, dar alimentação, dar banho no horário antes de ir para a escola.
Conversando bastante com J. Ele vai te contar o seu dia... o dia dele, quais foram as atividades que ele gostou, que ele não gostou.

As crianças já terão ido pra escola e você vai tomar conta do caçula, depois você vai, é... limpar sua casa, depois que a casa estiver limpa você irá preparar o almoço e a tarde será mais tranquila.
Elas ficam brincando. Você senta na parte da frente, por exemplo, você vai, é... costurar chinelos, as tramas já tão prontas, porque você fez a noite. Então você vai sentar na sua garagem, porque você não tem carro. Senta na sua garagem e deixa as crianças brincando de bola ali na frente... então você vai tá supervisionando seus filhos e vai tentar trabalhar também dentro de casa.
As crianças já tão dentro de casa, cê não vai ter preocupação de eles tarem na rua, tá aprontando, porque criança pequena apronta. Aí cê deixa eles jogando ou assistindo televisão, novelinha da idade deles e você vai fazer suas coisas.
É levantar a cabeça e continuar, porque as pessoas dependem de você. Seus filhos dependem de você. E por mais difícil que pareça você tá sendo exemplo, você pode tá sendo um exemplo bom ou você pode tá sendo um exemplo ruim.
Te deixando desconcentrada, dependendo da situação vai te deixar desconcentrada, cê não tem mais tempo pra continuar, mas cê vai fazer mais tarde.
Você tem só suas clientes. Tem que ser uma relação amigável e tem que ser uma relação bem direta, bem objetiva, a pessoa quer um... chinelo, você tem que saber qual chinelo que ela quer, qual o modelo que ela quer, pra ela não ficar insatisfeita depois com seu trabalho. Por exemplo: um chinelo delicado, você usa umas bolinhas mais... é... menores. E menores e... e... não chamativas, cores mais neutras. Se for um chinelo mais chamativos, as bolas são maiores e você pode usar cor.
Porque... Porque, é... às vezes, a cliente, ela encomenda um chinelo: “Ó, eu vou te pagar dia 20”. Cê já vai tá com o chinelo pronto e dia 20 cê sabe que cê tem dinheiro pra receber, mas acontece algum imprevisto e a pessoa, cliente, ela não tem condições de buscar seu chinelo. Aí vai partir de você se você vai entregar ou se você vai esperar quando ela tiver... pra ela fazer o pagamento. Então tem que ter essa relação amigável de entender, também se colocar no lugar do outro, porque as coisas não é do jeito que a gente quer, né?
Ser atenciosa, prestativa. De amizade!
Você tem que deixar bem claro que você está ali por... pra ajudar ela, então é o que ela quer que você faça, e não do jeito que você quer. Porque cada um tem um jeito de trabalhar dentro da sua própria casa... você pergunta pra ela: “Como a senhora quer que eu faça o serviço?” ou “Qual é o material que a senhora quer que eu use?”.
Não tem um... o que elas querem que faça, mas normas assim não. Geralmente, elas são bem receptivas, sabe, tipo... em relação. O que você não pode ter é preguiça.
Gelinho... você tem preferido fazer à noite, porque... dá mais tempo pra você, né? Fazer... À noite tá mais fresco e...e.. tem o tempo também do gelinho... do congelador com o gelinho. Então, pra vendas, tem que vender sempre no horário que o sol tá mais quente. 13h da tarde, cê sai pra vender e aí cê não vai chegar na pessoa: “aí...”, explicando sua situação, que... tá passando apertado. Não... “Cê quer comprar gelinho?” Ela vai dizer sim ou não, né? Aí, a partir daí, você tem uma venda. Ah, não vendeu? Não fique

chateada, continua, oferece de novo, agradece, Deus te abençoe, segue sua vida...
Sim, se o trabalho é mal feito . Se, por exemplo, cê fez uma faxina, e a... cliente não gostou muito, cê pergunta: “O que a senhora quer que eu melhore?” Cê tem que tá sempre disposta a... mudar, a aprender, entendeu?
É cansativo. É muito cansativo... .. mas tem coisa que você não escolheu o que aconteceu...
Muito. E você é sozinha na cidade, cê não tem parente, não tem amigos, poucos amigos. A única... seu único refúgio é a igreja, onde você é muito bem recebida, muito bem acolhida. Tem os seus cargos também dentro da igreja, onde você canta, você prega.
Primeiro, você vai estar cansada, mas agradecida por Deus ter te permitido começar tudo de novo , porque tem gente que tá muito pior.
Você se sente exausta e ao mesmo tempo satisfeita que não foi um dia em vão. Cê não gasta tempo com televisão, porque senão cê... é muito difícil.
Ah... é cansativo, mas é gratificante, porque você se sente útil!
Seu problema é diferente do problema do outro, então cê tem que estar sempre positiva, sempre disposta a ajudar alguém ou oferecer um pouco dos dons que Deus te deu, pra essa pessoa, pra ela poder sair também daquela situação de perigo, de...
Geralmente é CRAS, Hospital, pra marcar consulta pros filhos e pra você também. É... buscar criança na escola às 17h. Você vai ao CRAS quando cê é solicitada, quando alguma coisa pra resolver ou pedir ajuda, porque as coisas não são tão fácil.
Bom... teve há pouco tempo uma feira no CRAS . Foi uma oportunidade muito grande de divulgação. Geralmente quem trabalha nos bastidores, em casa, geralmente tem muita vergonha de expor seu trabalho, cê só fala para as pessoas que são mais próximas. Então foi um trabalho muito legal, foi desenvolvido através do CRAS, pra divulgação do trabalho das mulheres... Te mostra que você pode sozinha, te dá uma autoconfiança.
Sim. Ah... pra ir no banheiro, porque você é dona do seu próprio negócio, então cê quer ir no banheiro, cê quer comer, cê faz seu horário. Cê cansou, cê levanta, vai dar uma volta. Tiver alguma outra coisas pra fazer, pode fazer, depois cê volta. Atender alguém na... na porta, porque cê vende outras coisas também, cê não faz só chinelo, né? Cê vende roupa... cê vende tiara, vende catálogo, vende gelinho... você faz unha. De repente, alguém fala: “ah... cê tem como fazer minha unha agora?” Aí cê para, vai fazer a unha da pessoa, cê você não tem nada programado, se a sua encomenda não era já pra amanhã.
Essa pergunta é... (risos). Quando cê descansa? De sábado! Por você ser adventista, de sábado é mais tranquilo. Na sexta-feira, cê já... já tem uma rotina da casa, uma preparação pro sábado. O que significa isso? Você vai, é... manter sua casa em ordem, manter a casa limpa, pra no sábado você não ter que fazer nenhuma atividade dentro da tua casa, por quê? Porque seu primeiro objetivo é adorar o seu deus. Depois disso, depois que for pra igreja, que fez tudo.. todas as suas atividades como cristã, cê pode chegar em casa, se jogar no sofá, na cama e dormir bastante. Muito difícil descansar durante a semana... E no sábado

também é onde você vai ter um tempo maior com seus filhos, cê não ter nenhuma outra atividade extra, cê vai poder assistir um filme, cê vai poder levar eles pra pegar fruta...

Fonte: Dados retirados da entrevista de I.S

Quadro 3 – Pré-indicadores com base nas entrevistas de EC

PRÉ- INDICADORES
Não, só o cansaço!
É um pouco puxado, né? Vai ser um pouco puxado. Porque o serviço de casa é bastante.
Você vai tá um pouco cansada, né? Porque, depois que você saí do serviço, você sempre vai tá um pouquinho bem cansada. Geralmente você senta em silêncio.
Limpar a casa, lavar roupa, aí você vai rastelar o terreiro, que é grande...tratar das criações.
Cada uma, no máximo, 5 minutos... Cada atividade. Porque tudo tem que ficar limpinho, você vai ter que limpar tudo bem limpinho, higienização que você vai ter que fazer. Antes de montar no ônibus, você vai ver se tá tudo ok, banheiros se estão limpos do jeito que você deixou, você vai despedir dos seus colegas e você vai montar no ônibus.
Aí você vai pegar e dar café pras crianças, né? E depois limpar a casa. Aí, por volta das 10h30, você vai pegar pra fazer o almoço... dar almoço pras crianças, você almoça.
Acordar as crianças às 8h30, 9h. Aí depois você vai deixar as roupas delas, os uniformes arrumado e depois você vai deixar elas brincando.
Brincar de cosquinhas, dar risada, carinho, atenção...
Você vai chegar por volta das 18h. Nesse retorno, você vai: dar banho nas crianças, tomar seu banho, depois você vai arrumar sua janta, das crianças, do seu esposo.
Normalmente você vai ter que ter muita paciência... com o seu esposo e depois, com as crianças, é a mesma coisa. Um pouco de paciência e disciplina, ensinar o que elas devem fazer ou não. Ensinar o que é certo e o que é errado, pra elas terem uma noção de como é as coisas. E tratar com amor e carinho.
Depois você vai assistir televisão com a família, todo mundo junto. É um momento de lazer, é o momento mais prazeroso que você tem do seu dia.
Com respeito! Você vai respeitar eles, porque é o que se deve fazer, né? É o que você deve fazer. Você vai respeitar as pessoas pra eles te respeitarem, tratá-los bem pra eles te tratarem bem.
Porque você tem que tá sempre à disposição. Às vezes, um professor precisa ir ao banheiro ou pegar uma atividade. Então você tem que tá ali pra você ficar na sala com os alunos. Você estará ali pra tudo, ajudar um professor, ajudar um inspetor...

Bem respeitosa, você tem que ser bem... Você deve tratá-la bem pra você ser tratada bem. Não contrariar... não fazer nada do que não pode, contrariar ela. Deixar a pessoa bem pra você estar bem.
Ser mal-educada com seus colegas ou com ela. É só isso que ela não gosta.
Pra você... pra eles também te respeitarem. E verem que, apesar da sua raça, da sua cor, você também é um ser humano.
Você pode ir em todos os lugares, você vai andar no meio das pessoas, você vai andar no meio dos alunos, você vai ter contato com todo mundo, porque você tem que tá aí.
Branças. Você é apenas um “funcionário público”.... Tem as... Você vai receber uma ordem, alguém vai chegar em você e vai falar: “Você vai fazer tal coisa”. Você simplesmente vai dizer que sim. Você vai fazer tudo certinho.
Branças, tem as negras, mas você vai trabalhar mais com gente branca.
Evangélica... Ah, você escuta bastante hino, que é o que te acalma, te dá acalento. E você meio que sente um conforto, quando cê tá escutando os hinos, louvores.
Você tem que tá bem... bem... cê tem que tá com o humor ótimo, pra você também ser recebida com bastante humor, respeito.
Não só o cansaço, peso nenhum porque você vai ter prazer de fazer por você e por eles.
Você vai se sentir cansada, mas, porém, com o dever cumprido.
Não será desconfortável pra você, porque todo mundo respeita todo mundo. E todos respeitam a cor do outro.
Nada. Não vai causar nada em você. Normal, sempre com respeito.
Nada. Não vai afetar você em nada. Respeitando, né, o espaço e o que ela vai te dizer. Respeito!
Nada, porque você tá ali aprendendo e fazendo o melhor de si... As normas servem pra você ser respeitosa e crescer mais no seu ambiente de trabalho.
Sim, você vai sentar lá, um pouco lá nos bancos que tem perto da quadra... aí pra você refletir no que você fez de bom (coisas que você fez desde o período que você le vantou até a hora que você tá); de ruim (é alguma coisa que você deixou de fazer, de cumprir, que não deu tempo e você tá pensativa nessas coisas), se você tá bem ou não. Sozinha, mas em volta tem várias pessoas, mas você vai estar sozinha numa mesa. Normalmente você vai ao pátio, senta lá, fica pensando, sozinha. Quando você chega em casa mais tarde também, se fica no seu quarto, pensando em tudo.

Fonte: Dados retirados das entrevistas de I.S

8.1 Sistematização dos pré-indicadores em indicadores

Os critérios de aglutinação dos indicadores não são isolados entre si, pois “um fato identificado como pré-indicador, ao ser aglutinado, pode indicar o caráter impulsionador/motivador para ação em uma determinada condição (...) Um indicador pode ter potências e coloridos diferentes em condições diversas” (AGUIAR & OZELLA, 2013, p. 309).

Para esta pesquisa, a procura dos indicadores, através dos pré-indicadores, localizou-se na busca pelo sentido da atividade em ser mãe, esposa, dona de casa e trabalhadora informal, ou seja, os conteúdos que nos revelassem o resultado em obter uma carga dupla de trabalho e os sentidos que demonstrassem a permanência nesta rotina. Além disso, outro aspecto importante que motivou a pesquisadora nesta etapa foi a identificação de momentos que pudessem apresentar a percepção destas, perante sua etnicidade e a experiência no desempenho do trabalho informal.

Pela similaridade, complementaridade ou até mesmo contraposição, chegamos, a uma menor diversidade, aos indicadores desta pesquisa, nos quais já sinalizamos no início deste capítulo, porém o trazemos novamente: Percepção da rotina dupla de trabalho; Sentimentos de contradições no trabalho; Percepção das atividades realizadas com o cuidado dos filhos e família; Motivos que auxiliam a permanência no trabalho informal; Relação com as pessoas no trabalho informal; Situações que revelam a solidão da mulher negra.

Em seguida, apresentamos a aglutinação dos pré-indicadores de JC e EC na sistematização dos indicadores desta investigação.

Quadro 4 – Pré-indicadores presentes nas falas das entrevistadas JC e EC e a sistematização destes em indicadores

PRÉ- INDICADORES	INDICADORES
É pauleira! É muito puxado. (JQ)	PERCEPÇÃO DA ROTINA DUPLA DE TRABALHO
Sim, mas como são muitas coisas ao longo da semana, você deixa tudo preparado (JQ)	
É cansativo. É muito cansativo... mas tem coisa que você não escolheu o que aconteceu... (JQ)	
Primeiro você vai estar cansada, mas agradecida por Deus ter te permitido começar tudo de novo, porque tem gente que tá muito pior. (JQ)	

A partir das 19h da noite, 19h, 20h da noite. Para depois desenvolver as atividades que vende , porque aí cê não vai ter interrupção de criança que se machucou, de criança que tá aprontando... Já vão ter tomado banho, jantado, já se preparando pra dormir. E, por volta da 00h, 01h da manhã, você encerra as outras atividades, porque você vai precisar dormir. (JQ)	
No sábado à noite, aí cê já começou a... mexer com suas tramas. Gelinho também. Cê intercala, se no sábado a noite você fez chinelo, no domingo à noite, cê vai fazer gelinho pra, na terça-feira, cê sair pra vender gelinho. (JQ)	
Já vai começar a preparar a janta, pôr roupa na máquina se tiver pra pôr. Seu trabalho geralmente mais à tarde, mais... mais à noite. E, durante a semana, cê chega num dia da semana pra você passar roupa, as suas roupas e a roupa das crianças. Na verdade, quem vai te ajudar é o cronograma pra você, o que você vai fazer durante a semana. Tanto no serviço da casa quanto seu dia a dia. (JQ)	
É muito melhor você bordar as tramas a noite (JQ).	
É melhor para você a partir das 21h, que as crianças estão mais calmas, vão dormir e aí você vai ter um tempo pra se dedicar ao seu trabalho. (JQ)	
Elas ficam brincando. Você senta na parte da frente, por exemplo, você vai, é... costurar chinelos, as tramas já tão prontas, porque você fez à noite. (JQ)	
Gelinho... você tem preferido fazer à noite, porque... dá mais tempo pra você, né? Fazer... à noite tá mais fresco e...e.. tem o tempo também do gelinho... do congelador com o gelinho. Então, pra vendas, tem que vender sempre no horário que o sol tá mais quente. 13h da tarde cê sai pra vender. (JQ)	
Não, só o cansaço. (EC)	
Você vai tá um pouco cansada, né, porque depois que você sai do serviço, você sempre vai tá um pouquinho bem cansada. Geralmente você senta em silêncio. (EC)	
É um pouco puxado, né? Vai ser um pouco puxado, porque o serviço de casa é bastante. (EC)	
Cada uma no máximo 5 minutos. Cada atividade. Porque tudo tem que ficar limpinho, você vai ter que limpar tudo bem limpinho, higienização que você vai ter que fazer. Antes de montar no ônibus, você vai ver se tá tudo OK, banheiros se estão limpos do jeito que você deixou, você vai despedir dos seus colegas e você vai montar no ônibus. (EC)	
Limpar a casa, lavar roupa, aí você vai rastelar o terreiro, que é grande...tratar das criações. (EC)	
Sim, principalmente com o horário. Você tem que dizer: “BOM DIA”! Meio que palhaçona, entendeu? (JQ)	PERCEPÇÃO DAS
Bem carinhosa... é amiga! Abraçando, beijando,	

brincando com eles. (JQ)	ATIVIDADES REALIZADAS COM O CUIDADO DOS FILHOS E FAMÍLIA
Tomar conta dele! De não deixar ele pra rua, dar alimentação, dar banho no horário antes de ir pra a escola. (JQ)	
Conversando bastante com J. Ele vai te contar o seu dia... o dia dele, quais foram as atividades que ele gostou, que ele não gostou. (JQ)	
As crianças já terão ido pra escola e você vai tomar conta do caçula, depois você vai, é... limpar sua casa, depois que a casa estiver limpa você irá preparar o almoço e a tarde será mais tranquila. (JQ)	
Elas ficam brincando. Você senta na parte da frente, por exemplo, você vai, é... costurar chinelos, as tramas já tão prontas, porque você fez à noite. Então você vai sentar na sua garagem, porque você não tem carro. Senta na sua garagem e deixa as crianças brincando de bola ali na frente... então, você vai tá supervisionando seus filhos e vai tentar trabalhar também dentro de casa. (JQ)	
As crianças já tão dentro de casa, cê não vai ter preocupação de eles tarem na rua, tá aprontando, porque criança pequena apronta. Aí cê deixa eles jogando ou assistindo televisão, novelinha da idade deles e você vai fazer suas coisas. (JQ)	
É levantar a cabeça e continuar, porque as pessoas dependem de você. Seus filhos dependem de você. E, por mais difícil que pareça, você tá sendo exemplo, você pode tá sendo um exemplo bom ou você pode tá sendo um exemplo ruim. (JQ)	
É uma hora que você tem pra você, porque, por você ter várias atividades, não tem tempo nem de ir no banheiro... porque seu banheiro é sanfonado, alguém pergunta: “Mãe, cadê minha bermuda?”; “Mãe, tão me batendo”; “Mãe, não sei o quê...” Aí você já dá aquela surtada. (JQ)	
Te deixando desconcentrada, dependendo da situação vai te deixar desconcentrada, cê não tem mais tempo pra continuar, mas cê vai fazer mais tarde. (JQ)	
Aí você vai pegar e dar café pras crianças, né, e depois limpar a casa. Aí, por volta das 10h30, você vai pegar pra fazer o almoço... dar almoço pras crianças, você almoça. (EC)	
Acordar as crianças às 8h30, 9h. Aí depois você vai deixar as roupas delas, os uniformes arrumado e depois você vai deixar elas brincando. (EC)	
Brincar de cosquinhas, dar risada, carinho, atenção. (EC)	
Você vai chegar por volta das 18h. Nesse retorno você vai: dar banho nas crianças, tomar seu banho, depois você vai sua janta, das crianças, do seu esposo. (EC)	
Normalmente você vai ter que ter muita paciência... com o seu esposo e depois com as crianças é a mesma coisa. Um pouco de paciência e disciplina, ensinar o que elas	

devem fazer ou não. Ensinar o que é certo e o que é errado, pra elas terem uma noção de como é as coisas. E tratar com amor e carinho. (EC)	
Depois você vai assistir televisão com a família, todo mundo junto. É um momento de lazer, é o momento mais prazeroso que você tem do seu dia. (EC)	
Você tem só suas clientes. Tem que ser uma relação amigável e tem que ser uma relação bem direta, bem objetiva, a pessoa quer um... chinelo, você tem que saber qual chinelo que ela quer, qual o modelo que ela quer, pra ela não ficar insatisfeita depois com seu trabalho. Por exemplo: um chinelo delicado, você usa umas bolinhas mais... é... menores. E menores e... e... não chamativas, cores, mais neutras. Se for um chinelo mais chamativos, as bolas são maiores e você pode usar cor. (JQ)	A RELAÇÃO COM AS PESSOAS NO TRABALHO
Porque... Porque, é... às vezes a cliente, ela encomenda um chinelo: “Ó eu vou te pagar dia 20”. Se já vai tá com o chinelo pronto e dia 20 cê sabe que cê tem dinheiro pra receber, mas acontece algum imprevisto e a pessoa, cliente, ela não tem condições de buscar seu chinelo. Aí vai partir de você se você vai entregar ou se você vai esperar quando ela tiver... pra ela fazer o pagamento. Então tem que ter essa relação amigável de entender, também se colocar no lugar do outro, porque as coisas não é do jeito que a gente quer, né? (JQ)	
Você tem que deixar bem claro que você está ali por... pra ajudar ela, então é o que ela quer que você faça, e não do jeito que você quer. Porque cada um tem um jeito de trabalhar dentro da sua própria casa... você pergunta pra ela: “Como a senhora quer que eu faça o serviço?” ou “Qual é o material que a senhora quer que eu use?” (JQ)	
Não, tem um... o que elas querem que faça, mas normas assim, não. Geralmente elas são bem receptivas, sabe, tipo... em relação. O que você não pode ter é preguiça. (JQ)	
Gelinho... você tem preferido fazer a noite, porque... dá mais tempo pra você, né? Fazer... à noite tá mais fresco e...e... tem o tempo também do gelinho... do congelador com o gelinho. Então, pra vendas, tem que vender sempre no horário que o sol tá mais quente. 13h da tarde cê sai pra vender e aí cê não vai chegar na pessoa: “Aí...” explicando sua situação, que... tá passando apertado. Não... “Cê quer comprar gelinho?” Ela vai dizer sim ou não, né, aí a partir. (JQ)	
Sim, se o trabalho é mal feito. Se, por exemplo, cê fez uma faxina, e a... cliente não gostou muito, cê pergunta: “O que a senhora quer que eu melhore?” Cê tem que tá sempre disposta a... mudar a aprender, entendeu? (JQ)	
Com respeito! Você vai respeitar eles, porque é o que se deve fazer, né? É o que você deve fazer. Você vai respeitar as pessoas pra eles te respeitarem, tratá-los bem pra eles	

te tratarem bem. (EC)	
Porque você tem que tá sempre à disposição. Às vezes, um professor precisa ir ao banheiro ou pegar uma atividade. Então você tem que tá ali pra você ficar na sala com os alunos. Você estará ali pra tudo, ajudar um professor, ajudar um inspetor... (EC)	
Bem respeitosa, você tem que ser bem... Você deve tratá-la bem pra você ser tratada bem. Não contrariar... não fazer nada do que não pode, contrariar ela. Deixar a pessoa bem pra você estar bem. (EC)	
Ser mal educada com seus colegas ou com ela. É só isso que ela não gosta. (EC)	
Pra você... pra eles também te respeitarem. E verem que, apesar da sua raça, da sua cor, você também é um ser humano. (EC)	
Você pode ir em todos os lugares, você vai andar no meio das pessoas, você vai andar no meio dos alunos, você vai ter contato com todo mundo, porque você tem que tá aí. (EC)	
Branças. Você é apenas um “funcionário público”... Tem as... Você vai receber uma ordem, alguém vai chegar em você e vai falar: “Você vai fazer tal coisa”. Você simplesmente vai dizer que sim. Você vai fazer tudo certinho. (EC)	
Branças. Tem as negras, mais você vai trabalhar mais com gente branca. (EC)	
Seu problema é diferente do problema do outro, então cê tem que estar sempre positiva, sempre disposta a ajudar alguém ou oferecer um pouco dos dons que Deus te deu, pra essa pessoa, pra ela poder sair também daquela situação de perigo, de... (JQ)	OS MOTIVOS QUE AUXILIAM A PERMANÊNCIA NO TRABALHO INFORMAL
Você se sente exausta e, ao mesmo tempo, satisfeita que não foi um dia em vão. Cê não gasta tempo com televisão, porque senão descansa... é muito difícil. (JQ)	
Ah... é cansativo, mas é gratificante, porque você se sente útil! (JQ)	
Daí você tem uma venda. Ah, não vendeu? Não fique chateada, continua, oferece de novo, agradece, Deus te abençoe, segue sua vida... (JQ)	
... Agradecida por deus ter te permitido começar tudo de novo, porque tem gente que tá muito pior. (JQ)	
Geralmente é CRAS, Hospital, pra marcar consulta pros filhos e pra você também. É... buscar criança na escola às 17h. Você vai ao CRAS quando cê é solicitada, quando alguma coisa pra resolver ou pedir ajuda, porque as coisas não tão fácil. (JQ)	
Bom... teve há pouco tempo uma feira no CRAS. Foi uma oportunidade muito grande de divulgação. Geralmente quem trabalha nos bastidores, em casa, geralmente tem muita	

vergonha de expor seu trabalho, cê só fala para as pessoas que são mais próximas. Então foi um trabalho muito legal, foi desenvolvido através do CRAS, pra divulgação do trabalho das mulheres... Te mostra que você pode sozinha, te dá uma autoconfiança. (JQ)	SENTIMENTOS DE CONTRADIÇÕES NO TRABALHO
Evangélica... Ah, você escuta bastante hino que é o que te acalma, te dá acalento. E você meio que sente um conforto, quando cê tá escutando os hinos, louvores. (EC)	
Você tem que tá bem.... bem... cê tem que tá com o humor ótimo, pra você também ser recebida com bastante humor, respeito. (EC)	
Não só o cansaço, peso nenhum porque você vai ter prazer de fazer por você e por eles. (EC)	
Você vai sentir cansada, mas, porém, com o dever cumprido. (EC)	
Sim. Ah... pra ir no banheiro, porque você é dona do seu próprio negócio, então cê que ir no banheiro, cê quer comer, cê faz seu horário. Cê cansou, se levanta, vai dar uma volta. Tiver alguma outra coisas pra fazer, pode fazer, depois cê volta. Atender alguém na... na porta, porque cê vende outras coisas também, cê não faz só chinelo, né? Cê vende roupa... cê vende tiara, vende catálogo, vende gelinho... você faz unha. De repente, alguém fala: “Ah... cê tem como fazer minha unha agora?” Aí cê para, vai fazer a unha da pessoa, se você não tem nada programado, se a sua encomenda não era já pra amanhã (JQ)	
Essa pergunta é... (risos). Quando cê descansa? De sábado! Por você ser adventista, de sábado é mais tranquilo. Na sexta-feira cê já... já tem uma rotina da casa, uma preparação pro sábado. O que significa isso? Você vai é... manter sua casa em ordem, manter a casa limpa, pra no sábado você não ter que fazer nenhuma atividade dentro da tua casa, por quê? Porque seu primeiro objetivo é adorar o seu deus. Depois disso, depois que for pra igreja, que fez tudo... todas as suas atividades como cristã, cê pode chegar em casa, se jogar no sofá, na cama e dormir bastante. Muito difícil descansar durante a semana... E no sábado também é onde você vai ter um tempo maior com seus filhos, cê não ter nenhuma outra atividade extra, cê vai poder assistir um filme, ce vai poder levar eles pra pegar fruta... (JQ)	
Não será desconfortável pra você, porque todo mundo, respeita todo mundo. E todos respeitam a cor do outro. (EC)	
Nada. Não vai causar nada em você. Normal, sempre com respeito... porque eles te respeitam também. (EC)	
Nada. Não vai afetar você em nada. Respeitando, né, o espaço e o que ela vai te dizer. Respeito! (EC)	
Nada, porque você tá ali aprendendo e fazendo o melhor de si... As normas servem pra você ser respeitosa e crescer mais no seu ambiente de trabalho. (EC)	

Normalmente você vai ao pátio, senta lá, fica pensando, sozinha. Quando você chega em casa mais tarde também, se fica no seu quarto, pensando em tudo. (EC)	
Muito. E você é sozinha na cidade, cê não tem parente, não tem amigos, poucos amigos. A única... seu único refúgio é a igreja, onde você é muito bem recebida, muito bem acolhida. Tem os seus cargos também dentro da igreja, onde você canta, você prega. Aí você tem que, ao longo da rotina, estabelecer um horário pra você estudar a bíblia, pra poder, né, pesquisa as outras coisas... (JQ)	SITUAÇÕES QUE REVELAM A SOLIDÃO DA MULHER NEGRA
Sim, você vai sentar lá, um pouco lá nos bancos que tem perto da quadra... ai pra você refletir no que você fez de bom (coisas que você fez desde o período que você levantou até a hora que você tá); de ruim (é alguma coisa que você deixou de fazer, de cumprir. Que não deu tempo e você tá pensativa nessas coisas), se você tá bem ou não. Sozinha, mas em volta tem várias pessoas, mas você vai estar sozinha numa mesa. Normalmente você vai ao pátio, senta lá, fica pensando, sozinha. Quando você chega em casa mais tarde também, se fica no seu quarto, pensando em tudo. (EC)	

Fonte: Dados retirados das entrevistas de I.S

8.2 Nuclearização dos indicadores em núcleos de significação

De acordo com Aguiar e Ozella (2013), a partir da releitura do material, assim como a aglutinação em indicadores, encontraremos o resultado que são os núcleos de significação. Pelo processo anterior da formação dos indicadores, conseguimos identificar os conteúdos e a articulação da expressão dos sentidos das mulheres investigadas, diante dos objetivos estabelecidos neste processo investigativo. Sendo assim, pelos indicadores que emergiram, foram organizados dois núcleos de significação. Embora sinalizamos, no início do capítulo, retomamos os núcleos de significação: O percebido e o não-percebido na rotina diária de trabalho; Matriarcado e o trabalho informal: Mulheres negras faróis.

Os núcleos de significação ofertaram-nos uma “análise mais consistente, que nos permita ir além do aparente e considerar tanto as condições subjetivas quanto as contextuais e históricas” (AGUIAR & OZELLA, 2021, p. 310).

Diante disto, reunimos, dentro dos dois núcleos, os indicadores que melhor se enquadravam. Portanto, no núcleo primeiro, reunimos os seguintes indicadores: Percepção da rotina dupla de trabalho; Sentimentos de contradição no trabalho; Relação com as pessoas no trabalho informal. Já, no segundo núcleo, agregamos estes indicadores: Percepção das

atividades realizadas com o cuidado dos filhos e família; Motivos que auxiliam a permanência no trabalho informal; Situações que revelam a solidão da mulher negra.

Quadro 5 – Indicadores e Núcleos de significação

INDICADORES	NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO
Percepção da rotina dupla de trabalho	O PERCEBIDO E O NÃO-PERCEBIDO NA ROTINA DIÁRIA DE TRABALHO.
Sentimentos de contradições no trabalho	
Relação com as pessoas no trabalho informal	
Percepção das atividades realizadas com o cuidado dos filhos e família	MATRIARCADO E O TRABALHO INFORMAL: MULHERES NEGRAS FARÓIS
Motivos que auxiliam a permanência no trabalho informal	
Situações que revelam a solidão da mulher negra	

Fonte: Dados da autora

A partir dos núcleos de significação, aprofundaremos, no capítulo seguinte, a análise e discussão dos resultados das falas das participantes. Apontamos, assim como Elisa Gouvea (2022), a busca para além das aparências, ou seja, do caráter empírico das falas, a fim de apreender a essência das entrevistadas. Em seguida, analisaremos os núcleos de significação encontrados nesta pesquisa.

9 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISE DOS NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO

“Os meus filhos não são sustentados com o pão da igreja. Eu enfrento qualquer espécie de trabalho para mantê-los.”

Carolina Maria de Jesus

Neste capítulo, discutiremos a análise dos núcleos de significação resultantes desta pesquisa. Apoiados pela Psicologia Histórico-Cultural, a metodologia de análise escolhida contribuiu para a apreensão dos sentidos do trabalho informal e chefia familiar feminina de mulheres negras referenciadas em CRAS. Esta vertente teórica promove o entendimento dialético dos fenômenos, assim como o estudo das coisas (GOUVEA, 2022).

A análise implicada nos núcleos considerou estas mulheres inseridas em um contexto social e também histórico, evidenciando a unidade existente na complexidade da sua individualidade em ser sujeito na realidade racista, capitalista e sexista brasileira.

Sinalizamos que, pelos núcleos de significação, buscou-se ir além das aparências, ou seja, dos relatos empíricos, encontrando a essência presente nas falas das participantes. Portanto, consideramos que a análise que seguirá não se trata de um encerramento sobre sentidos do trabalho informal destas mulheres e sua chefia familiar com o lar e filhos, mas sim a ampliação da totalidade destas diante da realidade e de um contexto que integra e faz parte da vida de inúmeras mulheres negras pobres brasileiras.

Deste modo, os núcleos de significação que integram e organizam este capítulo em subtópicos são: O percebido e o não-percebido na rotina diária de trabalho; Matriarcado e o trabalho informal: mulheres negras faróis.

9.1 Núcleo 1 - O percebido e o não-percebido na rotina diária de trabalho

Por este núcleo, encontramos o resultado da articulação do conjunto dos indicadores voltados para aquilo que é percebido e não-percebido na rotina destas mulheres, alcançando a apreensão dos sentidos do trabalho informal que estas possuem. A partir da entrevista da I.S e análise dos dados pelos núcleos de significação, os indicadores que formam este núcleo são: Percepção da rotina dupla de trabalho; Relação com as pessoas no trabalho; Sentimentos de contradições no trabalho.

Na fala de ambas entrevistadas JQ e EC, o cansaço, como fator percebido da rotina de trabalho, demonstrou-se resultante da dupla carga da laboralidade que possuem, dentro de suas casas e fora delas, ao final de cada dia.

É cansativo. É muito cansativo... mas tem coisa que você não escolheu o que aconteceu... (JQ)

Não, só o **cansaço....** Você **vai tá um pouco cansada, né,** porque depois que você sai do serviço, **você sempre vai um pouquinho bem cansada. Geralmente você senta em silêncio.** (EC)

A realidade de EC e JQ vem ao encontro do que Saffioti (1976) indicou-nos sobre a diferença presente entre as mulheres brancas e negras no mundo do trabalho. O processo de inserção no capitalismo, ao que se refere às mulheres negras, deu-se no que foi denominado subdesenvolvido. Após a abolição, estas mulheres tiveram que se manter nos mesmos trabalhos do período de escravidão, a única opção para garantir a sua sobrevivência e de seus filhos. Por nunca serem vistas como frágeis ou aliviadas de suas incumbências de trabalho, tais mulheres tornam-se a mucama permitida, ou seja, o *burro de carga* que carrega suas famílias, filhos, companheiros e a sociedade branca em suas costas (GONZALEZ, 1984; CARNEIRO, 2003; TRUTH, 1851/2014).

EC iniciou, aos 13 anos, na lavoura, enquanto JQ adentrou a vida laboral, aos 14, em uma loja de automóveis. As mulheres negras no Brasil, em média, ingressam no mercado de trabalho dos 10 a 15 anos de idade, chegando mais cedo à vida laboral em comparação às mulheres não-negras. EC e JQ fazem parte das 8,3% de mulheres negras que iniciam no mercado de trabalho ainda na infância e início da adolescência. Geralmente, por ocuparem o trabalho informal, acabam permanecendo na laboralidade até o fim da vida, ou até quando já não possuem mais saúde física e/ou mental para o trabalho. A partir dos 60 anos de idade, 21,6% de mulheres negras ainda estão prestando serviços; em contrapartida, 17% de mulheres brancas encontram-se na mesma situação (LIMA et al, 2013; PEREIRA, 2021).

Dados do PNAD apontam que, em 2019, mais de 3 milhões e 600 mil mulheres estão no mercado de trabalho doméstico, e 5 milhões e 700 mil estão ocupadas no trabalho informal. As voluntárias das entrevistas fazem parte destas mulheres que estão no trabalho informal e que são submetidas, assim como outras, à intensidade do trabalho. EC e JQ fazem parte do ethos das incumbências laborais herdadas do processo histórico da escravidão, em que eram levadas à exaustão e ao extremo de suas forças, ao executarem a atribuição dos

serviços domésticos, da lavoura e atenção e responsabilidade aos filhos das esposas dos senhores de escravos (CARNEIRO, 2003; DAVIS, 1981/2016).

Ao encontro dos relatos de JQ e EC, destaca-se a escritora negra francesa Françoise Ega (1978/2021), que em sua obra *Cartas a uma negra*, escreve à Carolina Maria de Jesus, relatando sobre sua vivência enquanto uma mulher negra na França.

Carolina, dizem que o futuro é dos que cedo madrugam. Sempre me levantei cedo, porque o pobre levantar cedo não é uma questão do futuro, mas de presente. Se meus pés, Carolina, estão inchados depois de uma tarde passando roupa, tenho que massageá-los imediatamente, amanhã preciso deles para subir a escada: há dezenas de janelas para deixar brilhando (EGA, 1978/2021, p.18 GRIFOS MEU).

Assim como Ega, as entrevistadas realizam inúmeras funções ao decorrer do seu dia, e a estafa apresenta-se integrando parte da realidade destas e de diversas outras mulheres que vivem em uma sociedade fruto de um processo colonial e em que se opera o capitalismo.

Suas rotinas são marcadas pelo levantar cedo e dormir tarde, suas atividades são iniciadas pela manhã, no primeiro raio de sol. O cuidado com os filhos e o trabalho doméstico são a prioridade antes de qualquer outra atividade. Não há momentos para repouso, paradas ou até mesmo intervalos. Tais mulheres, como Carolina Maria de Jesus, possuem poucas ou nenhuma hora de descanso: “(...) o pobre não repousa. Não tem o privilégio de gozar o descanso” (JESUS, p. 11, 1992/2014 GRIFO MEU).

Limpar a casa, lavar roupa, aí você vai rastelar o terreiro, que é grande... tratar das criações. (EC)

A partir das 19h da noite, 19h, 20h da noite, para depois desenvolver as atividades que vende, porque aí cê não vai ter interrupção de criança que se machucou, de criança que tá aprontando... Já vão ter tomado banho, jantado, já se preparando pra dormir. **E por volta da 00h, 01h da manhã, você encerra as outras atividades, porque você vai precisar dormir.** (JQ)

No processo de trabalho, seja no serviço doméstico de EC ou na produção da venda de algo como JQ, apresenta-se a perpetuação do legado escravocrata de que nunca foram vistas como frágeis e sempre trabalharam exaustivamente (TRUTH, 1851/2014). Enquanto as mulheres brancas exigiam a saída das casas para trabalharem e alcançarem sua independência, as mulheres negras já estavam trabalhando e sustentando suas famílias há muito tempo, contradição histórica que denota a cruel diferença entre os processos do grupo de mulheres negras e não-negras. (SAFFIOTI 1976; FREDERIC, 2004).

Para JQ, sua rotina **“É pauleira! É muito puxado”**, assim como para EC, que define o serviço de casa como puxado e intenso por existir em grande quantidade e que deve ser administrado por ela: **“É um pouco puxado, né? Vai ser um pouco puxado. Porque o serviço de casa é bastante”**. Diante do intenso trabalho, uma opção frequente na rotina destas mulheres é a de iniciarem o turno laboral dentro de suas casas ao amanhecer ou iniciar as atividades no período noturno. Isto porque, pela manhã, seus filhos ainda estão dormindo ou entretidos em alguma atividade do brincar, ou a maioria deles estão na escola, ou ainda, à noite, quando já estão mais calmas, tranquilas e dormindo.

Acordar as crianças às 8h30, 9h... Aí você vai pegar e dar café pras crianças, né? **Aí depois você vai deixar as roupas delas, os uniformes arrumado** e depois você vai deixar elas brincando... **e depois limpar a casa. Aí, por volta das 10h30, você vai pegar pra fazer o almoço, dar almoço pras crianças, você almoça.** (EC)

“Porque aí cê não vai ter interrupção de criança que se machucou, de criança que tá aprontando... Já vão ter tomado banho, jantado, já se preparando pra dormir. **E, por volta da 00h, 01h da manhã você encerra as outras atividades, porque você vai precisar dormir.**” (JQ)

Principalmente JQ, por ser trabalhadora autônoma, a maioria das suas produções, como a preparação para vendas de gelinho e chinelos bordados, são realizadas por ela, no período noturno em que os filhos encontram-se mais calmos.

É melhor para você a partir das 21h, que as crianças estão mais calmas, vão dormir e aí você vai ter um tempo pra se dedicar ao seu trabalho... No sábado à noite, aí cê já começou a... mexer com suas tramas. Gelinho também. **Cê intercala, se, no sábado à noite, você fez chinelo, no domingo a noite cê vai fazer gelinho pra, na terça-feira, cê sair pra vender gelinho.** (JQ)

É percebido, pela dupla rotina de trabalho das entrevistadas, que elas possuem duas vidas: uma dentro e outra fora de casa. E que seu descanso e até mesmo sua alimentação são colocados em segundo plano. A naturalização da sobrecarga laboral, o acúmulo de funções, assim como uma carga mental da organização e rotina da semana, vêm ao encontro do perfil de *viga mestra* (GONZALEZ, 1984; 2018b). No período pós-abolicionista, estas mulheres receberam o papel de *viga mestra* em suas comunidades, sendo o sustento moral e subsistência para suas famílias, estendendo para suas comunidades. Ser *viga mestra* significa

que o trabalho delas foi duplicado, pois se viram na obrigação de se dividirem entre o trabalho duro e árduo fora de suas casas, nas prestações de serviços para honrarem suas obrigações familiares. Repetiremos parte de uma citação realizada no segundo capítulo deste trabalho:

Antes de ir para o trabalho, tinha que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimento para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas das filhas mais velhas nos cuidados dos mais novos. Acordar às 3 ou 4 horas da madrugada, para “adiantar os serviços caseiros” e estar às 7 ou 8 horas na casa da patroa até a noite, após ter servido o jantar e deixado tudo limpo (GONZALEZ, 2018b, p. 71).

Gonzalez (2018b) apresenta a vida dura e intensa destas mulheres, que, para EC e JQ, as quais também desempenham o dever de *viga mestra*, colecionam como resultado o esgotamento pela efetivação dos incontáveis afazeres ao longo da semana. Assim como para Ega (1978/2021, p. 9), EC e JQ trabalham até o anoitecer, e não lhes sobra um momento de descanso: “Além disso, olha como eu trabalho! Até as dez da noite! Me levanto às seis da manhã, nem tenho tempo de comer!”

Compreendemos a atividade que ambas desenvolvem no trabalho informal e em suas residências como um componente importante da construção do seu psiquismo. As considerações de Leontiev (2004) permitem-nos identificar que, se as significações são a assimilação da experiência humana e genérica do ser humano, estas significações, que estão sendo produzidas por estas mulheres, são atravessadas pela atividade de trabalho como os papéis herdados da escravidão. As experiências históricas de seus antecedentes, que são assimiladas no seu presente, refletem a cristalização da carga dupla de trabalho e das incumbências que efetuam (CARVALHO & SANTOS, 2021).

Essa realidade são fatos não escolhidos, mas sim dados pela vida. Segundo JQ: “... **mas tem coisa que aconteceu que você não escolheu**”. O abandono paternal e/ou a presença ausente dos pais nestas famílias, assim como funções que tais mulheres precisam desenvolver cotidianamente, também são naturalizados e tidos como normas a seguir (CARNEIRO, 2003; GONZALEZ, 1984).

Além de todas as mazelas raciais e do capitalismo, o sexismo também tem fechado as portas a estas mulheres. O Estado opera a sua justiça pelo racismo e sexismo, não responsabilizando, por exemplo, os homens pelas suas proles em relação à pensão alimentícia e divisão do cuidado com os filhos (SANTOS, 2016). A responsabilização individual destas mulheres é, pela sociedade, representação de como o Estado atua e lida com naturalidade,

sobrecarregando-as na rotina do cuidado da casa e da prole, além da rotina externa de trabalho para geração de renda.

Deste modo, o descanso torna-se algo inalcançável durante os dias da semana: “...**Muito difícil descansar durante a semana**” (JQ). Um momento de tranquilidade durante este período, para JQ, dá-se somente aos sábados. E, para que isso ocorra, necessita organizar e manter a casa limpa e em ordem.

Essa pergunta é... (risos). **Quando cê descansa? De sábado! Por você ser adventista, de sábado é mais tranquilo. Na sexta-feira cê já... já tem uma rotina da casa, uma preparação pro sábado. O que significa isso? Você vai, é... manter sua casa em ordem, manter a casa limpa, pra no sábado você não ter que fazer nenhuma atividade dentro da tua casa, por quê? Porque seu primeiro objetivo é adorar o seu deus. Depois disso, depois que for pra igreja que fez tudo... todas as suas atividades como cristã, cê pode chegar em casa, se jogar no sofá, na cama e dormir bastante** (JQ).

A organização aparece como um elemento importante, já que, além de vendedora de chinelos, tiaras, catálogos e faxinas, colocar as tarefas em um cronograma possibilita que elas sejam realizadas e cumpridas.

“[...] **mas, como são muitas coisas ao longo da semana**, você deixa tudo preparado... E, durante a semana, cê chega num dia da semana pra você passar roupa, as suas roupas e a roupa das crianças. Na verdade, **quem vai te ajudar é o cronograma pra você, o que você vai fazer durante a semana. Tanto no serviço da casa quanto seu dia a dia...**” (JQ).

O tempo que JQ utiliza para si é expresso ao praticar o adventismo. Quando está em casa, as responsabilidades do cuidado com os filhos atravessam sua rotina, precisando mediar conflitos ou resolução de problemas que apareçam na residência. Os sábados são a sua única condição para o seu descanso, exigindo que os dias que antecedem o final de semana sejam recheados de atividades e de organizações para cumprir a responsabilidade de ser mãe e trabalhadora autônoma.

Além disso, JQ sinaliza que possui uma flexibilização para a realização das suas atividades, indicando que o tempo de descanso, pausa para alimentação e necessidades básicas de higienização ocorrem de acordo com suas vontades pessoais.

Sim. Ah... **pra ir no banheiro, porque você é dona do seu próprio negócio, então cê que ir no banheiro, cê quer comer, cê faz seu horário. Cê cansou, se levanta, vai dar uma volta. Tiver alguma outra coisas pra fazer, pode fazer, depois cê volta.** Atender alguém na... na porta, porque cê vende outras coisas também, cê não faz só chinelo, né? Cê vende roupa...cê vende tiara, vende catálogo, vende gelinho... você faz unha. De repente, alguém fala: “Ah... cê tem como fazer minha unha agora?” Aí cê para, vai fazer a unha da pessoa, se você não tem nada programado, se a sua encomenda não era já pra amanhã (JQ)

Entretanto, por mais que JQ afirme que possua tempo para o desenvolvimento de suas atividades e pausa entre elas, é atravessada diretamente com sua outra atividade de ser mãe, que a limita em realizar, às vezes, coisas simples sem interrupções.

Aí você tem que, ao longo da rotina, estabelecer um horário pra você estudar a bíblia, pra poder, né, pesquisar as outras coisas... Cê também faz zumba, uma... um dia da semana, um dia que você.. É uma hora que você tem pra você, porque, por você ter várias atividades, **não tem tempo nem de ir no banheiro.** É uma hora que você tem pra você, **porque por você ter várias atividades, não tem tempo nem de ir no banheiro... porque seu banheiro é sanfonado, alguém pergunta: “Mãe cadê, minha bermuda?”; “Mãe, tão me batendo”; “Mãe, não sei o quê...”** Aí você já dá aquela surtada. (JQ)

Apesar de JQ afirmar que possui a flexibilidade no tempo, ele é penetrado por uma rotina que a consome, sendo a exaustão a sua principal percepção durante todos os dias da semana e até mesmo aos sábados e domingos, em que utiliza o período noturno para a preparação de algum alimento que será vendido posteriormente. Parte do seu descanso dá-se dentro do círculo religioso, onde, ao participar das atividades como cristã, também está direcionando tempo para si mesma, de acordo com sua concepção. Além disso, sua ida à aula de dança, ofertada pelo CRAS, também é um momento criado para uma pausa e tempo consigo mesma.

O dia a dia é sempre dividido com os filhos. O seu descanso pessoal é manejado com a retirada de um tempo para atividades extras que não consegue realizar ao longo da semana, como assistir a filmes ou o passeio para apanhar frutas: “E no sábado também **é onde você vai ter um tempo maior com seus filhos, cê não ter nenhuma outra atividade extra, cê vai poder assistir um filme, cê vai poder levar eles pra pegar fruta**” (JQ).

Tanto para JQ quanto para EC, ambas informam que precisam utilizar do respeito e da amizade para realizarem todas as suas atividades e vendas:

Com respeito! Você vai respeitar eles, porque é o que se deve fazer, né? É o que você deve fazer. **Você vai respeitar as pessoas pra eles te respeitarem, tratá-los bem pra eles te tratarem bem...** Você tem que ser bem... **Você deve tratá-la bem pra você ser tratada bem. Não contrariar... não fazer nada do que não pode, contrariar ela. Deixar a pessoa bem pra você estar bem.** (EC)

Você tem só suas clientes. **Tem que ser uma relação amigável e tem que ser uma relação bem direta, bem objetiva,** a pessoa quer um... chinelo, você tem que saber qual chinelo que ela quer, qual o modelo que ela quer, **pra ela não ficar insatisfeita depois com seu trabalho.** Por exemplo: um chinelo delicado, você usa umas bolinhas mais... é... menores. E menores e... e... não chamativas, cores mais neutras. Se for um chinelo mais chamativos, as bolas são maiores e você pode usar cor. (JQ)

Ao mencionarem a necessidade da realização do seu trabalho e o sentimento de respeito e de amizade, indicam que uma mulher negra precisa de muito mais do que um bom desempenho no trabalho para continuar empregada. Mesmo que demonstre suas potencialidades, ser reconhecida e respeitada pelos seres não-negros não é suficiente somente pelo bom desempenho (SANTOS, 2020).

Este mesmo fenômeno também ocorre com as mulheres negras em situações de privilégios sociais, as quais ocupam lugares não esperados pela sociedade, necessitando do esforço, para além de suas competências, a fim de serem legitimadas no local de trabalho (SANTOS, 2020). Tal violência ocorre de forma com que as pessoas negras não tenham ciência de que ocupam um lugar que reforça a meritocracia e o ideário do branco, como perfeito e alcançável. Em suas falas, afirmam não serem impactadas pela aceitação das normas no dia a dia do trabalho, ou assimilam as solicitações como um dever a ser cumprido sem preguiça ou reclamações:

“Nada. Não vai afetar você em nada. **Respeitando, né, o espaço e o que ela vai te dizer. Respeito! Não será desconfortável pra você, porque todo mundo respeita todo mundo. E todos respeitam a cor do outro...** Nada. Não vai causar nada em você. Normal, **sempre com respeito.**” (EC)

Você tem que deixar bem claro que você está ali por... pra ajudar ela, então é o que ela quer que você faça e não do jeito que você quer. Porque cada um tem um jeito de trabalhar dentro da sua própria casa... **você pergunta pra ela: “Como a senhora quer que eu faça o serviço?” ou “ Qual é o material que a senhora quer que eu use?”... Não, tem um... o que elas querem que faça, mas normas assim, não. Geralmente elas bem receptivas, sabe, tipo... em relação. O que você não pode ter é preguiça.** (JQ)

De acordo com Gonzalez (1988), pelo relato de ambas elencarem o respeito, a amizade e a disposição para o trabalho, com qualidades requisitadas para o desempenho de suas atividades, fica evidente a criação do coletivo brasileiro em que está presente a subjugação e supressão do povo negro e a superioridade do povo branco. Nesta situação, o sujeito-suposto-saber, instaurado nestas relações com as demais colegas de trabalho que são brancas ou as empregadoras das faxinas, aparenta a inferioridade apreendida pela população negra e a superioridade da população branca.

“Brancas. Tem as negras, mas você vai trabalhar mais com gente branca... Você é apenas um funcionário público... Tem as... Você vai receber uma ordem, alguém vai chegar em você e vai falar: “Você vai fazer tal coisa”. Você simplesmente vai dizer que sim. Você vai fazer tudo certinho.” (EC)

Sim, se o trabalho é mal feito. Se, por exemplo, cê fez uma faxina, e a... **cliente não gostou muito, cê pergunta: “O que a senhora quer que eu melhore?” Cê tem que tá sempre disposta a... mudar, a aprender, entendeu?** (JQ)

À luz da teoria da atividade, de acordo com Leontiev (2004), estas mulheres, ao afirmarem o sim como a resposta dada e o cumprimento da exigência ao realizarem as atividades de maneira correta, denotam que o processo de trabalho delas, em nosso país, está imerso no contexto histórico da relação de subalternidade, também presente um dia no trabalho escravo e retomado na condição atual pelo capitalismo. A atividade informal desenvolvida, assim como o sentido implicado nela, constata a presença do desenvolvimento da consciência pela subordinação e exploração, pois está instaurado no consciente coletivo e expresso pela linguagem que as mulheres negras em suas situações de trabalho exprimem: “O preto sabe seu lugar”; “Essa preta sabe de onde vem”; “Estudar para quê? Se você permanecerá no seu lugar”; “Que preta educada! Essa sabe de onde saiu.”

Interessante destacar que EC traz o elemento da raça como uma das características para a utilização do respeito que, diante de suas superiores, em sua maioria brancas, vem como uma requisição para que a vejam além da sua etnia, que também é um ser humano e que merece ser reconhecida, respeitada, inclusa e tratada como igual: “Pra você... pra eles também te respeitarem. **E verem que, apesar da sua raça, da sua cor, você também é um ser humano** (EC).

O racismo age de maneira desqualificadora das ações de pessoas negras, coibindo para a autoexigência de um comportamento que seja aceitável diante dos colegas de trabalho (ALMEIDA, 2018). O *respeito*, trazido por EC como parte primordial das relações institucionais, indica-nos o sentimento e a necessidade de ser respeitada na sua atividade, pelo esforço e dedicação direcionados. Entretanto, por ser uma mulher negra, desenvolvendo o trabalho como faxineira e merendeira de uma escola, EC precisa moldar seu comportamento para a redução de tensões e contradições com as colegas de trabalho e superiores para buscar a aceitação neste ambiente.

Por ser uma sociedade racista, o Brasil dá-nos fortes indícios da construção da consciência dos sujeitos dessa nação na interiorização do racismo, o qual afeta diretamente as relações existentes, expresso na atividade de EC, que as cumpre com autocritica e autoexigência para não gerar desconforto e desagrado nas superiores, que são brancas.

Cada uma, no máximo, 5 minutos.... Cada atividade. **Porque tudo tem que ficar limpinho, você vai ter que limpar tudo bem limpinho, higienização que você vai ter que fazer. Antes de montar no ônibus, você vai ver se tá tudo ok, banheiros se estão limpos do jeito que você deixou**, você vai despedir dos seus colegas e você vai montar no ônibus. (EC)

Na atividade de EC, vislumbramos a maneira que negros e negras devem expressar seus comportamentos, indicando que suas atividades laborais são permeadas pela violência racial, pela exploração da sociedade capitalista e pela categorização ancestral do trabalho escravo (COSTA & ENCARNÇÃO, 2012; DAVIS, 1981;2016).

Infelizmente, as pessoas negras que se encontram em situações iguais como a de EC estão suscetíveis a um grande sofrimento que pode levar ao adoecimento físico e mental, uma vez que se esforçam para serem aceitas e englobadas como parte da equipe de trabalho. O respeito exigido pelos colegas de trabalho e superiores configura-se uma ferramenta utilizável para o alcance da aceitação. Por consequência, os danos físicos e mentais podem acompanhar

e impactar os corpos negros inseridos neste contexto branco e meritocrático. (SANTOS, 2020).

Outro ponto importante para destacarmos é que a inserção da sociedade capitalista exigiu a preparação para o trabalho formal. Portanto, ao elucidarmos sobre o mercado de trabalho, discutir sobre educação e renda são pontos cruciais. Estas mulheres, assim como o resto da população negra, foram excluídas do sistema educacional, o que limitou seu campo de escolhas e inserção no mercado de trabalho, que oferta a segurança própria do trabalho formal. Os dados do IPEA de 2019 apontaram que em torno de 15% das mulheres negras estavam matriculadas no ensino superior. Em contrapartida, as mulheres brancas, nas mesmas condições de ensino, computaram cerca de 28,1% de desocupação (LIMA et al, 2013).

A exclusão educacional no capitalismo pode indicar a pobreza para as mulheres que chefiam as famílias brasileiras e não estão inseridas no ensino superior, pois as chances de um trabalho formal serão menores, impactando sua renda. Ainda, segundo dados de 2015, o IPEA informou que a renda média das famílias chefiadas por mulheres negras foi equivalente a R\$831,03. Já, as famílias chefiadas por mulheres brancas possuíam uma renda de R\$1.572,50.

De fato, o racismo, o capitalismo e o sexismo atravessam e impactam a realidade das mulheres negras. Sendo assim, é possível identificar que a rotina dupla e conciliação do trabalho fora e dentro de casa exigem dedicação, compromisso, persistência. Longe de resumir a vivência de ambas, cada mulher negra brasileira em situação de vulnerabilidade socioeconômica e responsabilidade pela sua família, casa e filhos é envolvida por sua individualidade. Neste núcleo de significação, foi realizado a tentativa de demonstrar os pré-indicadores das voluntárias, os quais, a saber: 1- Cansaço; 2- Organização; 3- Respeito; 4- Rotina; 5- Horário; 6 - Descanso; 7- Trabalho; 8- Exigência; 9- Crítica, que aparecem repetidamente ou de forma contraditória nas falas emocionadas das entrevistadas.

Portanto, concluímos que é possível perceber que o cansaço e exaustão, além da autocrítica e autoexigência no desempenho das atividades, também vistas nos relatos de Carolina e Françoise, são frutos de uma sociedade diaspórica, capitalista, racista e sexista.

9.2 Núcleo 2 - Matriarcado e o trabalho informal: mulheres negras faróis

Neste núcleo, analisaremos os três indicadores, a enunciar: Percepção das atividades realizadas com o cuidado dos filhos e família; Motivos que auxiliam a permanência no

trabalho informal; Situações que revelam a solidão da mulher negra. De modo particular, neste tópico, apresentaremos os sentidos na presença do cuidado com a prole e companheiro, da mesma forma que os sentidos levados à persistência no trabalho informal.

Tanto JQ quanto EC, quando questionadas para ofertarem a instrução de como a sócia deveria se relacionar com os filhos, ambas informaram que deveriam ser tratados com zelo, atenção e carinho: “Você tem que dizer: ‘Bom dia!!!’ **Meio que palhaçona, entendeu? Bem carinhosa... e amiga! Abraçando, beijando, brincando com eles**” (JQ); “**Brincar de cosquinhas, dar risada, carinho, atenção**” (EC). Em seguida, sinalizaram que as atitudes afetuosas eram acompanhadas e complementadas com o cuidado direcionada às necessidades de alimentação, de higiene e de outras responsabilidades com os filhos:

Tomar conta dele! De não deixar ele pra rua, dar alimentação, dar banho no horário antes de ir pra escola... Conversando bastante com J. Ele vai te contar o seu dia... o dia dele, quais foram as atividades que ele gostou, que ele não gostou. (JQ)
 Você vai chegar por volta das 18h. **Nesse retorno, você vai: dar banho nas crianças, tomar seu banho, depois você vai esquentar sua janta, das crianças, do seu esposo.** (EC)

Apesar do trabalho e da geração de renda serem um elemento importante e principal para a chefia do lar, o afeto aparece como forma de exercer a maternidade roubada e impedida no processo histórico, período em que mulheres negras sofreram por terem seus filhos à mercê da sorte, à beira das plantações ou, muitas vezes, carregados em seus peitos enquanto trabalhavam arduamente sob o sol das lavouras (DAVIS, 1981/2016). Em tal realidade, trabalhavam exaustivamente durante o dia, enquanto, à noite, eram aprisionadas nas senzalas, sendo impedidas de expressarem e realizarem qualquer manutenção às suas famílias (SANTS, 2016).

JQ tem quatro filhos: um de 14 anos, um de 10, um de 9 e um de 6 anos. Já, EC possui três filhos: um de 15 anos, um de 7 e um de 8 anos, além de um enteado de 15 anos. A fala de JQ aponta os cuidados com a atenção e higienização voltados à criança de 6 anos, pois os mais velhos realizam estas atividades sozinhos, semelhante à EC, que também realiza estes processos de cuidados com os filhos de 7 e 8 anos, havendo, para esta última entrevistada, o cuidado também para com o esposo.

No presente, tais mulheres, pela atenção e pelo afeto que demandam para suas proles, têm efetuado a reescrita das tristes vivências de suas antepassadas, ao mesmo tempo em que procuram, por estas ações carregadas de amor e carinho, compensar a ocupação e horas que

demandam em outros momentos do dia, como o trabalho fora e dentro de suas casas, nos quais não obtêm tempo total para atenção aos filhos.

Embora o capitalismo subdesenvolvido e o racismo as lancem na pobreza e no trabalho informal, dificultando e, em certo ponto, impedindo a realização plena do cuidado com os filhos, a saída que encontram é dividir a maternagem e mediá-la com alguma outra atividade laboral (SAFFIOTI, 1976; MOURA, 1983). Neste contexto, uma estratégia que JQ utiliza é passar o tempo juntamente com os filhos, observando-os e mantendo o cuidado pela atenção no olhar, aproveitando o tempo para adiantar seu trabalho:

Elas ficam brincando. Você senta na parte da frente, por exemplo, você vai, é... costurar chinelos, as tramas já tão prontas, porque você fez à noite. Então você vai sentar na sua garagem, porque você não tem carro. **Senta na sua garagem e deixa as crianças brincando de bola ali na frente... Então, você vai tá supervisionando seus filhos e vai tentar trabalhar também dentro de casa.** (JQ)

A realidade de JQ assemelha-se à vida de outras mulheres, como a de Jesus: “Fechei a porta e fui vender as latas. Levei os meninos. O dia está cáldio. Eu gosto que eles recebam os raios solares. Que suplício! Carregar a Vera e levar o saco na cabeça” (p.16, 1992/2014). O capitalismo lançou estas mulheres no trabalho informal, na desocupação, nos serviços denominados por Gonzalez (2018a) de A e B, ficando o trabalho formal e a garantia da seguridade da previdência para os brancos. Ao trazermos a vida de ambas as mulheres, identificamos o impacto do capitalismo e do racismo, que permitem, até certo ponto, a execução do cuidado e demanda para com os seus filhos. Este conceito assemelha-se ao período da escravidão, através do tráfico de escravos, ao serem vendidas e mercantilizadas para diferentes donos e serem separadas dos seus laços afetivos. As relações com os filhos eram quebradas após seus nascimentos; eram obrigadas a deixar de amamentar no puerpério para amamentar os filhos das sinhás. Quando não, mães negras eram forçadas ao aborto, por serem frutos da concepção de estupros das relações violentas com os brancos coloniais (SANTS, 2016).

Ressalta-se que JQ, ao trazer a inexistência do bem material do carro próprio, aponta o quão despossuídas as mulheres negras que trabalham no Brasil são, país que segue o modelo capitalista: o que é produzido não é pertencido a quem produz, restando sua mão-de-obra para ser explorada, a fim de alcançar seu meio de subsistência (MARX, 1842/2017). Um automóvel e seu conhecimento de saber manuseá-lo, para uma família que possui filhos, principalmente na infância, expressam-se como uma ajuda necessária na locomoção com

facilidade, além de conforto e segurança em situações de doenças e urgências. Percebemos o quanto desprovidas são estas mulheres, que se tornam responsáveis pelas suas famílias.

JQ também traz a interrupção que sofre dos filhos nas suas atividades. Nestas situações, em que exerce a atenção sobre estes, ao passo que realiza suas confecções de tiara e chinelos, é constantemente interrompida, deixando suas produções inacabadas. Isto ocorre quando há a necessidade de correção, conciliação ou conversa em relação a seus filhos, além de questões pertinentes ao lar e à família, gerando a sua desconcentração na tarefa que está sendo realizada: **“Te deixando desconcentrada, dependendo da situação vai te deixar desconcentrada, cê não tem mais tempo pra continuar, mas cê vai fazer mais tarde”** (JQ).

Porém, apesar das interrupções, JQ sinaliza que a continuação no trabalho será dada mais tarde. Este momento em que continua a fabricação de suas tramas e alimentos é quando:

As crianças já tão dentro de casa, cê não vai ter preocupação de eles tarem na rua, tá aprontando, porque criança pequena apronta. Aí cê deixa eles jogando ou assistindo televisão, novelinha da idade deles e você vai fazer suas coisas. (JQ)

Por ser mãe sozinha, conta com o auxílio do entretenimento para a finalização do trabalho. Desta forma, com os filhos dentro de casa, sente-se mais tranquila, pois encontram-se em segurança. Destarte, sua vivência em continuar suas atividades, intercalando com a responsabilidade da família, assemelha-se às experiências pessoais de Jesus: “Eu não tenho homem em casa. É só eu e meus filhos. Mas eu não pretendo relaxar” (p.18, 1992; 2014).

O desenvolver da matrifocalidade, ou seja, ser a autoridade dentro do seu grupo doméstico diante das crianças e pessoas que estão em relação, depara-se com o fenômeno feminino que também identificamos na África. As comunidades africanas revelam a estrutura da autoridade das mulheres e suas características femininas nos grupos. A presença delas em nosso país, pela diáspora, plantou em nosso solo a fortaleza feminina de mediar tantas atividades e lidar com inúmeras dificuldades, como a fome, o desemprego ou o emprego informal e assassinato de seus filhos pela força do Estado, na tentativa de criar suas famílias e ofertar um futuro (SMITH 1975; GONZALEZ, 1970; BERNARDO, 2005; TOKITA, 2013).

EC, tal como JQ, por serem as matriarcas, expressam a responsabilidade pela educação dos filhos ao se preocuparem em ensinar, com paciência e disciplina, o correto e o incorreto, mesma situação de Jesus por ser mulher negra cuidando de seus filhos: “Refleti: preciso ser tolerante com os meus filhos. Eles não têm ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar” (p. 19, 1992/2014).

A presença destas mulheres em seu seio familiar, mesmo na condição de EC, que possui esposo, transparece na autoridade da casa, da família, identificando-se como aquela que é possuinte da carga educacional dos filhos, preocupando-se em atuar e agir com amor e carinho:

Normalmente você vai ter que ter muita paciência... com o seu esposo e depois com as crianças é a mesma coisa. Um pouco de paciência e disciplina, ensinar o que elas devem fazer ou não. Ensinar o que é certo e o que é errado, pra elas terem uma noção de como é as coisas. **E tratar com amor e carinho.** (EC)

Importante destacar que tais mulheres preocupam-se com o amor, com o carinho com a educação e desenvolvimento dos filhos. Entretanto, não foi percebido o cuidado que recebem de terceiros, companheiros e até mesmo outros entes. O mito da força e das que aguentam tudo sem sofrer coibiu para a desumanização das mulheres negras (IFÉ, 2016).

E você é sozinha na cidade, cê não tem parente, não tem amigos, poucos amigos. (JQ)

Normalmente você vai ao pátio, **senta lá, fica pensando, sozinha. Quando você chega em casa mais tarde também, se fica no seu quarto, pensando em tudo...** Sim, você vai sentar lá, um pouco lá nos bancos que tem perto da quadra... Aí pra você refletir no que você fez de bom (coisas que você fez desde o período que você levantou até a hora que você tá); de ruim (é alguma coisa que você deixou de fazer, de cumprir. Que não deu tempo e você tá pensativa nessas coisas), se você tá bem ou não. **Sozinha, mas em volta tem várias pessoas, mas você vai estar sozinha numa mesa.** (EC)

As mulheres negras vivenciam a coisificação de seu corpo que, transformado em objeto parcial, são outro do outro. Pelo olhar do branco colonizador e daquele que reproduz a violência racial, as mulheres foram desumanizadas e seus corpos perderam a totalidade e integridade de um ser humano. Vistas em partes, são objetificadas parcialmente, para fontes de satisfação dos desejos e desempenho do trabalho. Ao não serem reconhecidas como

humanas e com seus corpos fragmentados, são consideradas indignas do amor, do afeto, do cuidado e da atenção, já que a violência racial e de gênero deturparam o olhar que se volta para elas, enquadrando-as no segmento das mulheres fortes, insensíveis e incansáveis (GONAZEL, 2018d; OYEWUMI, 2021; DAVIS, 1981/2016).

Contudo, os poucos momentos que possuem, ao chegar do trabalho com os filhos, levam-nas a uma realização pessoal. Nesta pesquisa, a produção de sentido está na permanência nos cuidados e desempenho com a família: “Depois você vai assistir televisão com a família, todo mundo junto. É um momento de lazer, **é o momento mais prazeroso que você tem do seu dia**” (EC).

Neste sentido, JQ sinaliza que a dependência que os filhos têm para com ela, e por estarem em desenvolvimento, torna-se o impulso que precisa para levantar a cabeça e continuar, apesar das dificuldades. O fato de ser a autoridade, o exemplo e a figura da casa, impele-a a prosseguir: “**É levantar a cabeça e continuar, porque as pessoas dependem de você. Seus filhos dependem de você**. E por mais difícil que pareça, **você tá sendo exemplo**, você pode tá sendo um exemplo bom ou você pode tá sendo um exemplo ruim” (JQ).

De acordo com a bibliografia, Bernardo (2005) destaca que o trabalho possui uma representação importante para as mulheres negras no Brasil, sendo crucial para o desempenho da chefia das suas famílias. Destoante de outras etnias, o provimento do sustento da sua prole não é considerado um fardo ou até mesmo um peso, mais sim uma satisfação, um contentamento para elas, revelando sua autonomia no cuidado com a família, que havia sido roubada na escravidão. As falas de EC e JQ assinalam-nos a matrifocalidade resgatada pelo trabalho como via de nutrição do seio familiar.

Para EC, ao refletir sobre o final do dia, o sentimento sobre ele e as atividades desempenhadas, apesar do cansaço, a sensação de dever cumprido e reconhecimento de ter feito seu trabalho pelos seus filhos surgem: “Não, só o cansaço, **peso nenhum porque você vai ter prazer de fazer por você e por eles**. Você vai sentir cansada, **mas, porém, com o dever cumprido**” (EC).

Na representação de EC de dever cumprido, e de JQ, do sentimento de dependência e de ser exemplo para a família, é retratado o papel fundamental de serem a força que movimenta os lares (TOKITA, 2013). A família negra desempenha o núcleo da matriz de construção da identidade, ao passo que exprime a ancestralidade, a afetividade, a educação e a aprendizagem (GUEDES, 1995, apud TOKITA, 2013).

Neste processo de construir e serem resistência em suas famílias, o CRAS coloca-se como referência destas mulheres, especialmente para JQ que, ao precisar de ajuda, recorre ao

atendimento: “Geralmente é CRAS... É... buscar criança na escola às 17h. Você vai ao CRAS quando cê é solicitada, quando alguma **coisa pra resolver ou pedir ajuda, porque as coisas não tão fácil.**” Também é neste espaço que ela encontra oportunidade para promover seu trabalho:

Bom... teve há pouco tempo uma feira no CRAS. Foi uma oportunidade muito grande de divulgação. Geralmente quem trabalha nos bastidores, em casa, geralmente tem muita vergonha de expor seu trabalho, cê só fala para as pessoas que são mais próximas. **Então foi um trabalho muito legal, foi desenvolvido através do CRAS, pra divulgação do trabalho das mulheres... Te mostra que você pode sozinha, te dá uma autoconfiança.** (JQ)

Para JQ, o CRAS deu visibilidade para quem vive na sociedade enquanto excluído e invisível. Por esta ação, passou a ser reconhecida, pertencida, alcançando o desenvolvimento de suas capacidades ao gerar sua autonomia, pois sentiu que poderia alcançar seus objetivos ao fabricar gelinhos, chinelos, tiaras, produzindo a renda e o sustento da família com as suas vendas (MDS, 2005). Pelo apoio que recebe, JQ tenta lidar com as frustrações da venda de maneira positiva: “(...) daí você tem uma venda. Ah, não vendeu? **Não fique chateada, continua, oferece de novo, agradece, Deus te abençoe, segue sua vida...**”. Ou seja, a busca e a necessidade de alcançar o sustento superam suas frustrações, pois sua família precisa de seu trabalho, assim como Jesus (1992/2014), que comunica à sociedade que não é possível relaxar.

Um ponto importante para as entrevistadas EC e JQ, ao que tange as estratégias de resistência, é a utilização da sua fé para permanecer batalhando diariamente.

Ah, você escuta bastante hino **que é o que te acalma, te dá acalento.** E você meio que **sente um conforto, quando cê tá escutando os hinos, louvores.** (EC)

A única... **seu único refúgio é a igreja, onde você é muito bem recebida, muito bem acolhida.** Tem os seus cargos também dentro da igreja, onde você canta, você prega. Aí você tem que ao longo da rotina estabelecer um horário pra você estudar a bíblia, pra poder, né, pesquisar as outras coisas... (JQ)

Entretanto, EC e também JQ, ao utilizarem a religião para ressignificar os sentimentos de desistência ou até mesmo buscar a minimização do cansaço, por mais que as

auxiliem a se manter na sua rotina e cuidado diário com a família, são submetidas à alienação do sujeito através da religião, como sinalizamos nesta pesquisa.

Neste sentido, não foi percebido, na fala das participantes, o descontentamento, embora o sofrimento e o cansaço existam devido às desigualdades laborais, socioeconômicas e responsabilidade total da carga que recebem de suas famílias. Tal fato pode indicar o processo de alienação do trabalhador e da naturalização existente na sociedade ao normatizar os sofrimentos destas mulheres diante da sua dura realidade.

A efetivação do trabalho tornada em forma de objetificação (coisa), no mundo capitalista, oferta a estas mulheres trabalhadoras a experiência da perda do produto que produz. Por isso, ambas encontram-se como despossuídas das terras existentes e propriedades, assim como de suas vidas e também dos objetos de trabalho. O trabalho, neste segmento, torna-se o próprio objeto que, ao ficar sob o domínio do capital, produz a alienação delas. Estas trabalhadoras tornaram-se somente um meio para criar os produtos, os quais não lhes pertencem, o que gera um trabalho estranhado e exteriorizado. Nem a trabalhadora nem o que ela produz pertencem a si mesma. Tudo o que produz não lhe pertence e, nesta lógica de produção, o trabalho é encontrado como um meio para satisfação das necessidades fora dele (MARX, 1982/2004).

O capitalismo necessita da alienação do sujeito para que o status quo dos antagonismos de classes, privatização das propriedades e meios de produção permaneçam nas mãos da burguesia e do Estado. Portanto, o não acometimento da revolta em busca da mudança para estas mulheres, mães e trabalhadoras, revela os sentidos atribuídos na permanência das incumbências dadas a elas na escravidão que, pelo estranhamento do trabalho no capitalismo brasileiro, tem as perpetuado nos mesmos ethos de trabalho. (IFÉ, 2016; CARNEIRO, 2003; GONAZALEZ, 1988). Contudo, acreditamos que o CRAS tenha o papel fundamental de gerar a reflexão no indivíduo e que talvez a inserção destas mulheres nas intervenções socioassistenciais auxilie na mudança de suas vidas e de suas famílias ao longo do acompanhamento e comprometimento dos serviços prestados a elas (MDS, 2005).

Por fim, destaca-se que os pré-indicadores para análise deste núcleo encontrados nas falas das participantes foram: 1- Amor; 2- Carinho; 3- Atenção; 4- CRAS; 5- Religião; 6- Realização; 7- Dever; 8- Dependência; 9- Persistência; 10- Preocupação, pelos quais realizaram-se a apreensão dos sentidos sobre o cuidado dos filhos e os motivos da permanência no trabalho informal. Por resultado, encontram-se os sentidos alocados desde os sentimentos de amor, cuidado, responsabilidade, afetividade, que ambas possuem, até o contentamento e satisfação pelo desempenho de cada uma das atividades efetivadas. Porém, a

religião, o CRAS, o afeto que possuem pela sua prole e até mesmo a alienação presente nestas mulheres são utilizados para a permanência delas na laboralidade informal e carga dupla de trabalho. Entretanto, ao que tange os três primeiros, encontramos possíveis mecanismos de resistência para o enfrentamento da rotina e desempenho da matrifocalidade.

.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste estudo foi identificar e examinar os sentidos que o trabalho e a chefia familiar possuem para mulheres negras, referenciadas em CRAS. Especificamente, buscou-se o reconhecimento e discussão das conceptualizações e sentidos da laboralidade informal e examinar a incumbência da *chefia do lar* e os seus desdobramentos no tocante às dificuldades que o acúmulo destes papéis sociais concretos e subjetivos acarreta na perspectiva destas mulheres.

A pesquisa pretendeu contribuir com um olhar às mulheres negras, em especial, atendidas em CRAS, da realidade de um município no interior de São Paulo. Por isso, as particularidades apresentadas não permitem a generalização, revelando o que é de característico dos sentidos atribuídos por estas mulheres.

As experiências colhidas com as entrevistadas não resumem a particularidade e individualidade de todas as mulheres negras brasileiras. Em contrapartida, a produção histórica e social das mulheres do país, as quais herdaram um legado de escravidão e atribuição destes papéis de subordinação, assim como a ressignificação do trabalho, mesmo informal, enquanto elemento primordial para buscar o sustento da família, assemelha-se às vivências das mulheres desta pesquisa. As voluntárias deste estudo demonstraram, pela descrição da sua rotina no cuidado da prole e busca do sustento socioeconômico, que também são atravessadas pela realidade violenta do capitalismo, do racismo e do sexismo.

Retomando o pensamento de Gonzalez (1983), percebemos que, apesar de todo desenvolvimento da sociedade, socioeconômico e político, ainda não saímos do “estado de coisas” em que a história de mulheres negras escravizadas do Brasil colônia, onde desenvolviam as incumbências de amas de leite, vendedoras de ganho, labor na lavoura, cozinheiras, passadeiras, lavadeiras, ainda estão presentes na contemporaneidade.

Cabe ressaltar que o início deste estudo foi marcado pela história da pesquisadora que, atravessada por estas realidades no período de três anos, encontrou pela partilha a vida de mulheres negras em um CRAS. Sinalizada por este processo, também permitiu ser modificada e permeada por novas formas de pensar e ver o mundo, assim como as entrevistadas foram levadas a refletir sobre sua rotina diária em ser mãe, esposa, trabalhadora e chefe de família, sendo acometidas pelas questões do cansaço, amor, respeito, solidão, raça e responsabilidade da família, ao descreverem a rotina para a sócia que as substituiria.

A partir das conexões entre o marxismo e as questões étnico-raciais, aludimos às aproximações de Marx em suas produções com as discussões raciais, da mesma forma que os pensadores que vieram posteriormente e que contribuíram com tal temática em campo nacional, como Gonzalez e Moura e outras bibliografias importantes, tais como: Davis, Frederic, Oyewumi, Saffioti e Carneiro. Deste modo, os entrelaçamentos entre marxismo e as questões étnico-raciais auxiliaram e fundamentaram a análise dos dados e a composição dos núcleos de significação, superando a aparência e indo ao encontro da essência procurada.

Pela análise dos núcleos: O percebido e o não percebido na rotina diária de trabalho; Matriarcado e o trabalho informal: mulheres negras faróis, representaram a articulação nuclear que evidenciou as contradições, semelhanças e repetições, compostas no campo subjetivo e objetivo do produto da consciência das duas voluntárias, expressos em suas falas.

Importante destacar que o conteúdo exposto por EC e JQ permitiu constatar o entendimento dos sentidos. Há a necessidade da consideração do processo histórico e social do ethos do trabalho de mulheres negras, relevando a herança das incumbências de mucamas, amas de leite, vendedoras, quituteiras e domésticas, papéis estes atribuídos no período colonial e perpetuados na sociedade capitalista, racista e sexista (GONZALEZ, 1978; 2018a; 2018b; 2018c; 2018d; SAFFIOTI, 1976; CARNEIRO, 2006; DAVIS, 1981/2016; OYEWUMI, 2021).

No âmbito dos sentidos de EC e JQ, sentem-se cansadas pela carga dupla de trabalho diário, ao mediar o cuidado com os filhos, família e o trabalho informal. Por mais que sejam levadas à exaustão, assim como a negligência de serem colocadas em segundo plano, apresentam fortes sentimentos de satisfação ao final do dia pelo cumprimento de todas as suas atividades. Para estas mulheres, o sentido da permanência nas atividades desempenhadas torna-se importante pelos filhos e suas famílias.

Tal fato revelou a constância das atribuições de serviços destas mulheres no período pós-abolicionista, em que as vendas de quitutes e serviços prestados nos mesmos papéis que tinham na escravidão alcançavam um futuro melhor para sua prole. Sendo assim, foi percebido que, no trabalho informal, encontra-se o sentido de permanecer pelo bem dos filhos e do futuro destes (CARNEIRO, 2003; TOKITA, 2013; BERNARDO, 2005).

Além disso, a religião e a caracterização do estranhamento do trabalho destacaram-se como um dos fatores que também as auxiliam na permanência do trabalho informal, mesmo que as levem a algum nível de alienação referente ao primeiro. Em relação à concretização da alienação, ao que tange ao segundo, estão alienadas e não se permitem olhar com criticidade para a situação informal do trabalho na qual estão localizadas, não identificando, por

exemplo, que são resultado de um processo oriundo da violência racial, de classes e de gênero, ao qual são submetidas.

Outro ponto importante é a mediação na rotina de trabalho. Ambas as mulheres encontram, na conciliação dos serviços tanto domésticos como de confecções para a venda, e o cuidado com os filhos, uma maneira de cumprir com todas as obrigações. Contudo, apesar do cumprimento e desenvolvimento de todas as atividades diárias, ao fim do expediente, sentem-se sobrecarregadas e exaustas. Ademais, em muitos momentos no processo de produção do trabalho, são interrompidas com alguma demanda familiar, o que as impelem a iniciar a rotina de trabalho pela manhã e continuar após a volta do trabalho fora de casa, dando seguimento até a noite.

Destaca-se que a relação de trabalho é permeada pela construção da relação do branco e do negro, sendo o sentido atribuído de subordinação, submissão, respeito, disposição e amizade frente àquele a quem os serviços estão sendo prestados. Nas expressões de EC e JQ, foi identificada a busca por uma relação sem conflitos e que, para isso, os seus sentimentos de desaprovação sobre alguma norma ou requisição são sucumbidos pela exigência do sentimento de amizade, demonstração de respeito e desempenho do serviço a partir de uma autocrítica (GONZALEZ, 1978).

No tocante à expressão dos sentidos mais expressivos desta pesquisa, a relação de subordinação trouxe um caráter importante para a identificação da existência na troca entre negros e não negros e a presença do sujeito-suposto-saber como base destas relações. A expressão da atividade laboral é constituída pelas relações e pelo local que elas ocupam nestas (LEONTIEV, 1978/2021).

Destaco, por fim, que o CRAS foi identificado como um apoio de promoção do trabalho destas mulheres e suprimento das necessidades diante das dificuldades, sendo os serviços nele encontrados promotores de autonomia, acolhimento, fortalecimento dos vínculos comunitários e também familiares (MDS, 2005).

No fim desta investigação, EC não se encontrava mais nos serviços do Bolsa do Povo e JQ havia sido inserida na frente de trabalho municipal, o que revela a permanência no trabalho informal, na necessidade dos auxílios do SUAS e de seus benefícios eventuais e de transferência de renda como fonte principal e/ou complementar de sustento destas famílias em questão.

Espera-se que os resultados deste trabalho, a partir do exercício reflexivo a respeito das questões étnico-raciais, gênero e capitalismo, à luz do materialismo histórico-dialético, contribua para novas pesquisas que possam surgir no campo da Ciências Humanas,

oportunizando a interlocução dos estudos marxistas e das relações étnico-raciais para a compreensão das vivências de mulheres negras brasileiras.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de; OZELLA, Sergio. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/Y7jvCHjksZMXBrNJkqq4zjP/abstract/?lang=pt>.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALMEIDA, Silvio de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALVES, Alvaro Marcel. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 01-13, 08 set. 2010. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/422/400>. Acesso em: 04 jan. 2022.
- ANDERSON, Kevin B. **Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedade não ocidentais**. Tradução de Allan M. Hillani e Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ANDRADE, Hanrikson de. **Cresce número de mulheres chefes de família e de jovens negros universitários**. **Portal Gelédes**, [S.l.], 04 dez. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/cresce-no-de-mulheres-chefes-de-familia-e-de-jovens-negros-universitarios>.
- ARANHA, Elvira Maria Godinho; SOARES, Júlio Ribeiro. NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO: análise dialética das significações produzidas em grupo. **Cadernos de Pesquisa**, [S.L.], v. 51, n. 07305, p. 1-16, 2021. Fap UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/198053147305>.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento**. 2003. 390 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Unicamp, Campinas, 2003.
- BARRETO, Raquel. **Introdução: Lélia Gonzalez, uma intérprete do Brasil**. In: GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Rio de Janeiro: Diáspora Africana. Introdução. p.12 -27, 2018a.
- BARROS, João Paulo Pereira *et al.* O conceito de “sentido” em Vigotsky: Considerações epistemológicas e suas implicações para a investigação psicológica. **Revista Psicologia e Sociedade**, Minas Gerais, v. 21, n. 2, p. 174-181, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/khM5xdjJcjdMJX9rDkwJrKD/?format=pdf&lang=pt>.
- BELCHIOR, Douglas. Gelédes (org). **A luta contra o racismo como forma de combate ao capitalismo**. 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-luta-contra-o-racismo-como-forma-de-combate-ao-capitalismo>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BERNARDO, Teresinha. O candomblé e o poder feminino. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, v.1, n. 2, p. 1-21, 2005. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv2_2005/p_bernardo.pdf.

CAMILLO, Eliane Juraski; MOURA, Dante Henrique. TRABALHO, CAPITALISMO E CLASSE TRABALHADORA. **Trabalho & Educação**, [S.L.], v. 30, n. 3, p. 17-31, 3 fev. 2022. Universidade Federal de Minas Gerais - Pro-Reitoria de Pesquisa. <http://dx.doi.org/10.35699/2238-037x.2021.29157>.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: TAKANO CIDADANIA; ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS. Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Cidadania; Ashoka Empreendedores Sociais, p. 45-58, 2003.

CARNIEL, Renata Xavier. **O trabalho dos indígenas da aldeia Te'yikue na produção de cana-de-açúcar:: s e sentidos sob a perspectiva histórico-cultural**. 2020. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia e Sociedade, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2020.

CARVALHO, Denise. O Legado do sistema colonial escravagista como base para a gênese do sistema capitalista no Brasil: a persistência do racismo no cotidiano da população negra. **Cadernos Cemarx, Campinas**, v. 14, n. 0, p. 1-23, 12 ago. 2021. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/15223/10637>. Acesso em: 25 jan. 2022.

CARVALHO, Mônica; SANTOS, Winnie. A mulher preta no mundo do trabalho brasileiro: entre a sujeição e o prestígio social. **Revista Fim do Mundo**, Marília, v. 4, p. 176-201, jan. 2021.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Claudio Willer. São Paulo: Veneta, 2020.

CLOT, Yves. **Trabalho e poder de agir**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira e Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte: FABREFACTUM, 2010.

CLOT, Yves. Vygotski: para além da Psicologia Cognitiva¹. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 17, n. 2, p. 19-30, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643626>. Acesso: 24 set. 2022

COSTA, Fabiana Freitas. **NAS AVENIDAS E CRUZAMENTOS DO GÊNERO, RAÇA, CLASSE E GERAÇÃO: mulheres negras chefes de família em bairros do subúrbio ferroviário de salvador**. 2009. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2009.

COSTA, Thainá. **Subjetividades de mulheres negras: entre o sofrer e o resistir**. 2018. 49 f. Monografia (Graduação) - Curso de Psicologia, Instituto Municipal de Ensino Superior de Catanduva (IMES), Catanduva, 2018.

COSTA, Vítor de Souza.; ENCARNAÇÃO, Gustavo Melo Novais da. Raça e classe como relações dialeticamente conectadas. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, v. 14, n. 00, p.

e021018, 2021. DOI: 10.20396/cemarx.v14i00.15153. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/15153>. Acesso em: 18 jan. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 1981/2016. Heci Regina Candiani.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Encargos sociais e o mercado de trabalho “informal”. Encargos sociais no Brasil: Conceito, magnitude e reflexos no emprego**. São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/relatoriotecnico/2006/encargosSociais.pdf>. Acesso em: 20 abril 2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **A Informalidade e o Movimento Sindical: Uma agenda para o século XX**. Nota Técnica 99. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2011/notatec99informalidade.html>. Acesso em: 20 abril 2020.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempos**. [S.l.], v. 23, n. 12; 2007. Disponível: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt>.

DUSSEL, Enrique. "EL CAPITAL" y LA FILOSOFÍA DE LA LIBERACIÓN. In: DUSSEL, Enrique. **EL ÚLTIMO MARX (1863-1882): y la liberación latinoamericana**. México D.F.: Siglo XXI, p. 290-333, 1990.

DUSSEL, Enrique. O princípio-libertação. Tradução de Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen, Lúcia M.E. Orth. In: DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes. Cap. 6, 2000. p. 336-397

ENGELS, Friedrich. Esboço para uma crítica da economia política. Trad. Ronaldo Vielmi Fortes. Rev. Vitor B. Sartori. Verinotio – **Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, Rio das Ostras, RJ, v. 26, n. 2, pp. 263-87, jul./dez. 2020. Disponível: <http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/589/478>.

ENGELS, Friedrich. **O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem**. 1876/2004. Marxists Internet Archive,. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm#topp>. Acesso em: 25 mar. 2022.

EGA, Françoise. **Cartas a uma negra**: narrativa antilhana. Tradução de Vinícius Carneiro e Mathilde Moaty. São Paulo: Todavia, 1978/2021. 252 p.

ERCOLANO, Ruchelli Stanzani; PEREZ, Deivis. **Da aparência para a essência: a instrução ao sócia e a dialética marxiana**. In: TAMBORIL et al. (Orgs). *Psicologia social na Amazônia: reticulando potencialidades e desafios*, v. 1. Florianópolis: ABRAPSO, 2019. p. 57-72.

ERCOLANO, Ruchelli Stanzani; PEREZ, Deivis. **A essência em função da existência: compreensão do trabalho estranhado e suas repercussões**. In: PURIN, Glaucia Tais et al

(Orgs). Psicologia social [recurso eletrônico]: análises críticas sobre histórias interdidas e práticas resistentes. Porto Alegre: Abrapso Editora, 2019. p. 111-122. Disponível em: https://site.abrapso.org.br/wp-content/uploads/2021/09/colecao_encontros_2020_volume4.pdf. Acesso em: 22 set. 2022.

FALQUET, Jules. **Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal**. Trad. Renata Gonçalves e revisão Sávio Cavalcante. Revista Mediações, v. 13, n. 1, p. 121-142, 2008.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008. Tradução de Renato da Silveira.

FEDERIC, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2004.

FERREIRA, Verônica. **O novo e o velho no trabalho das mulheres**. In: SILVA, C. et al. (Orgs.). Mulher e trabalho: encontro entre feminismo e sindicalismo. 1.ed. São Paulo: SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, cap. 2, p. 31-38, 2005.

FERREIRA, Talita Regina Santos; ROLDÃO, Flávia Diniz. A prática clínica na Psicologia Histórico-Cultural. **Anais do Evinci**: Psicologia, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 384-397, out. 2018. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisvinci/article/view/4122>.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244. 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 12 agosto 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Mulher negra: um retrato**. In: GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Rio de Janeiro: Diáspora Africana, 2018. p. 28-33.

GONZALEZ, Lélia. **Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher**. In: GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Rio de Janeiro: Diáspora Africana, 2018. p. 54-76.

GONZALEZ, Lélia. **A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica**. In: GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Rio de Janeiro: Diáspora Africana, 2018. p. 34-54.

GONZALEZ, Lélia. **A questão negra no Brasil**. In: GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Rio de Janeiro: Diáspora Africana, 2018. p. 94-102.

GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. 2011. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 20-55.

GOUVÊA, Elisa. **SENTIDOS DO TRABALHO DOCENTE EM UMA PANDEMIA**: uma análise histórico-cultural. 2022. 209 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia e Sociedade, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2022.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**: parte I. 2. ed. Tradução de Paulo Meneses e Karl-Heinz Effen. Petrópolis: Vozes, 1992.

IASI, Mauro Luis. **Processo de Consciência**. São Paulo: Cpv - Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, 1999. 81 p.

IFÉ. Lorena Moraes. **As mães negras precisam ser cuidadas**. Portal Gelédes, [S.l.], 29 jun. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-maes-negras-precisam-ser-cuidadas/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA (IPEA). **Retratos das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/>. Acesso em: 10 mai. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA (IPEA). Igualdade Racial. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps24_cap08.pdf. Acesso em: 10 maio 2020.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 1992/2014. 200 p.

JUNQUEIRA, Wanda Maria Junqueira; OZELLA, Sérgio. Núcleos de significação como instrumentos para a Apreensão da Constituição dos Sentidos. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, n. 2, p. 222-245, 2006. Disponível em: redalyc.org/articulo.oa?id=282021740006.

KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KOPNIN, Pavel. V. **A Dialética como Lógica e Teoria do Conhecimento**. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LEONTIEV, Alexis. Sobre o desenvolvimento da história da consciência. In: LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004. Cap. 3. p. 95-154. Tradutor Rubens Eduardo Frias.

LEONTIEV, Alexis. Marxismo e ciência psicológica. Tradução de Priscila Marques. In: LEONTIEV, Alexis. **Atividade Consciência Personalidade**. Bauru: Mireveja, 1978/2021. Cap. 1. p. 41-70.

LIMA, Márcia; ABDAL, Alexandre. Educação e trabalho: a inserção dos ocupados de nível superior no mercado formal. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 17, n. 9, p. 216-238, jul. 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/soc/a/gxDzR97z7RWrk6pdsgkhK5R/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso

em: 03 fev. 2022.

LIMA, Márcia; RIOS, Flávia; FRANÇA, Danilo. **Articulando gênero e raça: A participação de mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009)**. In: MARCONDES, Mariana Mazzini *et al* (Orgs.). Dossiê de mulheres negras: Retrato das condições de vida de mulheres negras no Brasil. 1.ed. Brasília: IPEA, 2013, p. 53-80.

LLANOS, Alfredo. **Introdução à Dialética**. Tradução de Cid Silveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Tradução de Álvaro Pina. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 1848/2005.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política livro I**. - 2. ed. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 1867/2004.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. 1. ed. São Paulo: Boitempo. 1982/2004.

MARX, Karl. **Os despossuídos: Debates sobre a lei referente ao furto de madeira**. 1. ed. São Paulo: Boitempo. 1842/2017.

MARTINS, Lígia Márcia. **Fundamentos da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica**. In: PAGNONCELLI, Cláudia.; MALANCHEN, Julia.; MATOS, Neide da Silveira Duarte de. (Org.). O trabalho pedagógico nas disciplinas escolares: contribuições a partir dos fundamentos da pedagogia histórico-crítica. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016. p. 49-93.

MBEMBE, Achille. **A questão da raça**. In: MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Portugal: Antígona, Cap. 1. p. 25-74, 2014. Marta Lança.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. **A indissociabilidade entre as lutas antirracista e anticapitalista: aproximações necessárias**. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos. São Paulo: Educ, 2021. p. 47-58.

MOURA, Clóvis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 14, 1983.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática S.A, 1988.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Ática S.A, 1992.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Manual de gestão do cadastro único para programas sociais do Governo Federal**. Brasília: 2017. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/Manual_Gestao_Cad_Unico.pdf. Acesso em: 15 jul. 2021.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004**. Brasília: Governo Federal, 2005. 69 p.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome, 2009. 72 p.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília: Gráfica e Editora Brasil Ltda, 2011. 120 p.

NETTO, José Paulo. **O que é marxismo.** 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. 84 p.

OLIVEIRA, Fábio Nogueira de; RIOS, Flavia. Consciência negra e socialismo: mobilização racial e redes socialistas na trajetória de Hamilton Cardoso (1953- 1999). **Revista Contemporânea.** v, 4. n, 2, jul.-dez. 2014. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/249/121>.

OYEWOĐMÍ, Oyèrónke. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero.** Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. 324 p.

PEREIRA, Clara Marinho. Desafios das mulheres negras no mercado de trabalho. **Portal Geledés,** [S.l.], 06 mar. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/desafios-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 03 fev. 2022.

PEREZ, Deivis. Produzir saberes sobre o trabalho: Um método em Psicologia. **Revista Estudos de Psicologia,** Natal, v. 21, n. 3, p. 305-316, jul.-set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/RxLDBvTthxTF6Zk4PPSd9Mb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2021.

PEREZ, Deivis. Psicologia Social no cenário de pilhagens e violências do capitalismo. **Revista Psicologia em Movimento,** Santo André, SP, v. 3, p. 15-23, out. 2020.

PRESTES, Clélia Rosane dos Santos. **Feridas até o coração, erguem-se negras guerreiras. Resiliência em mulheres negras: Transmissão psíquica e pertencimentos .** Tese (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 176f, 2013.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.** In: CONSELHO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (Argentina). Edgardo Lander (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, 2005. Cap. 9. p. 107-128. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

BATISTA, Matilde; RABELO, Laís. Imagine que eu sou seu sócia... Aspectos técnicos de um método em clínica da atividade. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho,** [S. l.], v. 16, n. 1, p. 1-8, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/77607>. Acesso em: 24 set. 2022.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **HISTÓRIAS DE VIDA FAMILIAR E AFETIVA DE ESCRAVOS NA BAHIA DO SÉCULO XIX**. 1998. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal da Bahia Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 1998.

ROGER, Jean Luc. Metodologia e métodos de análise em clínica da atividade. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 111-120, 2013.

ROSE, Jacob Sam-La. **Introdução: tornando-se sujeito**. In: KILOMBA, Grada. Memória da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, Cap. 1. p. 27-32, 2019. Jess Oliveira.

SAFFIOTI, Heleieth. **Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia, classe social**. In: GODINHO, T; SILVEIRA, L. M (Orgs.). Políticas Públicas e igualdade de gênero. Caderno. n. 8. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, cap. 2, p. 35-42, 2004.

SANTANA, Alana de Andrade. As teses de Marx sobre Feuerbach: uma crítica à religião. **Argumento**, [S. l.], n. 14, p. 97-104, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/argum/article/view/29815/17661>. Acesso em: 11 jan. 2022.

SANTOS, Marília Alves dos; ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira. A Teoria da Atividade de A. N. Leontiev: uma síntese a partir de suas principais obras. **Revista Brasileira da Pesquisa Sócio-Histórico-Cultural e da Atividade**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1-23, 2020. Disponível em: <https://www.revistashc.org/index.php/shc/article/view/75/33>.

SANTOS, Winnie Nascimento dos. **Significações de mulheres pretas inseridas no mundo do trabalho em posições de prestígio social**. 2020. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

SANTOS, Nathan Barbosa dos; DARIDO, Marcela. Clóvis Moura e a materialidade da raça na luta de classes. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, v. 14, n. 00, p. e021003, 2021. DOI: 10.20396/cemarx.v14i00.15152. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/15152>. Acesso em: 18 jan. 2022.

SANTS, Mirs. **O dia das mães e a afetividade das mulheres negras**. Portal Geledés, [S.l.], 09 mai. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-dia-das-maes-e-afetividade-das-mulheres-negras/>. Acesso em: 05 ago. 2022.

SILVA, Tatiana Dias. **Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda**. In: MARCONDES, Mariana Mazzini et al (Orgs.). Dossiê de mulheres negras: Retrato das condições de vida de mulheres negras no Brasil. 1.ed. Brasília: IPEA, 2013, p. 109-132.

SOARES, Júlio Ribeiro; MACHADO, Virgínia Campos. Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. **Cadernos de Pesquisa**, [S.L.], v. 45, n. 155, p. 56-75, mar. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/198053142818>.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. Marx e o estudo da questão racial: elementos para uma análise desde a América Latina. **Revista Fim do Mundo**, Santa Catarina, v. 04, n. 00, p. 20-41, 27 mar. 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/11173/7066%3E%20Acesso%20em%2020%20jan.%202022>.

TULESKI, Silvana Calvo. **Vigotski: a construção de uma psicologia marxista**. 2. ed. Maringá: Eduem, 2008.

TRUTH, Soujourner. Eu não sou uma mulher? Tradução de Osmundo Pinho. **Portal Geledés**, [S.l.], 08 jan. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 08 fev. 2022.

TOKITA, Figueiredo Márcia. Mulheres negras. In: TOKITA, M. **ANAIS DO V SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA: Feminismos, sexualidade e marxismos na América Latina**. Londrina: GRUPO DE ESTUDOS DA POLÍTICA DA AMÉRICA LATINA, 2013. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v9_marcia_GVII.pdf. Acesso em: 23 mai. 2020.

VAZ, Henrique. Apresentação. In: HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**: parte I. 2. ed. Petrópolis: Vozes, p. 9-20, 1992.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. Pensamento e Palavra. Tradução de Paulo Bezerra. In: VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1934/2001. Cap. 7. p. 395-486.

ANEXO A - CONSIGNA DA INSTRUÇÃO AO SÓSIA E ENTREVISTA

Suponha que eu a substituirei em sua rotina familiar e do trabalho. Quais informações eu devo saber para que (hipoteticamente) ninguém perceba a diferença? (Ou seja, ninguém perceba, no tocante à realização de todas as atividades que sou seu sósia). O que eu preciso conhecer sobre cada ação ligada em sua rotina dentro e fora de casa. Quais instruções você deveria me transmitir para que eu lhe substitua e ninguém note que na sua ausência ali, está um uma sósia?

O preparo para o trabalho

1. Como devo me preparar para o serviço? (horário, humor, instrumentos, documentos, utensílios, materiais)
2. Como é tomar este preparo?

A casa

3. Qual a rotina de trabalho devo cumprir em casa antes de sair para minhas atividades de trabalho fora do lar. (Preparar algum alimento das refeições do dia, acordar alguém para ir à escola)
4. Me oriente sobre como agir com as pessoas que moram na casa. (Filhos, esposo, mãe, irmãos, irmãs, tias, avó)
5. Deixo algum filho na escola? Ou aos cuidados de alguma outra pessoa?

Caminho, chegada ao trabalho e local das atividades fora de casa

6. Qual é o meu meio de transporte até a instituição?
7. Ao chegar na instituição como devo proceder?
8. Ao entrar no trabalho, o que eu devo fazer?
9. Como deve ser minha relação com a coordenadora e outros colegas de trabalho? Por que?
10. Qual a etnia das pessoas que estão no cargo de chefia? E qual a etnia das pessoas que estão no cargo de subordinados?
11. Há algum momento de pausa? Por que?

Trabalho propriamente dito

12. Como devo iniciar o trabalho em si? Por que?
13. Qual é o tempo de duração em cada atividade realizada? Por que?
14. Como devo reagir frente a interrupções pela coordenadora ou algo de ordem administrativa?
15. Eu preciso pedir permissão para ir ao banheiro, beber água?
16. O que essas interrupções e movimentações da coordenadora ou alguém da administração podem causar em mim ou afetar meu trabalho? Como lidar?
17. Como posso me comportar diante às solicitações das outras pessoas que trabalham comigo?
18. Qual o tipo de relação que eu devo estabelecer com estas pessoas?

19. Como devo me movimentar no local de trabalho? Ando no meio das pessoas e ambientes? Me limito a ficar apenas em alguns locais específicos?
20. Quais? Por que?

Descanso

21. Há momento para o descanso? Se sim, quanto tempo ele dura?
22. Como serei afetada por este intervalo (o que me causa)? Como lido com isso?
23. O que faço para reiniciar a atividade?

Depois do trabalho

24. Informado o término da atividade onde preciso me dirigir? Por que?
25. Geralmente como é este caminho da volta?
26. O que devo fazer antes de sair da instituição?
27. Por volta de que horas saio do local de trabalho? Encontros com outras pessoas que também trabalham na instituição?
28. Como deve ser minha relação com o empregador e responsável pelas minhas atividades?
29. Como as normas institucionais me afetam e influenciam em minha prática?
30. Quais demandas devo atender?
31. Há algum tipo de cobrança sobre o meu trabalho? Qual(is)?
32. Existe algum coletivo na Frente de Trabalho ou na instituição para reflexão da atividade que desenvolvo?
32. Existe algum tipo de formação ou capacitação que me ajude nesta prática específica?

Ao voltar para casa

33. Quais atividades realizo ao regressar para casa?
34. Há alguém que preciso buscar em algum lugar? Onde?
35. Higienizo e limpo alguém?
36. Preparo alguma alimentação?
37. Faço algum serviço doméstico? Qual (is)?
38. As atividades domiciliares são encerradas em qual momento?

Resultados da atividade diária realizada

39. Como devo me sentir após as atividades duplas do cuidado com a casa, filhos e o trabalho fora de casa realizado?
40. Sinto um peso pela carga dupla de trabalho?

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “**Sentidos do trabalho para mulheres negras de um Centro de Referência de Assistência Social**”, sob a responsabilidade da pesquisadora **Thainá da Silva Costa**, RG nº **43.731.417-0** e orientada pelo Prof. Dr. Deivis Perez Bispo dos Santos, no contexto do Programa de Pós- Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - campus Assis.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Campus de Assis. Qualquer dúvida quanto aos aspectos éticos poderão ser esclarecidas no telefone (18) 3302-5500 ramal 5607 ou pelo/ e-mail cep@assis.unesp.br, ou diretamente com a pesquisadora no telefone (17) 997676728 ou e-mail thaina.costa@unesp.br

I. A pesquisa:

Sentidos do trabalho para mulheres negras de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), tem por objetivo: Identificar e entender os sentidos que o trabalho e a chefia familiar possuem para mulheres negras, atendidas em CRAS e beneficiárias dos Programas de Transferência de Renda (PTR) federal e estadual.

Particularmente, pretende-se perseguir dois objetivos articulados e mutuamente complementares:

- 1) O primeiro, remete-se ao favorecimento do (re)conhecimento e a discussão das conceptualizações e sentidos do trabalho informal.
- 2) Já o segundo, procura evidenciar os nexos do objetivo primeiro, com a incumbência da chefia do lar e os seus desdobramentos no tocante à potencialização e às dificuldades que o acúmulo destas funções sociais e dos seus desdobramentos concretos e subjetivos acarretam na perspectiva das próprias mulheres.

As voluntárias terão de 20 a 65 anos de idade, serão mães, chefes de famílias, com ou sem companheiras(os), beneficiárias dos PTR (PBF/Renda Cidadã), referenciadas ao CRAS em um município com 8.049 habitantes, Irapuã/SP, no qual trabalho.

II. Procedimentos:

A pesquisa na qual você participará, baseia-se no aporte teórico e metodológico da Clínica da Atividade, com aplicação do dispositivo metodológico denominado instrução ao sócia, que foi adotado para a realidade brasileira neste estudo.

A instrução ao sócia será realizada por intermédio de uma decorrência e sucessão de passos a saber: entrevistas gravadas em áudio que contemplem a descrição detalhada da rotina familiar e de trabalho das voluntárias, de modo que ela se confronte com seu modo de agir e com outras possibilidades que proporcionem seu desenvolvimento pessoal, familiar e social.

III. Riscos/Desconfortos e Benefícios

O procedimento de registro em áudio, realização de entrevistas e diálogo, poderão mobilizar desconfortos na participante, ocasionando incômodos de caráter psicológico e emocional, como: vergonha, medo, constrangimento e também estresse ao responder as confrontações. Porém, observa-se que estes incômodos, poderão e tendem a ser reduzidos pelo diálogo intenso que se estabelecerá entre a pesquisadora e as voluntárias da pesquisa.

Vale observar que em caso de desconforto, a pesquisadora se responsabiliza em realizar acolhimento e escuta qualificada ao voluntário de modo a sanar possíveis danos emergidos pelas intervenções, e até mesmo se necessário, realizar-se-á encaminhamento para atendimento especializado e qualificado.

Espera-se que por benefícios, as voluntárias desta pesquisa desenvolvam o aprimoramento de suas ações laborais voltados ao cotidiano tanto familiar, como exterior ao contexto domiciliar,

através do dispositivo de coanálise de sua atividade laboral. Contudo, ao final deste estudo, firma-se o comprometimento de sistematizar e publicar conhecimentos referentes ao trabalho e cotidiano familiar e laboral de mulheres negras.

IV. Liberdades/Garantias

Enquanto participante desta pesquisa, asseguramos a você, a garantia de solicitar a interrupção ou encerramento de quaisquer procedimentos em quaisquer etapas da atividade, transferindo a recolha dos dados para data posterior, ou, se preferir, poderá encerrar a sua participação na pesquisa sem que lhe sejam conferidos prejuízos, danos ou penalizações. A participante poderá se negar de participar de qualquer parte da pesquisa que possa lhe causar constrangimento ou desconforto.

Em caso de desistência, todos os dados recolhidos serão desconsiderados e não mais serão usados nesta investigação.

V. Sigilo/Anonimato

Evidenciamos que será mantido o anonimato da participante durante e após a pesquisa, e que em qualquer parte da redação final a participante poderá ser mencionada apenas com letras ou códigos, sem, em momento sequer, citar seu nome. Vale notar que os registros audiovisuais do trabalho das voluntárias permanecerão arquivados por cinco anos em equipamento digital (HD externo) com o professor orientador desta pesquisa no Departamento de Psicologia Social e Educacional da UNESP. Nenhuma imagem ou áudio será divulgado sob quaisquer pretextos.

VI. Despesas/indenização

Asseguramos o direito à indenização a participante que achar-se no direito de receber por compensação de danos materiais ou morais decorrentes da pesquisa.

VII. Publicação

A presente pesquisa fará parte de uma dissertação de mestrado, podendo ser publicada na totalidade ou em partes no formato de artigos, assegurando o item V do presente termo, que garante o anonimato das participantes.

CONSENTIMENTO

Eu, _____, RG: _____, abaixo assinado, concordo em participar, como PARTICIPANTE, da pesquisa “Sentidos do trabalho para mulheres negras de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)”. Fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora Thainá da Silva Costa sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido, ainda, que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Declaro, ainda, que () concordo / () não concordo com a publicação dos resultados desta pesquisa, ciente da garantia quanto ao sigilo das minhas informações pessoais e ao meu anonimato.

Local e data _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Participante

Eu, Thainá da Silva Costa pesquisadora responsável pelo estudo, obtive de forma voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido da PARTICIPANTE para a participação na pesquisa.

Pesquisadora Responsável
